Índice

I – Apresentação 2
II – Enquadramento Macroeconómico 4
III – Introdução 6
IV – Execução Orçamental 7

4.1 – Controlo Orçamental da Receita e da Despesa 7

4.1.1 – Aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2012 11

4.1.2 - Execução Orçamental da Receita 14

4.1.3 - Execução Orçamental da Despesa 25

4.2 – Poupança 36

4.3 – Evolução do Endividamento 38

4.4 – LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso 51

4.5 – Artigo n.º 65 da LOE para 2012 52

4.6 – Prazo Médio de Pagamentos (PMP) para 2012 53

4.7 – Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano de 2012 54

V – Situação Económico-Financeira 62

5.1 – Análise do Balanço 62

5.1.1– Imobilizado 63

5.1.2 – Circulante 64

5.1.3 – Acréscimos e Diferimentos 66

5.1.4 – Fundos Próprios 66

5.1.5 – Passivo 67

5.2 – Análise da Demonstração de Resultados 73

VI – Rácios Financeiros 75
VII – Contabilidade de Custos 76
VIII - Proposta de Aplicação dos Resultados 78
IX – Certificação legal das contas e Parecer sobre as contas 79

I – Apresentação

Ex. mos Senhores
Membros da Assembleia Municipal

Segundo o que estabelece o n.º 2 do artigo 49.º e da alínea c) do n.º 2 do artigo n.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, cabe ao órgão deliberativo do Município apreciar e votar os documentos de prestação de contas relativas a cada ano económico.

Nesse sentido, o executivo camarário apresenta os documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2012 e respetivo relatório de gestão, em cuja elaboração foram observados os termos do constante no ponto n.º 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e demais legislação complementar aplicável. Por outro lado, foi adotada uma estrutura e redação que visa facilitar a leitura analítica de toda a atividade desenvolvida pela Autarquia, bem como a avaliação rigorosa e pormenorizada dos níveis de execução orçamental no período em apreciação.

O que se segue é um enunciado com diversas perspetivas de análise, segregando os níveis de arrecadação da receita dos níveis de realização da despesa, de modo a permitir a perceção clara, quer dos indicadores económico-financeiros relevantes, quer das variáveis da execução orçamental no período sujeito a apreciação, incluindo a respetiva evolução relativamente a anos anteriores. Outras abordagens serão também aqui relevadas tanto no âmbito económico como financeiro, o que permitirá cabalmente aferir a saúde financeira do Município.

Como habitualmente, o Relatório de Gestão integra o comprovativo da certificação legal de contas e o parecer do Revisor Oficial de Contas do Município de Cantanhede, bem como uma área específica reservada à consolidação de contas da Autarquia, neste caso incluindo apenas à INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede – EM, SA, em resultado das atuais imposições legais sobre a matéria.

Por último, resta dizer que a relação dos níveis de execução orçamental de 2012 tem por base os registos os fluxos de caixa aprovados pelo executivo camarário em 15 de Janeiro de 2013.

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:
(Valores em Euros)

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:		
Em documentos	0,00	
Em numerário:		
de dotação orçamental	1.536.094,03	
de operações de tesouraria	537.507,44	2.073.601,47
RECEITA:		
Orçamental	19.410.563,95	
Operações de Tesouraria	923.116,57	
Virtual cobrada	0,00	22.407.281,99
DESPESA:		
Orçamental	18.851.286,20	
Operações de Tesouraria	942.460,20	
Virtual cobrada	0,00	
Virtual anulada	0,00	19.793.746,40
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE:		
Em documentos	0,00	
Em numerário:		
de dotação orçamental	2.095.371,78	
de operações de tesouraria	518.163,81	2.613.535,59

A receita orçamental cobrada no ano de 2012 ascendeu ao montante de 20.946.657,98 euros (inclui o saldo da gerência anterior) e a sua origem é a seguinte:

Receita corrente	14.749.499,53	
Receita de capital	4.654.295,72	
Receita Outras	6.768,70	
Saldo da gerência anterior	1.536.094,03	20.946.657,98

No que diz respeito à despesa orçamental paga, o seu valor totalizou 18.851.286,20 euros, montante que foi aplicado nos termos que se seguem:

Despesa corrente	11.627.893,33	
Despesa de capital	7.223.392,87	18.851.286,20

CANTANHEDE, 2 de Abril de 2013

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

_____

(João Carlos Vidaurre Pais de Moura)

II – Enquadramento Macroeconómico

O Boletim Económico de Outono do Banco de Portugal refere que o ano de 2012 ficou marcado pela "continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa, enquadrado pelo programa de assistência económica e financeira" negociado em 2011 com a denominada Troika, pelo que, segundo a mesma fonte, "a evolução da economia portuguesa decorreu num contexto de restritividade das condições monetárias e financeiras – num quadro de perturbações no mecanismo de transmissão da política monetária na área do euro – e de manutenção da orientação contracionista da política orçamental". Com este quadro de fundo, não espanta que se tivesse observado "uma deterioração da posição cíclica da economia portuguesa, caracterizada por uma forte quebra do produto e por um significativo aumento do desemprego.

Efetivamente, a economia portuguesa registou em 2012 um crescimento negativo de 3,2%, valor superior em 0,2% à previsão do Governo, tendo os resultados dos últimos três meses contribuído significativamente para essa retração. Refira-se a este respeito que o Instituto Nacional de Estatística apontava uma queda de 1,8% do PIB nesse trimestre, face ao imediatamente anterior, que também havia descido 0,9% em relação ao seu antecedente. Com a confiança dos consumidores abalada pelas medidas de austeridade e com a economia da zona euro em recessão, estes números evidenciam a grave situação de crise que tem afetado o país. Em termos homólogos, a variação negativa do PIB foi de 3,8%, o que confirma o acentuar da tendência recessiva da economia. No terceiro trimestre, a variação em relação ao mesmo período do ano anterior tinha sido de 3,5%. O resultado agora registado é o pior da atual crise económica e representa um ponto de partida muito negativo para o ano de 2013, sobre o qual de resto as previsões têm vindo a ser atualizadas em baixa com inusitada regularidade por várias instâncias.

Tudo isto na sequência de uma evolução profundamente negativa, em que se acentuaram os constrangimentos na economia mundial e o espectro da crise financeira paira sobre alguns países da União Europeia, sem que se vislumbre uma estratégia consistente para promover o crescimento da economia na Zona Euro e com a anunciada retoma da economia portuguesa a tornar-se cada vez mais uma miragem.

Foi portanto num contexto considerado dramático por alguns analistas que o Município de Cantanhede, com recursos cada vez mais escassos, atuou no sentido de reforçar os níveis de eficácia e eficiência dos recursos disponíveis para dar resposta às exigências decorrentes das suas competências.

Entre outros indicadores importantes há a reter o facto de a Autarquia ter encerrado o exercício de 2012 com os pagamentos a fornecedores e empreiteiros completamente regularizados e com os depósitos da instituição a totalizarem um montante bastante superior à despesa cujo prazo de liquidação ainda não terminou, que foi a mais baixa dos últimos 10 anos. O pagamento aos empreiteiros e fornecedores dentro dos prazos estabelecidos, situação que de resto tem sido prática corrente, tem ainda mais significado na atual conjuntura de crise, não apenas por refletir a boa situação da tesouraria da autarquia, mas também pelo seu efeito positivo na economia local.
Na prática, o Município de Cantanhede fechou as contas do último ano sem dívida vencida, o que, a somar ao saldo positivo de gerência na ordem dos dois milhões de euros, evidencia o rigor e o controlo efetivo destas duas importantes variáveis de gestão.

Para além dos compromissos com empreiteiros e fornecedores devidamente saldados, há outro dado muito significativo que deve ser assinalado, designadamente o aumento da poupança, que atingiu um valor superior a três milhões de euros, o mais elevado desde 2006. Trata-se efetivamente de um montante considerável o obtido da diferença entre as despesas correntes e as receitas correntes, traduzido na libertação de verbas para investimento. A subida verificada a este nível é aliás uma tendência que tem vindo a reforçar-se nos últimos anos, em resultado das medidas adotadas pelo executivo camarário para adaptar a atividade da instituição às circunstâncias particularmente difíceis com que o país tem sido confrontado desde 2008.

Efetivamente, a Autarquia continuou em 2012 a fazer um controlo muito apertado da despesa corrente, dando sequência a um processo iniciado em 2008 para fazer face aos constrangimentos da crise que eclodiu nessa altura. Recorde-se que, nesse âmbito, foram implementadas várias medidas no sentido de promover a consolidação das finanças municipais, nomeadamente para, no contexto em que as receitas da instituição tendiam a diminuir, adequar a despesa aos recursos financeiros disponíveis, mas levando tão longe quanto possível o investimento. E a verdade é que, a esse nível, o Município tirou proveito dos apoios financeiros disponíveis no

âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), do qual beneficiou da aprovação de diversas candidaturas importantes, entre as quais as mais relevantes são as do sector do saneamento, sector em que, no ano de 2012, se concluiu um ciclo de investimentos que ascende a 13,4 milhões de euros, sem esquecer as obras estruturantes executadas um pouco por todo o território do concelho, em áreas tão importantes como a requalificação urbana e a valorização da rede viária, bem como a construção de importantes equipamentos coletivos, com destaque para o setor da educação.

III – Introdução

A leitura analítica da situação económico-financeira do Município de Cantanhede só é possível a partir de uma análise exaustiva dos valores que constam nas diversas variáveis dos documentos de prestação de contas obrigatórios, os quais, nos termos do ponto dois das considerações técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, são os seguintes:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
    - Da receita;
    - Da despesa;
    - Do plano plurianual de investimentos;
- Mapa de fluxos de caixa;
- Mapa de operações de tesouraria;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Caracterização da entidade;
- Notas ao balanço e à demonstração de resultados;
- Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução;
- Relatório de gestão.

Quanto ao Relatório de Gestão, este pretende dar a conhecer, de modo tão claro e conciso quanto possível, os contornos das ações empreendidas pela Autarquia durante o exercício de 2012, em função dos objetivos e metas previamente enunciadas, reportando os respetivos valores nos documentos de prestação de contas. Trata-se portanto de um documento de síntese elaborado em moldes que facilitam as seguintes análises:

- Da execução orçamental de 2012, através da leitura dos diferentes níveis de arrecadação de receita e da realização da despesa, indicadores que estão devidamente suportados com quadros que evidenciam a sua evolução e respetivos desvios;

- Do nível de concretização das Grandes Opções do Plano, documento que, como é do conhecimento geral, resulta da compilação do Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes;

- Da situação económico-financeira da instituição à data de 31 de dezembro de 2012;

- Da evolução do endividamento municipal nos últimos três anos, a partir dos elementos referentes às dívidas de curto, médio e longo prazo de e a terceiros.

Por outro lado, o documento inclui a proposta de aplicação dos resultados devidamente fundamentada, bem como todos os factos relevantes que possam ter ocorrido depois do termo do exercício, o documento emitido pelo Revisor Oficial de Contas com a certificação legal de contas e respetivo parecer, a relação exaustiva de todos os recebimentos e pagamentos em atraso titulados pelo Município à data de 31 de Dezembro de 2012, bem como a relação de todos os compromissos plurianuais assumidos e reportados ao mesmo período. As relações em causa decorrem do preceituado na lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que veio estabelecer as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso.

Além disso, são igualmente apresentadas as contas consolidadas do Município e da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede - EM, SA, em documento próprio, no sentido de dar cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 46.º da Lei das Finanças Locais, que obriga as autarquias locais a este exercício relativamente aos serviços municipalizados ou de entidades do sector empresarial local cujo capital detenham na totalidade.

Finalmente, é ainda publicado, em volume próprio, o relatório anual sobre a demonstração do grau de cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro elaborado ao abrigo do disposto no n.º 7 da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, atual Lei das Finanças Locais.

IV – Execução Orçamental

4.1 – Controlo Orçamental da Receita e da Despesa

A publicação da Lei n.º 8/2012 – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, posteriormente regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, veio definir as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso por parte das entidades públicas, visando garantir o cumprimento das metas orçamentais através da não acumulação de dívidas vencidas. Deste modo, o controlo da despesa é feito a partir da assunção do compromisso, ou seja, quando a despesa é incorrida, o que se verifica no momento em que é executada uma ação formal pela entidade, como seja a emissão de ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente, mas também a assinatura de um contrato, acordo, protocolo entre outros.

A publicação desta legislação colocou à gestão autárquica um conjunto de novos desafios, ao mudar radicalmente os conceitos normalmente utilizados para a concretização das estratégias e das políticas, na medida em que, em vez dos orçamentos que permitiam a execução de despesas em valores, muitas vezes superiores à receita efetiva, o que agora se considera são as verbas recebidas. Ou seja: o teto da despesa é o rendimento disponível, não sendo possível contar com endividamento (que está vedado) nem com atraso no pagamento aos fornecedores.

Na prática, esta determinação significa que a realização de encomendas e aquisições, a execução de obras e a atribuição de subsídios ou apoios ficam totalmente condicionadas à existência de disponibilidade financeira; se esta não estiver acautelada não há outra alternativa que não seja a de aguardar que venha a existir, independentemente daquilo que consta em orçamento.

Nestes termos, a gestão autárquica tem como condições incontornáveis as opções por prioridades e o controlo da informação documental recebida e emitida, o que, oferecendo algumas vantagens, nomeadamente ao impedir que se cometam excessos em função de estimativas orçamentais demasiado otimistas, não deixa de ser uma limitação, nomeadamente porque impede os municípios, mesmo os que têm a sua situação financeira equilibrada, como é o caso de Cantanhede, de fazer um planeamento a longo prazo em função da sua expetativa de receita.

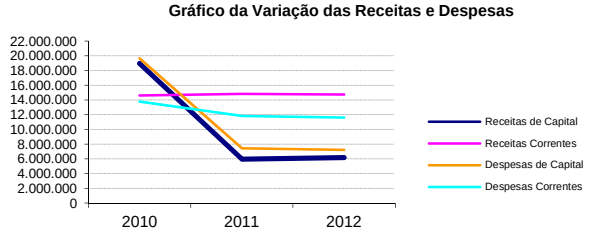
Quem tem que lidar diariamente com a aplicação da LCPA não ignora que esta impõe exigências e grandes desafios, a partir da alteração da lógica da gestão financeira das entidades públicas, mas conhece também os fortes constrangimentos que advêm de alguma falta de clareza na sua regulamentação e de certos mecanismos de difícil aplicação prática.

Em todo o caso, é com base neste novo enquadramento legal que o presente capítulo dá a conhecer os diferentes níveis de execução orçamental alcançados em 2012, através de quadros demonstrativos dos resultados obtidos, os quais permitem comprovar o cumprimento cabal da nova imposição legal.

QUADRO 1

VARIAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

	2010	2011	2012
Receitas de Capital	18.961.670,20	5.977.725,83	6.197.158,45
Receitas Correntes	14.604.747,93	14.834.143,59	14.749.499,53
Despesas de Capital	19.664.665,74	7.436.308,76	7.223.392,87
Despesas Correntes	13.783.943,58	11.839.466,63	11.627.893,33



QUADRO 2

Un: (Euros)

RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E AS DESPESAS CORRENTES E AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E AS DESPESAS DE CAPITAL

ANO FINANCEIRO DE 2012

DESIGNAÇÃO	VALOR	%	DESIGNAÇÃO	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES:			**DESPESAS CORRENTES:**		
01 – Impostos diretos	5.637.509,21	26,91	01 – Pessoal	4.650.407,17	24,67
02 – Impostos indiretos	268.675,03	1,28	02 – Aq. de bens e serviços corrent	4.400.735,43	23,34
04 – Taxas, multas e outras penalidades	225.095,34	1,07	03 – Juros e outros encargos	652.257,38	3,46
05 – Rendimentos de propriedade	1.302.933,94	6,22	04 – Transferências correntes	545.275,01	2,89
06 – Transferências correntes	6.483.049,78	30,95	05 – Subsídios	703.285,00	3,73
07 – Venda de bens e serviços correntes	699.836,26	3,34	06 - Outras despesas correntes	675.933,34	3,59
08 - Outras receitas correntes	132.399,97	0,64			
Total das receitas correntes	**14.749.499,53**	**70,41**	**Total das despesas correntes**	**11.627.893,33**	**61,68**
RECEITAS DE CAPITAL:			**DESPESAS DE CAPITAL**		
09 – Venda de bens de investimento	579.375,00	2,77	07 – Aq. de bens de capital	3.454.605,28	18,33
10 – Transferências de capital	4.045.371,37	19,31	08 – Transferências de capital	1.758.572,67	9,33
11 – Ativos financeiros	0,00	0,00	09 – Ativos financeiros	300.000,00	1,59
12 – Passivos financeiros	0,00	0,00	10 – Passivos financeiros	1.710.214,92	9,07
13 – Outras receitas de capital	29.549,35	0,14	11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	6.768,70	0,02			
16 – Saldo da Gerência Anterior	1.536.094,03	7,33			
17 – Operação Extraorçamentais	0,00	0,00			
Total das receitas de capital	**6.197.158,45**	**29,59**	**Total das despesas de capital**	**7.223.392,87**	**38,32**
TOTAL GERAL DA RECEITA	**20.946.657,98**	**100,00**	**TOTAL GERAL DA DESPESA**	**18.851.286,20**	**100,00**

QUADRO 3

Un: (Euros)

DESVIOS ENTRE AS RECEITAS COBRADAS BRUTAS E DESPESAS

PREVISTAS E REALIZADAS

Ano Financeiro 2012

DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS	PREVISÃO		EXECUÇÃO/COBRANÇA	DIFERENÇAS	
	Inicial	Final		Valor	Percentagem
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(2)	(5)=(4)/(2)
RECEITAS CORRENTES					
Impostos diretos:					
Contribuição Autárquica/IMI	3.264.420,00	3.264.420,00	3.621.150,87	356.730,87	10,9%
Imposto sobre veículos/IUC	566.019,00	566.019,00	694.782,82	128.763,82	22,7%
Sisa/IMT	854.253,00	854.253,00	655.295,88	-198.957,12	-23,3%
Derrama	717.972,00	717.972,00	666.279,64	-51.692,36	-7,2%
Outros impostos abolidos	20,00	20,00	0,00	-20,00	-100,0%
Imposto diretos diversos	20,00	20,00	0,00	-20,00	-100,0%
Impostos indiretos	324.112,00	324.162,00	268.675,03	-55.486,97	-17,1%
Taxas, multas e outras penalidades	467.043,00	467.093,00	225.095,34	-241.997,66	-51,8%
Rendimentos da propriedade	1.315.595,00	1.348.935,00	1.302.933,94	-46.001,06	-3,4%
Transferências correntes:				0,00	
FEF/FSM/PARTICIPAÇÃO FIXA IRS	5.784.861,00	5.784.861,00	5.782.618,00	-2.243,00	0,0%
Outras	1.041.432,00	1.041.432,00	700.431,78	-341.000,22	-32,7%
Venda de bens e serviços correntes	1.054.095,00	1.054.095,00	699.836,26	-354.258,74	-33,6%
Outras receitas correntes	51.578,00	52.628,00	132.399,97	79.771,97	151,6%
TOTAL	**15.441.420,00**	**15.475.910,00**	**14.749.499,53**	**-726.410,47**	**-4,7%**
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal	5.361.065,00	5.126.024,00	4.650.407,17	-475.616,83	-9,3%
Aquisição de bens e serviços	5.739.311,00	5.857.641,00	4.400.735,43	-1.456.905,57	-24,9%
Juros e outros encargos	910.968,00	875.968,00	652.257,38	-223.710,62	-25,5%
Transferências correntes:					
Para Sociedades não financeiras	4,00	4,00	0,00	-4,00	-100,0%
Para a administração central	52.106,00	77.524,00	46.617,30	-30.906,70	-39,9%
Para a administração local	119.810,00	125.278,00	79.317,60	-45.960,40	-36,7%
Para Instuições sem fins Lucrativos	410.017,00	472.974,00	385.970,01	-87.003,99	-18,4%
Outras	47.821,00	47.821,00	33.370,10	-14.450,90	-30,2%
Subsídios	703.288,00	703.288,00	703.285,00	-3,00	0,0%
Outras despesas correntes	630.130,00	722.488,00	675.933,34	-46.554,66	-6,4%
TOTAL	**13.974.520,00**	**14.009.010,00**	**11.627.893,33**	**-2.381.116,67**	**-17,0%**

RECEITAS DE CAPITAL					
Venda de bens de investimento	8.333.049,00	6.796.954,97	579.375,00	-6.217.579,97	-91,5%
Transferências de capital:					
FEF	3.010.392,00	3.010.392,00	3.008.864,00	-1.528,00	-0,1%
Outras	3.196.054,00	3.196.054,00	1.036.507,37	-2.159.546,63	-67,6%
Ativos Financeiros:					
Outros	5,00	5,00	0,00	-5,00	-100,0%
Passivos financeiros:					
Empréstimos curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empréstimos a médio e longo prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras receitas de capital	2.220,00	2.220,00	29.549,35	27.329,35	1231,1%
Reposições não abatidas nos pagament	5.000,00	5.000,00	6.768,70	1.768,70	35,4%
Saldo da gerência anterior		1.536.094,03	1.536.094,03	0,00	0,0%
Total	**14.546.720,00**	**14.546.720,00**	**6.197.158,45**	**-8.349.561,55**	**-57,4%**
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos:					
Terrenos	287.196,00	482.247,00	109.513,65	-372.733,35	-77,3%
Habitações	3,00	3,00	0,00	-3,00	-100,0%
Edifícios	3.119.831,00	3.115.976,00	994.426,19	-2.121.549,81	-68,1%
Construções diversas	6.205.792,00	6.041.877,00	1.560.857,08	-4.481.019,92	-74,2%
Material de transporte	1,00	2.485,00	2.383,67	-101,33	-4,1%
Equipamento de Informática	61.992,00	63.437,00	2.357,41	-61.079,59	-96,3%
Software Informático	218.802,00	218.802,00	88.421,15	-130.380,85	-59,6%
Equipamento administrativo	122.105,00	122.160,00	56.547,87	-65.612,13	-53,7%
Equipamento Básico	354.969,00	323.449,00	52.748,01	-270.700,99	-83,7%
Ferramentas e utensílios	5.000,00	5.000,00	113,81	-4.886,19	-97,7%
Artigos e objetos de valor	33.308,00	309,00	135,63	-173,37	-56,1%
Outros investimentos	400.510,00	417.856,00	218.088,82	-199.767,18	-47,8%
Locação Financeira	353.315,00	369.219,00	369.011,99	-207,01	-0,1%
Transferências de capital:					
Para sociedades não financeiras	1.294.174,00	1.294.174,00	908.963,76	-385.210,24	-29,8%
Para a administração central	5,00	5,00	0,00	-5,00	-100,0%
Para a administração local	845.016,00	865.516,00	579.621,86	-285.894,14	-33,0%
Para Instituições sem fins lucrativos	501.383,00	480.883,00	247.487,05	-233.395,95	-48,5%
Outras	50.002,00	50.002,00	22.500,00	-27.502,00	-55,0%
Ativos Financeiros:					
Concessão de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	450.004,00	450.004,00	300.000,00	-150.004,00	-33,3%
Passivos financeiros:				0,00	
Amortização de empréstimos	1.710.211,00	1.710.215,00	1.710.214,92	-0,08	0,0%
Outras despesas capital	1,00	1,00	0,00	-1,00	-100,0%
TOTAL	**16.013.620,00**	**16.013.620,00**	**7.223.392,87**	**-8.790.227,13**	**-54,9%**

4.1.1 – Aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2012

Os documentos previsionais elaborados nos termos do Plano Oficial das Autarquias Locais materializam-se no Orçamento e Grandes Opções do Plano, que por sua vez tem no Plano Plurianual de Investimentos a relação dos investimentos que o Executivo Camarário pretende concretizar num horizonte temporal de quatro anos, e no mapa das Atividades Mais Relevantes a lista de apoios a conceder, discriminando-os de acordo com a sua natureza, designadamente em despesas de funcionamento e investimento. Além disso, o último dos documentos indicados apresenta também uma listagem de despesas correntes que, por força do seu impacto financeiro na estrutura organizacional da instituição, devem ser evidenciadas, também estas diferenciadas por tipologia e por área de intervenção.

Já o Orçamento reflete a previsão anual de arrecadação de receita necessária para dar cobertura financeira à realização da despesa, quer a corrente, quer a de capital, aplicada em obras de infraestruturas e equipamentos coletivos previstos no Plano Plurianual de Investimentos. Elaborado de acordo com o que as regras previsionais constantes no POCAL determinam, o referido documento foi aprovado em reunião da Assembleia Municipal de 19 de Dezembro de 2011 e esteve em vigor como instrumento de gestão de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012.

Do ponto de vista financeiro, o Orçamento Municipal de 2012 ascendeu a 29.988.140,00 euros, refletindo uma variação negativa de 7,08% quando comparado com o seu homólogo do ano anterior, ou seja, propunha a execução de menos 2.283.370,00 euros relativamente aos valores inicialmente aprovados para 2011.

A lei permite alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, em número ilimitado, nas situações em que se verifique a necessidade de fazer corresponder as estimativas às reais necessidades sentidas na gestão da atividade autárquica. De facto, é possível fazer ajustamentos pontuais no sentido de equilibrar a execução orçamental da receita à execução orçamental da despesa, quer a corrente, quer a de capital. Ora, uma vez que nos documentos previsionais constam à partida as áreas de atuação pretendidas para determinado ano económico, as alterações ao Orçamento servem apenas para clarificar a proveniência dos recursos financeiros destinados a situações pontuais de despesa inicialmente não planeadas ou insuficientemente quantificadas aquando da aprovação inicial.

Conforme resulta da análise aos quadros que se seguem, no decurso de 2012 foram aprovadas e concretizadas 17 modificações ao Orçamento, das quais 13 dizem respeito a alterações orçamentais e as restantes quatro a revisões orçamentais. Estas últimas foram efetuadas unicamente para incluir o montante do saldo da gerência anterior, que, nos termos da lei, só pode ser considerado nos documentos previsionais após aprovação das respetivas contas, e para introduzir um aumento de apenas 34.490,00 euros destinados a fazer face à cobrança de taxas residuais oriundas da aprovação de um novo regulamento de remoção de viaturas da via pública, bem como para a arrecadação da renda mensal proveniente do licenciamento do parque eólico da Praia da Tocha, nos termos do DL n.º 339-C/2001, de 29/12.

QUADRO 4

Modificações Orçamentais da Receita do ano de 2012

Un: (Euros)

Orçamento Inicial		Receitas Correntes		Receitas Capital		29.988.140,00	
		15.441.420,00		14.546.720,00			
N.º	Data	Reforços		Diminuições		Total	
		Receitas Correntes	Receitas Capital	Receitas Correntes	Receitas Capital	Reforços	Diminuições
Rev.1	27-02-2012	33.340,00	0,00	0,00	0,00	33.340,00	0,00
Rev.3	28-09-2012	1.150,00	1.536.094,03	0,00	1.536.094,03	1.537.244,03	1.536.094,03
TOTAL		34.490,00	1.536.094,03	0,00	1.536.094,03	1.570.584,03	1.536.094,03
Orçamento Final		15.475.910,00		14.546.720,00		30.022.630,00	

QUADRO 5

Modificações Orçamentais da Despesa do ano de 2012

Un: (Euros)

		Despesas Correntes	Despesas Capital		
Orçamento Inicial		**13.974.520,00**	**16.013.620,00**	**29.988.140,00**	
		Reforços	Diminuições	Total	
N.º	Data	Despesas Correntes	Despesas Capital	Despesas Correntes	Despesas Capital	Reforços	Diminuições
Alt. 1	06-02-2012	34.818,00	536.943,00	34.818,00	536.943,00	571.761,00	571.761,00
Rev. 1	27-02-2012	33.340,00	800,00	0,00	800,00	34.140,00	800,00
Alt. 2	22-03-2012	8.845,00	25.118,00	8.845,00	25.118,00	33.963,00	33.963,00
Alt. 3	23-04-2012	58.949,00	87.588,00	58.949,00	87.588,00	146.537,00	146.537,00
Rev. 2	27-04-2012	0,00	73.800,00	0,00	73.800,00	73.800,00	73.800,00
Alt. 4	15-05-2012	54.096,00	101.166,00	54.096,00	101.166,00	155.262,00	155.262,00
Alt. 5	19-06-2012	118.090,00	25.924,00	118.090,00	25.924,00	144.014,00	144.014,00
Alt. 6	28-06-2012	46,00	514,00	46,00	514,00	560,00	560,00
Alt. 7	17-07-2012	69.492,00	72.038,00	69.492,00	72.038,00	141.530,00	141.530,00
Alt. 8	23-08-2012	24.975,00	17.229,00	24.975,00	17.229,00	42.204,00	42.204,00
Alt. 9	10-09-2012	2.450,00	43.648,00	2.450,00	43.648,00	46.098,00	46.098,00
Alt. 10	21-09-2012	131.829,00	65.580,00	131.829,00	65.580,00	197.409,00	197.409,00
Rev. 3	28-09-2012	1.150,00	0,00	0,00	0,00	1.150,00	0,00
Alt. 11	23-10-2012	39.187,00	298,00	39.187,00	298,00	39.485,00	39.485,00
Alt. 12	20-11-2012	24.057,00	8.438,00	24.057,00	8.438,00	32.495,00	32.495,00
Rev. 4	17-12-2012	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00
Alt. 13	18-12-2012	7.691,00	0,00	7.691,00	0,00	7.691,00	7.691,00
TOTAL		629.015,00	1.059.084,00	594.525,00	1.059.084,00	1.688.099,00	1.653.609,00
Orçamento Final		**14.009.010,00**		**16.013.620,00**		**30.022.630,00**	

QUADRO 6

Modificações Orçamentais das Grandes Opções do Plano 2012

Un: (Euros)

		PPI		AMR		GOP	
Orçamento Inicial		**11.162.824,00**		**7.252.670,00**		**18.415.494,00**	
N.º	DATA	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES	REFORÇOS	DIMINUIÇÕES
Alt. 1	06-02-2012	583.030,00	583.030,00	1.550,00	1.550,00	584.580,00	584.580,00
Rev. 1	27-02-2012	800,00	800,00	33.340,00	0,00	34.140,00	800,00
Alt. 2	22-03-2012	25.118,00	25.118,00	250,00	250,00	25.368,00	25.368,00
Alt. 3	23-04-2012	91.268,00	91.268,00	11.822,00	11.822,00	103.090,00	103.090,00
Rev. 2	27-04-2012	73.800,00	73.800,00	0,00	0,00	73.800,00	73.800,00
Alt. 4	15-05-2012	121.166,00	121.166,00	808,00	808,00	121.974,00	121.974,00
Alt. 5	19-06-2012	5.424,00	5.424,00	20.500,00	20.500,00	25.924,00	25.924,00
Alt. 6	28-06-2012	514,00	514,00	0,00	0,00	514,00	514,00
Alt. 7	17-07-2012	72.038,00	72.038,00	21.578,00	21.578,00	93.616,00	93.616,00
Alt. 8	23-08-2012	17.229,00	17.229,00	14.375,00	14.375,00	31.604,00	31.604,00
Alt. 9	10-09-2012	43.648,00	43.648,00	900,00	900,00	44.548,00	44.548,00
Alt. 10	21-09-2012	65.580,00	65.580,00	80.285,00	0,00	145.865,00	65.580,00
Rev. 3	28-09-2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alt. 11	23-10-2012	294,00	298,00	17.760,00	17.760,00	18.054,00	18.058,00
Alt. 12	20-11-2012	8.438,00	8.438,00	802,00	802,00	9.240,00	9.240,00
Rev. 4	17-12-2012	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
Alt. 13	18-12-2012	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
TOTAL		**1.108.347,00**	**1.108.351,00**	**233.970,00**	**120.345,00**	**1.342.317,00**	**1.228.696,00**
Orçamento Final		11.162.820,00		7.366.295,00		18.529.115,00	

Os quadros que a seguir se apresentam dão já outra perspetiva do modo como as alterações orçamentais influenciaram a natureza económica das diversas rubricas da receita e da despesa, bem como os níveis que estas atingiram quando comparados com os valores inicialmente aprovados, quer em resultados absolutos, quer em relativos. Do lado da receita, é de referir a inclusão do saldo da gerência anterior, ou seja, o total das disponibilidades de tesouraria existentes em caixa à data de 31 de dezembro de 2011, o que permitiu reduzir o montante inicialmente previsto na rubrica "venda de bens de investimento". Na vertente da despesa, foi possível reduzir os montantes inicialmente previstos relativamente às despesas com pessoal, o que resultou da impossibilidade de renovar contratos com pessoal, tendo diminuído também os encargos correntes da dívida, em virtude de as taxas de referência relativamente à Euribor se encontrarem em baixa. Estas alterações permitiram por sua vez reforçar outras rubricas, tais como "aquisição de bens e serviços", com 118.330,00 euros, "transferências correntes", com 93.843,00 euros, e "outras despesas correntes", com 92.358,00 euros.

QUADRO 7

DISTRIBUIÇÃO DAS ALTERAÇÕES E REVISÕES ORÇAMENTAIS SEGUNDO A NATUREZA ECONÓMICA

Un: (Euros)

CAPÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL		ALTERAÇÕES E REVISÕES		DOTAÇÃO FINAL		VARIAÇÃO	
	VALOR	%	REFORÇOS	DEDUÇÕES	VALOR	%	VALOR	%
01 IMPOSTO DIRETOS	5.402.704,00	18,02%	0,00	0,00	5.402.704,00	18,00%	0,00	0,00%
02 IMPOSTOS INDIRETOS	324.112,00	1,08%	50,00	0,00	324.162,00	1,08%	50,00	0,02%
04 TAXAS, MULTAS EOUTRAS PENALIDADES	467.043,00	1,56%	50,00	0,00	467.093,00	1,56%	50,00	0,01%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.315.595,00	4,39%	33.340,00	0,00	1.348.935,00	4,49%	33.340,00	2,53%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.826.293,00	22,76%	0,00	0,00	6.826.293,00	22,74%	0,00	0,00%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.054.095,00	3,52%	0,00	0,00	1.054.095,00	3,51%	0,00	0,00%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	51.578,00	0,17%	1.050,00	0,00	52.628,00	0,18%	1.050,00	2,04%
RECEITAS CORRENTES	15.441.420,00	51,49%	34.490,00	0,00	15.475.910,00	51,55%	34.490,00	0,22%
09 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	8.333.049,00	27,79%	0,00	1.536.094,03	6.796.954,97	22,64%	-1.536.094,03	-18,43%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.206.446,00	20,70%	0,00	0,00	6.206.446,00	20,67%	0,00	0,00%
11 ATIVOS FINANCEIROS	5,00	0,00%	0,00	0,00	5,00	0,00%	0,00	0,00%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.220,00	0,01%	0,00	0,00	2.220,00	0,01%	0,00	0,00%
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5.000,00	0,02%	0,00	0,00	5.000,00	0,02%	0,00	0,00%
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	0,00%	1.536.094,03	0,00	1.536.094,03	5,12%	1.536.094,03	
RECEITAS CAPITAL	**14.546.720,00**	**48,51%**	**1.536.094,03**	**1.536.094,03**	**14.546.720,00**	**48,45%**	**0,00**	**0,00%**
TOTAL	29.988.140,00	100,00%	1.570.584,03	1.536.094,03	30.022.630,00	100,00%	34.490,00	0,12%

QUADRO 8

DISTRIBUIÇÃO DAS ALTERAÇÕES E REVISÕES ORÇAMENTAIS SEGUNDO A NATUREZA ECONÓMICA

Un: (Euros)

CAPÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL		ALTERAÇÕES E REVISÕES		DOTAÇÃO FINAL		VARIAÇÃO	
	VALOR	%	REFORÇOS	DEDUÇÕES	VALOR	%	VALOR	%
01 PESSOAL	5.361.065,00	17,88%	95.621,00	330.662,00	5.126.024,00	17,07%	-235.041,00	**-4,38%**
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5.739.311,00	19,14%	326.789,00	208.459,00	5.857.641,00	19,51%	118.330,00	**2,06%**
03 ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA	910.968,00	3,04%	0,00	35.000,00	875.968,00	2,92%	-35.000,00	**-3,84%**
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	629.758,00	2,10%	114.247,00	20.404,00	723.601,00	2,41%	93.843,00	**14,90%**
05 SUBSÍDIOS	703.288,00	2,35%	0,00	0,00	703.288,00	2,34%	0,00	**0,00%**
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	630.130,00	2,10%	92.358,00	0,00	722.488,00	2,41%	92.358,00	**14,66%**
DESPESAS CORRENTES	13.974.520,00	46,60%	629.015,00	594.525,00	14.009.010,00	46,66%	34.490,00	0,25%
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO	11.162.824,00	37,22%	964.780,00	964.784,00	11.162.820,00	37,18%	-4,00	**0,00%**
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.690.580,00	8,97%	20.500,00	20.500,00	2.690.580,00	8,96%	0,00	**0,00%**
09 ATIVOS FINANCEIROS	450.004,00	1,50%	0,00	0,00	450.004,00	1,50%	0,00	**0,00%**
10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.710.211,00	5,70%	4,00	0,00	1.710.215,00	5,70%	4,00	**0,00%**
11 OUTRAS DESPESAS CAPITAL	1,00	0,00%	0,00	0,00	1,00	0,00%	0,00	**0,00%**
DESPESAS CAPITAL	**16.013.620,00**	**53,40%**	**985.284,00**	**985.284,00**	**16.013.620,00**	**53,34%**	**0,00**	**0,00%**
TOTAL	29.988.140,00	100,00%	1.614.299,00	1.579.809,00	30.022.630,00	100,00%	34.490,00	0,12%

4.1.2 - Execução Orçamental da Receita

Nos próximos quadros é possível avaliar, sob diversas perspetivas, o comportamento dos níveis de execução da receita ao longo do ano em apreciação.

Da análise ao quadro n.º 9 constata-se que o ano de 2012 encerrou com as receitas cobradas a atingirem 20.946.657,98 euros, valor que traduz um aumento de 1.834.788,56 euros relativamente a 2011, sendo de sublinhar o facto de 83,72% desse aumento (1.536.094,03 euros) corresponder à poupança de 2011 e que transitou para 2012, além de que é de assinalar que não houve qualquer empréstimo a influenciar o resultado positivo deste indicador.

Estamos portanto perante a inversão da tendência de diminuição das receitas municipais que se vinha acentuando desde 2009, com tudo o que isso representa para o reforço do equilíbrio financeiro, sem esquecer que a referida poupança foi obtida numa conjuntura de crise económica sem precedentes.

Aqui é de ressalvar que, dos três anos apresentados, no de 2010 a receita tinha tido também um comportamento favorável relativamente ao ano anterior, mas isso ficou a dever-se à circunstância de o Município de Cantanhede ter recorrido a um Plano de Saneamento Financeiro, no valor global de 16 milhões de euros. Assim e para mais facilmente aferir os reais níveis de execução da receita sem qualquer influência dos passivos financeiros, apresentam-se, em nota de rodapé, no referido quadro, os montantes efetivamente arrecadados deduzidos dos valores cobrados por conta da rubrica de passivos financeiros nos anos de 2010 e 2011.

Regressando à inversão da tendência de diminuição da receita, por via da poupança conseguida, não se pode deixar de sublinhar que essa poupança é de 2.095.371,78 euros, valor muito significativo e que representa o saldo transitado para 2013. De resto, assiste-se aqui ao reforço da tendência que já vinha de 2011, ano em que se registou uma poupança de 1.536.094,03 euros, em resultado da capacidade da Autarquia em cativar e rentabilizar as suas receitas. Considerando os dois anos em causa estamos perante uma evolução de 36,41%, o que revela claramente o acerto da política de investimentos fazendo a aplicação das despesas de capital apenas quando estas são consideradas relevantes e necessários.

QUADRO 9

RELAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS BRUTAS

(valores em euros)

DESIGNAÇÃO	2010		2011		2012	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES						
Impostos Diretos	4.900.166,10	14,6	5.406.260,97	26,0	5.637.509,21	26,9
Impostos Indiretos	355.627,26	1,1	236.767,34	1,1	268.675,03	1,3
Taxas, multas e outras penalidades	223.437,10	0,7	361.619,93	1,7	225.095,34	1,1
Rendimentos de propriedade	1.049.887,55	3,1	1.112.911,14	5,3	1.302.933,94	6,2
Transferências Correntes	7.327.082,54	21,8	6.845.554,84	32,9	6.483.049,78	31,0
Venda de Bens e Serviços Correntes	670.011,23	2,0	825.063,77	4,0	699.836,26	3,3
Outras Receitas Correntes	78.536,15	0,2	45.965,60	0,2	132.399,97	0,6
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	**14.604.747,93**	**43,5**	**14.834.143,59**	**71,3**	**14.749.499,53**	**70,41**
RECEITAS DE CAPITAL						
Venda de Bens de Investimento	70.084,33	0,2	87.415,52	0,4	579.375,00	2,8
Transferências de Capital	4.467.596,28	13,3	4.068.661,48	19,5	4.045.371,37	19,3
Ativos Financeiros	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Passivos Financeiros	14.300.000,00	42,6	1.700.000,00	8,2	0,00	0,0
Outras Receitas de Capital	368,68	0,0	1.971,52	0,0	29.549,35	0,1
Reposições não abatidas nos pagamentos	7.611,36	0,0	1.868,50	0,0	6.768,70	0,0
Saldo da Gerência Anterior	116.009,55	0,3	117.808,81	0,6	1.536.094,03	7,3
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	**18.961.670,20**	**56,49**	**5.977.725,83**	**28,7**	**6.197.158,45**	**29,59**
TOTAL GERAL DA RECEITA	**33.566.418,13**	**100,00**	**20.811.869,42**	**100,0**	**20.946.657,98**	**100,00**
Receitas totais cobradas sem influência dos passivos financeiros						
Passivos Financeiros	14.300.000,00	42,6	1.700.000,00	8,2	0,00	0,0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL SEM PASSIVOS FINANCEIROS	**4.661.670,20**	**24,20**	**4.277.725,83**	**22,38**	**6.197.158,45**	**29,59**
TOTAL GERAL DA RECEITA SEM PASSIVOS FINANCEIROS	**19.266.418,13**		**19.111.869,42**		**20.946.657,98**	

QUADRO 10

VARIAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS BRUTAS AO LONGO DOS ANOS

Un. (Euros)

DESIGNAÇÃO	2010 VALOR	2011 VALOR	△	%	2012 VALOR	△	%
RECEITAS CORRENTES							
Impostos Diretos:							
Contribuição Autárquica/IMI	3.327.226,22	3.360.661,05		1,0	3.621.150,87		7,8
Impostos Sobre Veículos/ IUC	552.562,93	595.394,51		7,8	694.782,82		16,7
Sisa/IMT	1.020.376,95	714.140,90		-30,0	655.295,88		-8,2
Derrama	0,00	736.064,51			666.279,64		-9,5
Impostos de Mais-Valias	0,00	0,00			0,00		
Outros	0,00	0,00			0,00		
Impostos Indiretos	355.627,26	236.767,34		-33,4	268.675,03		13,5
Taxas, multas e outras penalidades	223.437,10	361.619,93		61,8	225.095,34		-37,8
Rendimentos de propriedade	1.049.887,55	1.112.911,14		6,0	1.302.933,94		17,1
Transferências Correntes:							
Transferências do Estado	7.314.775,88	6.832.295,82		-6,6	6.480.637,87		-5,1
Outras	12.306,66	13.259,02		7,7	2.411,91		-81,8
Venda de Bens e serviços correntes	670.011,23	825.063,77		23,1	699.836,26		-15,2
Outras Receitas Correntes	78.536,15	45.965,60		-41,5	132.399,97		188,0
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	14.604.747,93	14.834.143,59		1,6	14.749.499,53		-0,6
RECEITA DE CAPITAL							
Venda de Bens de Investimento	70.084,33	87.415,52		24,7	579.375,00		562,8
Transferências de Capital:							
Transferências do Estado	3.377.457,00	3.196.013,00		-5,4	3.008.864,00		-5,9
Outras	1.090.139,28	872.648,48		-20,0	1.036.507,37		18,8
Ativos Financeiros	0,00	0,00			0,00		
Passivos Financeiros	14.300.000,00	1.700.000,00		-88,1	0,00		-100,0
Outras Receitas de Capital	368,68	1.971,52		434,8	29.549,35		1.398,8
Reposições não abatidas nos pagam	7.611,36	1.868,50		-75,5	6.768,70		262,3
Saldo da Gerência Anterior	116.009,55	117.808,81		1,6	1.536.094,03		1.203,9
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	**18.961.670,20**	**5.977.725,83**		**-68,5**	**6.197.158,45**		**3,7**
TOTAL GERAL DA RECEITA	33.566.418,13	20.811.869,42		-38,0	20.946.657,98		0,6
Receitas totais cobradas sem influência dos passivos financeiros							
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	**4.661.670,20**	**4.277.725,83**		**-8,2**	**6.197.158,45**		**44,9**
TOTAL GERAL DA RECEITA	19.266.418,13	19.111.869,42		-0,8	20.946.657,98		9,6

RECEITAS CORRENTES

Quanto ao comportamento das receitas em função da sua natureza, verifica-se no quadro n.º 10 que, estas encerraram com uma variação negativa relativamente aos valores cobrados em 2011, decréscimo que resulta de um misto de vários fatores, a começar pela diminuição das verbas auferidas por via dos impostos indiretos e das taxas, multas e outras penalidades, que baixaram 17,48%, ou seja, 104.616,90 euros em termos absolutos. Esta situação era de resto expetável face à conjuntura económica particularmente adversa que se tem vivido, sobretudo pela diminuição da atividade do sector da construção civil, traduzida na descida das receitas relacionadas com loteamentos e novas edificações.

Outra receita que registou uma variação negativa em relação a 2011 foi a da venda de bens e serviços correntes, que desceu 15,2%, ou seja, 125.227,51 euros, o que ficou a dever-se ao facto de a autarquia ter deixado de cobrar taxas aos utentes das piscinas municipais, da faixa etária dos 4 aos 15 anos, cuja gestão passou para a esfera das associações concelhias. Por outro lado, também houve uma diminuição do montante da cobrança das refeições escolares e prolongamento de horário das crianças do 1.º CEB, situação que está diretamente relacionada com a regularização da faturação através do novo sistema implementado para o efeito (as limitações do antigo sistema obrigaram a instituição a faturar 15 meses em 2011, enquanto em 2012 já foi possível faturar os 11 meses devidos).

Mas a receita que mais desce é sem dúvida a das transferências correntes, que sofreu uma queda no valor de 362.505,06 euros (5,3%). Do pacote de transferências correntes recebidas em 2012, é de assinalar a diminuição das correspondentes à participação do Município nos impostos cobrados pela Administração Central, que baixaram 275.458,00 euros, muito por efeito do corte de mais 5% (a somar ao já realizado em 2010 na mesma percentagem) nas verbas que dizem respeito à percentagem que a autarquia recebe das cobranças efetuadas pelo Estado. Em todo o caso, o total da diminuição nas transferências correntes, traduzido nos já referidos 362.505,06 euros, acabou por ser um pouco compensado pela subida da receita dos impostos diretos, mas muito longe de ser suficiente para manter a receita corrente ao nível da de 2011. A verdade é que apenas 63,79% desse valor a menos na receita em causa acabou por ter cobertura pelos impostos diretos. O impacto negativo dos mencionados cortes nas contas das autarquias terá sido aliás um dos motivos por que o Governo abriu a possibilidade de os municípios aumentarem o Imposto Municipal

sobre Imóveis (IMI) a partir de 2012, ao subir 0,1% do limite da taxa máxima, de 0,4 para 0,5%, sendo de assinalar que o executivo camarário de Cantanhede decidiu poupar os munícipes a esse aumento, mantendo-a em 0,4%, o que representa para os proprietários uma poupança de menos 20% do valor que a autarquia poderia cobrar. É preciso notar que prescindir da verba correspondente a esses 20% a menos no total da cobrança possível do IMI, significa na prática um esforço financeiro apreciável por parte da autarquia, sobretudo se se tiver em conta o contexto da já enunciada descida de várias receitas correntes, como sejam as taxas, multas e outras penalidades, a da venda de bens e serviços correntes e a das transferências correntes, a mais significativa conforme antes se explicou.

Um contributo positivo para a receita de 2012, relativamente à de 2011, foi o das cobranças sobre os rendimentos de propriedade, que subiram 190.022,80 euros, em virtude dos juros obtidos pelos depósitos a prazo efetuados pela autarquia ao longo do ano, do recebimento de 2,5% a título de renda pelo licenciamento do Parque Eólico da Praia da Tocha e da subida do valor cobrado pela concessão de distribuição da energia elétrica em baixa tensão.

Focalizando agora a análise da receita na perspetiva do seu comportamento em relação aos montantes inicialmente previstos em Orçamento (quadro n.º 3, nas páginas 10 e 11 do presente relatório), verifica-se que, em termos globais, houve um desvio negativo de 4,7% face aos valores inicialmente previstos nos documentos previsionais, o que ficou a dever-se, essencialmente, aos desvios negativos nas transferências correntes, nas verbas da venda de bens e serviços correntes, no Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT) e na Derrama, estas duas últimas com um decréscimo de 250.649,48 euros. É de referir que, muito provavelmente, a Derrama irá descer ainda mais em 2013, uma vez que o executivo camarário deliberou no sentido da aplicação de uma taxa reduzida de 1% para as empresas com volume de negócios inferior a 150.000 euros, o que significa que estas vão pagar menos 33,33% do referido imposto. Trata-se sem dúvida de um benefício bastante apreciável que pode ser interpretado como um incentivo para as mais pequenas empresas do Concelho superarem as dificuldades resultantes da difícil conjuntura económica que o País atravessa.

A terminar, resta deixar uma última nota sobre a rubrica residual designada por Outras Receitas Correntes que em 2012 registou um encaixe financeiro de 132.399,97 euros em resultado de um donativo da EDP – Renováveis Portugal, SA concedido à autarquia ao abrigo do estatuto dos benefícios fiscais e que não está previsto em Orçamento.

RECEITAS DE CAPITAL

No que concerne às receitas de capital arrecadadas em 2012, apesar de, no essencial, os valores desta rubrica estarem em linha com as previsões iniciais, não é possível passar à margem da redução efetiva de 187.149,00 euros do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) resultante do corte de 5% imposto pela Administração Central. Aliás, isso já tinha acontecido em 2010, fazendo com que o Município de Cantanhede tenha arrecadado menos 1.332.939,00 euros de receita corrente e de capital nos dois anos em causa.

O desvio negativo das transferências relacionadas com fundos comunitários está representado no quadro n.º 3 e deve-se sobretudo ao reajustamento que o Município foi obrigado a fazer ao programa de investimentos constante em orçamento, uma vez que este se revelou demasiado ambicioso para a conjuntura, bem como de uma diminuição das verbas por parte do QREN, em resultado da reestruturação de que foi alvo este programa de apoio comunitário. Efetivamente, a aplicabilidade prática do QREN sofreu em 2012 revezes consideráveis do ponto de vista da aprovação das candidaturas, o que acabou por ter efeito na receita de capital da Autarquia, além de que a transferência dos fundos comunitários não tem acompanhado devidamente o ritmo de execução de certas obras com financiamento aprovado, algumas já concluídas, outras em execução.

Recorde-se que, em 2012, o Município se viu confrontado com a necessidade de reprogramar e anular alguns investimentos com candidatura aprovada, na sequência da celebração de um Memorando de Acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, do qual viria a resultar a rescisão de contratos de financiamento aprovados nos Programas Operacionais Regionais, situação que afetou todas as Autarquias, incluindo naturalmente a de Cantanhede.

Do somatório das situações atrás descritas resultou um desvio negativo muito considerável nas receitas de capital previstas no Orçamento de 2012, desvio esse que tem muito a ver com a já explicada impossibilidade de obtenção de verbas por via da comparticipação de fundos comunitários relativamente a obras que ainda não

puderam avançar. De qualquer modo, trata-se de projetos que não foram nem serão abandonados; apenas aguardam melhor oportunidade para o investimento.

No que respeita à venda de bens de investimento, o ano encerrou com uma cobrança efetiva de 579.375,00 euros, produto da venda das frações do Edifício no Gaveto, no Largo Cândido Reis, em Cantanhede, concluído em meados de 2012, e da alienação de dois lotes em zonas industriais, um na de Febres, outro na de Cantanhede. A venda do lote 120 na Zona Industrial de Cantanhede traduziu-se na valorização da base produtiva do concelho com a instalação da Converde, SA, empresa de biotecnologia que inaugurou em Cantanhede a primeira unidade industrial de produção de um novo fungicida biológico, a partir do processamento da semente de tremoço através de métodos inovadores. Trata-se de um investimento de 30 milhões de euros num projeto pioneiro a nível mundial e que foi desenvolvido integralmente por investigadores portugueses, iniciando-se agora a fase de produção industrial, que atingirá os 100 postos de trabalho quando a empresa chegar a velocidade cruzeiro.

O quadro n.º 11 e respetivas figuras ilustrativas refletem as principais fontes de financiamento ao longo dos últimos três exercícios, ressaltando da sua leitura duas conclusões imediatas: a eliminação do peso do financiamento de longo prazo contratualizado pela autarquia e o aumento das receitas próprias da autarquia. Estamos portanto perante um reforço do grau de independência da organização face aos fatores externos, leitura que decorre também da análise como as várias componentes da receita concorrem para a obtenção dos resultados globais da entidade.

Na sequência do percurso já verificado de 2010 para 2011, em 2012 concretizou-se mais uma subida das receitas próprias da Autarquia, que atingiram 42,37% das receitas totais, um aumento de 9,87% em relação a 2011. Este aumento, de grande relevância quanto ao grau de autonomia financeira da instituição, serviu para contrabalançar a redução sentida ao nível das transferências correntes e de capital, as quais decresceram 385.795,17 euros face a 2011, e também o facto de não ter havido recurso a receitas oriundas de financiamentos bancários.

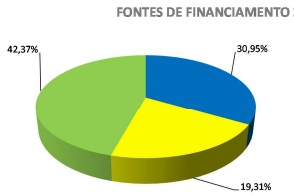
Por outro lado, justifica-se recordar aqui alguns dos já mencionados fatores que estiveram na origem do decréscimo dos fluxos financeiros obtidos pelo Município, nomeadamente o congelamento das transferências referentes à percentagem devida dos impostos cobrados pela Administração Central, bem como o impacto negativo sentido pelos atrasos na concretização financeira de candidaturas aprovadas em sede de fundos comunitários.

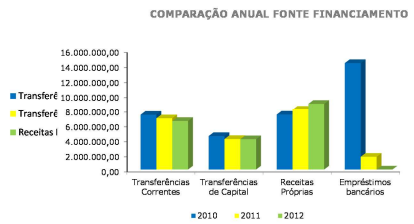
QUADRO 11

Principais Fontes de Financiamento do Município

(Un:euros)

DESCRIÇÃO	2010 VALOR	%	2011 VALOR	%	2012 VALOR	%
Transferências Correntes	**7.327.082,54**	21,82%	**6.845.554,84**	32,89%	**6.483.049,78**	30,95%
FGM/FCM/FBM - FEF/FSM/IRS	6.370.689,00		6.058.076,00		5.782.618,00	
Fundos Comunitários	7.698,24		7.225,04		50.345,36	
Contratos Programa	879.568,85		720.110,40		569.903,43	
Outras	69.126,45		60.143,40		80.182,99	
Transferências de Capital	**4.467.596,28**	13,30%	**4.068.661,48**	19,55%	**4.045.371,37**	19,31%
FGM/FCM/FBM - FEF	3.370.457,00		3.196.013,00		3.008.864,00	
Fundos Comunitários	1.079.932,67		825.433,40		1.026.074,00	
Contratos Programa	7.000,00		0,00		0,00	
Outras	10.206,61		47.215,08		10.433,37	
Receitas Próprias	**7.348.118,40**	21,89%	**8.077.975,79**	38,81%	**8.875.374,10**	42,37%
Empréstimos bancários	**14.300.000,00**	42,60%	**1.700.000,00**	8,17%	**0,00**	0,00%





QUADRO 12

RESUMO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS 2 ANOS

Un: (Euros)

CÓD.	DESIGNAÇÃO	2011					2012				
		ORÇAMENTO CORRIGIDO	LIQUIDADA	COBRADA	TAXA DE EXECUÇÃO LIQUIDADA	TAXA DE EXECUÇÃO COBRADA	ORÇAMENTO CORRIGIDO	LIQUIDADA	COBRADA	TAXA DE EXECUÇÃO LIQUIDADA	TAXA DE EXECUÇÃO COBRADA
		A	B	C	B/A	C/A	A	B	C	B/A	C/A
	RECEITA CORRENTE										
01	Impostos Diretos	4.939.293,00	5.406.260,97	5.406.260,97	109,45	109,45	5.402.704,00	5.637.509,21	5.637.509,21	104,35	104,35
02	Impostos Indiretos	303.743,00	305.043,70	236.767,34	100,43	77,95	324.162,00	258.868,56	268.675,03	79,86	82,88
04	Taxas, Multas e outras penalidades	241.037,00	361.619,93	361.619,93	150,03	150,03	467.093,00	225.095,34	225.095,34	48,19	48,19
05	Rendimentos de Propriedade	1.136.953,00	1.112.911,14	1.112.911,14	97,89	97,89	1.348.935,00	1.302.933,94	1.302.933,94	96,59	96,59
06	Transferências Correntes	7.248.145,00	6.840.745,31	6.845.554,84	94,38	94,45	6.826.293,00	6.627.620,27	6.483.049,78	97,09	94,97
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	833.102,00	896.407,87	825.063,77	107,60	99,04	1.054.095,00	722.342,23	699.836,26	68,53	66,39
08	Outras Receitas Correntes	58.257,00	45.482,01	45.965,60	78,07	78,90	52.628,00	115.046,74	132.399,97	218,60	251,58
	TOTAL	**14.760.530,00**	**14.968.470,93**	**14.834.143,59**	**101,41**	**100,50**	**15.475.910,00**	**14.889.416,29**	**14.749.499,53**	**96,21**	**95,31**
	RECEITAS DE CAPITAL										
09	Venda de Bens de Investimento	8.422.264,00	87.415,52	87.415,52	1,04	1,04	6.796.954,97	472.875,00	579.375,00	6,96	8,52
10	Transferências de Capital	7.083.722,00	3.721.295,93	4.068.661,48	52,53	57,44	6.206.446,00	3.981.773,29	4.045.371,37	64,16	65,18
11	Ativos Financeiros	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Passivos Financeiros	2.000.000,00	1.700.000,00	1.700.000,00	85,00	85,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Outras Receitas de Capital	540,00	1.971,52	1.971,52	365,10	365,10	2.220,00	29.549,35	29.549,35	1.331,05	1.331,05
	TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	**17.506.531,00**	**5.510.682,97**	**5.858.048,52**	**31,48**	**33,46**	**13.005.625,97**	**4.484.197,64**	**4.654.295,72**	**34,48**	**35,79**
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGA	4.449,00	1.868,50	1.868,50	42,00	42,00	5.000,00	9.759,43	6.768,70	195,19	135,37
16	SALDO GERÊNCIA ANTERIOR	117.808,81	117.808,81	117.808,81	100,00	100,00	1.536.094,03	1.536.094,03	1.536.094,03	100,00	100,00
17	OPERAÇÕES EXTRA -ORÇAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL GERAL	32.389.318,81	20.598.831,21	20.811.869,42	63,60	64,26	30.022.630,00	20.919.467,39	20.946.657,98	69,68	69,77
	Receitas totais cobradas sem influência dos passivos financeiros										
12	Passivos Financeiros	2.000.000,00	1.700.000,00	1.700.000,00	85,00	85,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL RECEITAS DE CAPITAL SEM PASSIVOS FINANCEIROS	15.506.531,00	3.810.682,97	4.158.048,52	24,57	26,81	13.005.625,97	4.484.197,64	4.654.295,72	34,48	35,79
	TOTAL GERAL DA RECEITA SEM PASSIVOS FINANCEIROS	**30.389.318,81**	**18.898.831,21**	**19.111.869,42**	**62,19**	**62,89**	**30.022.630,00**	**20.919.467,39**	**20.946.657,98**	**69,68**	**69,77**

O quadro n.º 12 reporta-se ao modo como a receita foi executada ao longo do ano. Neste caso concreto, justifica-se que a sua análise decorra da leitura comparada com o quadro n.º 3, pois este facilita a avaliação dos desvios verificados entre a execução orçamental corrigida e os níveis de execução efetivos durante o período sujeito a análise, tendo por base a natureza económica. Enquanto isso, o quadro n.º 12 mostra as várias fases de execução da receita, separando os níveis de receita liquidada dos níveis de receita cobrada. Quanto à primeira, constata-se que ela alcançou uma taxa de 96,21%, percentagem um pouco inferior à de 2011 (101,41%). Ao nível da receita efetivamente cobrada, a taxa de cobrança foi de 95,31%, o que demonstra também o elevado nível de fiabilidade dos documentos previsionais. A este respeito, o quadro n.º 3 demonstra claramente que apenas não foram cobrados 726.410,47 euros relativamente aos valores inicialmente previstos.

Ao nível da execução das receitas de capital, a cobrança efetiva foi bastante mais baixa da que estava estimada, realidade que em todo o caso configura um dado positivo, na medida em que não houve a este nível qualquer incidência da componente "Passivos Financeiros", além de que a autarquia não teve necessidade de alienar património constante nos documentos previsionais de 2012.

Por outro lado, o desvio verificado está também relacionado com atrasos nas transferências de verbas oriundas dos fundos comunitários a que a autarquia tem direito em função dos investimentos em infraestruturas no âmbito de candidaturas aprovadas pelo QREN, como de resto já foi anteriormente explicado.

Observando o quadro n.º 12 numa perspetiva global, verifica-se que o ano financeiro de 2012 encerra com uma taxa de execução da receita cobrada de 69,77%, ainda assim superior à de 2011, que além de ter sido influenciada pela rubrica de passivos financeiros não passou dos 64,26% (62,89%, expurgando os referidos passivos financeiros). Sobre este aspeto, convém notar que as taxas variam em função de orçamentos corrigidos distintos, mas como a variação entre um e outro não foi muito significativa, (um diferencial de apenas 366 mil euros), a análise não surge distorcida.

QUADRO 13

DÍVIDAS DE TERCEIROS — **ANO FINANCEIRO DE 2012**

DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS	Dívida apurada em 31/12/2010	Dívida apurada em 31/12/2011	EVOLUÇÃO DURANTE O ANO DE 2012 Diminuição da dívida anterior	Transferênica da dívida para cobrança duvidosa	Novos encargos	Dívida apurada em 31/12/2012	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
I - DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZO:							
SOMA DE I	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
II - DÍVIDAS A CURTO PRAZO:							
1. Clientes c/c							
1.1. Clientes c/c	44.341,66	38.689,27	36.298,52	8.079,50	52.467,49	46.778,74	
1.2. Clientes cobrança duvidosa	26.214,51	56.823,76	20.086,76	0,00	87.972,19	124.709,19	
SOMA II - 1	**70.556,17**	**95.513,03**	**56.385,28**	**8.079,50**	**140.439,68**	**171.487,93**	
2. Contribuintes e Utentes c/c							
2.1. Contribuintes C/C	680,14	68.960,18	33.770,31	35.328,42	20.683,42	20.544,87	
2.2. Utentes c/c	22.933,62	48.254,81	11.289,81	34.880,17	22.797,09	24.881,92	
SOMA II - 2	**23.613,76**	**117.214,99**	**45.060,12**	**70.208,59**	**43.480,51**	**45.426,79**	
3. Fornecedores de imobilizado							
3.1 Empreiteiros c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	2.990,73	2.990,73	
SOMA III - 3	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.990,73**	**2.990,73**	
4. Outros devedores							
4.1. Outros devedores (Estado e Fundos Comunitários)	942.418,87	582.613,21	471.687,97	0,00	501.207,98	612.133,22	
4.3. Devedores e credores por operações de permutas	14.293,00	14.293,00	14.293,00	0,00	0,00	0,00	
4.2. Devedores por encargos suportados pelo Município	6.975,16	18.338,41	15.231,11	9.684,10	10.709,53	4.132,73	
SOMA IV - 4	**963.687,03**	**615.244,62**	**501.212,08**	**9.684,10**	**405.417,51**	**616.265,95**	
SOMA DE II	**1.057.856,96**	**827.972,64**	**602.657,48**	**87.972,19**	**589.337,70**	**836.171,40**	
III - DÍVIDAS A CURTO PRAZO:							
4.3. Adiantamento por conta de vendas	0,00	0,00	0,00	**0,00**	-106.500,00	-106.500,00	
SOMA DE III	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-106.500,00**	**-106.500,00**	
TOTAL GERAL	**1.057.856,96**	**827.972,64**	**602.657,48**	**87.972,19**	**482.837,70**	**729.671,40**	

O quadro n.º 13 caracteriza a relação das quantias em dívida ao Município por grupos de clientes, de acordo com as seguintes tipologias de serviços prestados:

- Fornecimentos de refeições escolares servidas aos alunos do 1.º Ciclo de Ensino Básico e Jardins-de-Infância da rede pública, bem como o prolongamento de horário pela frequência de estabelecimentos de ensino público pré-escolar;

- Utilização de infraestruturas municipais;

- Compensações de encargos de funcionamento suportados pelo Município pela cedência ou utilização de recursos humanos ou equipamentos municipais;

- Taxas diversas; e

- Recebimentos auferidos a título de adiantamento obtidos por força da alienação de imóveis.

Grande parte do montante devido à Autarquia pela prestação destes serviços, montante esse que totalizava 836.171,40 euros em 31 de Dezembro de 2012, diz respeito a dívidas de terceiros à instituição que foram liquidadas durante o ano em análise, o que traduz um aumento de apenas 8.198,76 euros relativamente a 2011. Dessas dívidas de terceiros à instituição, em 31 de dezembro de 2011 tinham sido arrecadados 602.657,48 euros de um total de 827.972,64 euros.

Numa análise exaustiva à decomposição das dívidas de terceiros para com o Município de Cantanhede, no sentido de serem adotados os procedimentos necessários para viabilizar a arrecadação dessas receitas, verifica-se que o valor das dívidas em cobrança duvidosa subiu para 124.709,19 euros, contra os 56.823,76 euros registados em 2011. Na sequência de várias diligências foi possível arrecadar um total de 65.387,86 euros, dos quais 20.086,76 euros se encontravam em cobrança duvidosa à data de 31 de dezembro de 2011.

Conforme decorre do n.º 15 da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8, de 21 de Fevereiro de 2012 e respetiva legislação complementar) as autarquias locais são obrigadas a identificar todos os recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior, publicitá-los no sítio da internet e fazer com que essa listagem conste dos documentos de prestação de contas. Apesar de não resultar claro na referida lei, nem na legislação complementar entretanto publicada pelo decreto-lei n.º 127/2012, de 21/6, qual a data em que esta listagem deverá ser apresentada, o Município de Cantanhede optou por fazê-la constar anualmente como parte integrante dos seus documentos de prestação de contas. Esta listagem será apresentada por tipologias de dívidas ou grupos de clientes, numa relação exaustiva de todos os devedores que tinham dívidas vencidas à data de 31 de dezembro de 2012.

Em todo o caso, essa relação não é forçosamente coincidente com os valores constantes do quadro n.º 13, pois estes demonstram as dívidas ao Município vencidas e vincendas, quantificadas num total de 221.009,23 euros, incluindo, tal como determinado pelo POCAL, as dívidas à Autarquia contabilizadas como sendo de cobrança duvidosa. Este valor foi decomposto de forma a permitir quantificar os montantes por tipo de serviços prestados, nomeadamente os seguintes:

- O Município tem a receber o montante de 86.058,17 euros pelo fornecimento de refeições escolares servidas aos alunos que frequentam o 1.º Ciclo de Ensino Básico e jardim-de-infância da rede pública, incluindo o prolongamento de horário. Das diligências efetuadas junto dos respetivos devedores, incluindo a possibilidade de pagamentos a prestações, conseguiu-se arrecadar 11.196,52 euros dos 32.068,62 euros contabilizados como cobrança duvidosa em 2011. Dos 86.058,17 euros referentes ao serviço mencionado, só 47.241,32 euros respeitam a dívidas de terceiros vencidas (constante do mapa dos recebimentos em atraso, à data de 31 de dezembro de 2012), dos quais 34.600,69 euros se encontram contabilizados como cobrança duvidosa. O Município, recorde-se, tem a obrigatoriedade de reportar as dívidas de terceiros vencidas até 31 de dezembro de 2012, o que significa dizer que, à data em que este relatório é apresentado, muitos devedores poderão ter entretanto regularizado a sua situação;

- Pela utilização de infraestruturas municipais, concretamente, do Pavilhão "Marialvas" e das Piscinas Municipais, estão por cobrar 51.322,92 euros, sendo de cobrança duvidosa 42.486,28 euros. Apesar de se tratar de dívidas com alguma antiguidade, da parte de coletividades concelhias, elas estão a ser pagas segundo as suas disponibilidades de tesouraria e mediante planos de pagamentos devidamente acordados entre ambas as partes;

- Pela compensação de encargos de funcionamento suportados pelo Município no que diz respeito à cedência e utilização de recursos humanos ou de equipamentos municipais, a 31 de Dezembro de 2012 a instituição era credora de dívidas no valor de 8.997,67 euros, dos quais 4.864,94 euros se encontram contabilizados em cobrança duvidosa;

- No âmbito de situações diversas foram igualmente apuradas dívidas para com a Autarquia de reduzido valor e que na globalidade representam 19.139,40 euros.

- No âmbito de Taxas de Publicidade, Ocupação da Via Pública e utilização de Terrados em Mercados e Feiras, dos valores por cobrar em 31 de dezembro de 2011, conseguiu-se arrecadar a quantia de 31.752,72 euros, tendo sido anulado o montante de 3.246,94 euros. Neste capítulo, o ano de 2012 terminou com dívidas por cobrar de 55.491,07 euros.

Os montantes reconhecidos como dívidas de terceiros, nomeadamente as relacionadas com candidaturas submetidas e aprovadas ao abrigo do Mais Centro - Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do QREN, estas ascendiam a 612.133,22 euros em 31 de dezembro de 2012, e são referentes aos seguintes investimentos: Parque Urbano da Quinta de S. Mateus, Construção da ER 335-1: Via Regional Cantanhede/IC 1 Tocha: Passagem Inferior e parcela 320, Centro Educativo de Ançã e Centro Educativo de Cadima.

Já ficou dito anteriormente, mas justifica-se referir de novo aqui que, na sequência da celebração de um Memorando de Acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao abrigo do qual houve rescisão de contratos de financiamento aprovados nos Programas Operacionais Regionais do Continente, o Município teve que reprogramar alguns investimentos, adiando-os para melhor oportunidade, como de resto aconteceu com as outras autarquias do país, por força desse acordo.

O quadro n.º 14 reflete essa realidade, sendo o maior corte o que diz respeito ao financiamento das parcerias no âmbito do programa de regeneração urbana da Cidade de Cantanhede. Alguns dos projetos constantes do programa em causa, aprovado pelo Mais Centro, não foram lançados a concurso porque, na sequência da reprogramação financeira e temporal do referido financiamento, agora já orientado para a construção do Museu do Colecionismo, o memorando de entendimento entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses não permitiu que esse e outros investimentos avançassem.

Mas como antes disso os projetos aprovados e entretanto executados foram sujeitos a um aumento da sua taxa de financiamento comunitário de 80% para 85%, o Município arrecadou mais 251.024,41 euros do que o inicialmente previsto. Ainda assim, verificou-se a redução da comparticipação de 654.630,93 euros nos projetos que se encontravam em fase de execução.

A última nota sobre este assunto é para dizer que o Município conseguiu obter financiamento comunitário para a requalificação da Rua 1.º de Maio, em Cantanhede, e para a requalificação da Rua da Azinhaga, em Murtede, o que irá permitirá encaixar, em 2013, o montante de 492.495,03 euros.

QUADRO 14

Protocolo de Financiamento Parcerias para a Regeneração Urbana da Responsabilidade Financeiro do Município

Obra	Executor	Investimento Total	Custo Elegível	Comparticipação	Valor Faturado	Comparticipação Recebida	Comparticipação por receber	Comparticipação reconhecida 26823	Valores Libertados
Parque Urbano da Quinta de S. Mateus	Município de Cantanhede	1.151.400,51	1.151.400,15	957.994,37	1.119.219,86	929.755,91	28.238,46	28.238,46	20.696,06
Plataforma Biotecnologia	Município de Cantanhede	131.603,69	92.674,29	78.773,15	19.455,13	18.482,37			60.290,78
Plataforma para o Empreendedorismo	Associação Empresarial de Cantanhede		110.000,00	80.048,10					
Plataforma para a Qualidade de Vida	Associação de Solidariedade Social Sociedade Columbófila Cantanhedense		110.000,00	80.048,10					
Plataforma para a Cultura	INOVA, EM		60.500,00	44.026,46					
Gabinete para a Cidade	Município de Cantanhede	189.109,79	189.109,79	160.743,32	66.816,02	44.325,87	12.586,66	12.586,66	103.830,79
Construção /Benef. Parque Exposições de Cantanhede (Park-Expo)	Município de Cantanhede	1.475.878,91	1.475.878,91	1.180.703,12					1.180.703,12
Requalificação do Mercado Municipal de Cantanhede	Município de Cantanhede	711.616,46	711.616,46	569.293,17					569.293,17
Construção do Auditório Municipal	Município de Cantanhede	2.838.814,85	2.838.814,85	2.271.051,88					2.271.051,88
Total Regeneração Urbana		**6.498.424,21**	**6.739.994,45**	**5.422.681,67**	**1.205.491,01**	**992.564,15**	**40.825,12**	**40.825,12**	**4.205.865,80**

Candidaturas Homologadas

Obra	Executor	Investimento Total	Custo Elegível	Comparticipação	Valor Faturado	Comparticipação Recebida	Comparticipação por receber	Comparticipação reconhecida 26823	Valores Libertados
Construção da ER 335-1: Via Regional Cantanhede/IC 1 Tocha:Passagem Inferior e Parcela 320	Município de Cantanhede	373.799,55	275.768,93	234.403,59	262.637,12	209.367,09	5.234,86	5.234,86	19.801,64
Centro Educativo de Ançã	Município de Cantanhede	2.351.301,76	1.896.812,55	1.612.290,67	2.233.476,91	1.531.582,53	80.708,14	80.708,14	
Centro Educativo de Cadima	Município de Cantanhede	1.441.819,13	1.219.471,49	1.036.550,77	549.666,22	322.123,11	714.427,66		
Economia Digital Sociedade do Conhecimento	Município de Cantanhede	53.986,86	29.760,00	25.296,00	5.289,94	4.496,45			20.799,55
Requalificação da Rua 1º de Maio	Município de Cantanhede	484.981,95	461.301,21	392.106,03	436.223,19	0,00	392.106,03	353.087,73	
Rua da Azinhaga e do Calvário - Murtede	Município de Cantanhede	118.104,70	118.104,70	100.389,00	56.809,12				
Total Outras Candidaturas		**4.823.993,95**	**4.001.218,88**	**3.401.036,05**	**3.544.102,50**	**2.067.569,18**	**1.192.476,69**	**439.030,73**	**40.601,19**
Total Geral		**11.322.418,16**	**10.741.213,33**	**8.823.717,72**	**4.749.593,51**	**3.060.133,33**	**1.233.301,81**	**479.855,85**	**4.246.466,99**

Candidaturas Submetidas e não Homologadas

Obra	Executor	Investimento Total	Custo Elegível	Comparticipação Estimada a 80%	Valor Faturado	Comparticipação Recebida	Comparticipação por receber	Comparticipação reconhecida 26823	Valores Libertados
Pavilhão Desportivo de Febres	Município de Cantanhede	2.004.136,74	2.004.136,74	1.603.309,39					1.603.309,39
Requalificação Urbana do Quintal de Ançã	Município de Cantanhede	391.740,49	391.740,49	313.392,39					313.392,39
Parque de Merendas das Sete Fontes	Município de Cantanhede	144.774,65	144.774,65	115.819,72					115.819,72
Remodelação da Unidade de Saúde familiar "As Gândras"	Município de Cantanhede	353.958,08	350.000,00	245.000,00					245.000,00
Total Canddaturas Subemtdas e não Homologadas		**2.894.609,96**	**2.890.651,88**	**2.277.521,50**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.277.521,50**
Total Geral		**14.217.028,12**	**13.631.865,21**	**11.101.239,22**	**4.749.593,51**	**3.060.133,33**	**1.233.301,81**	**479.855,85**	**6.523.988,49**

QUADRO 15

DÍVIDA DE TERCEIROS POR COBRAR A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Un: (Euros)

	DESIGNAÇÃO	DÍVIDA DE TERCEIROS 2011	DÍVIDA DE TERCEIROS 2012
02	**IMPOSTOS INDIRECTOS**	**70.973,31**	**55.835,07**
02020601	Mercados e feiras	2.084,83	12.305,81
02020603	Ocupação da via pública	5.080,66	3.589,45
02020605	Publicidade	63.162,59	39.595,81
0202069903	Serviço Metrologico	645,23	344,00
06	**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**	**0,00**	**144.570,49**
0603019901	Acordo Coop. Lei 5/97 e D.L. 147/97-Ensino Pré-Escolar	0,00	102.976,70
0603019909	Com. Prog. Gen. Fornecimento Refeições Escola 1 CEB	0,00	29.300,67
06030601	Mais Centro - Comparticipação FEDER - QREN	0,00	12.293,12
07	**VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES**	**133.670,52**	**156.176,49**
070106	Produtos agrícolas e pecuários	0,00	11.377,50
070107	Produtos alimentares e Bebidas	63.828,43	67.647,79
070108	Mercadorias	1.740,11	1.740,11
0702080402	Piscinas	22.058,40	19.958,40
0702080405	Pavilhão Clube de futebol "Os Marialvas"	28.229,87	31.364,52
07020903	Transportes Coletivos de pessoas e mercadorias	0,00	5.677,79
07020909	Prolongamento de Horário	17.813,71	18.410,38
08	**OUTRAS RECEITAS CORRENTES**	**26.350,90**	**8.997,67**
08019902	Indem. Estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut. Loc	221,64	0,00
0801999902	Compensação encargos sup. Município c/ desp. Pes	10.179,05	8.086,31
0801999905	Gratificação proveniente de máquinas automáticas	11.675,05	911,36
0801999999	Diversas	4.275,16	0,00
09	**VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO**	**0,00**	**-106.500,00**
090210	Familias	0,00	-106.500,00
100307	**Estado - Part. Comunitária Projetos Co - Financiados**	**582.613,21**	**467.562,73**
10030708	Mais Centro - Comparticipação FEDER - QREN	582.613,21	467.562,73
15	**REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTO**	**0,00**	**2.990,73**
150101	Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00	2.990,73
	SUB-TOTAL	**813.607,94**	**729.633,18**
	TOTAL	813.607,94	729.633,18

O quadro n.º 15 resume os montantes devidos à Autarquia que foram liquidadas mas não cobradas à data de 31 de dezembro de 2012. Os 836.133,18 euros resultam do somatório desses montantes (729.633,18 euros) com 106.500,00 euros proveniente de um adiantamento de clientes referente ao produto da alienação, em hasta pública, de uma fração do prédio situado no denominado Gaveto junto ao Largo Cândido Reis, cuja escritura só se realizou em inícios de 2013, o que faz com que este movimento apareça como conta de passivo, ou melhor, como valor negativo nos documentos de execução orçamental da receita.

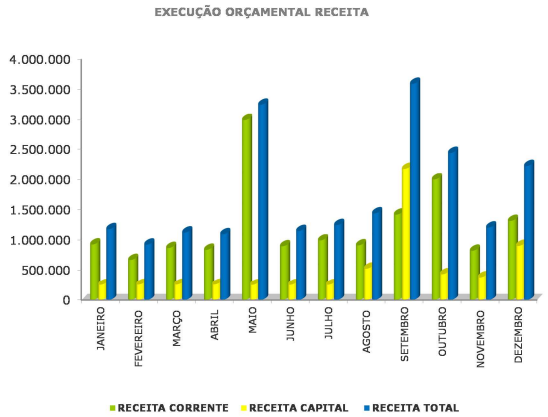
Convém assinalar consubstanciam que esses montantes devidos à Autarquia que foram liquidadas mas não cobradas à data de 31 de dezembro de 2012 um valor significativo que deverá continuar a ser monitorizado em permanência, sendo certo que a verba de maior relevo diz respeito às quantias por receber do QREN pela comparticipação financeira de obras integralmente executadas.

A cobrança dessas quantias teriam tido um impacto muito positivo no serviço da dívida de curto prazo, e embora não tenham sido necessárias para encerrar as contas de 2012 cumprindo todos os prazos de pagamentos negociados com fornecedores e empreiteiros, a verdade é que seriam mais úteis nos cofres da Autarquia.

QUADRO 16

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NUMA PERSPECTIVA MENSAL DA RECEITA COBRADA LÍQUIDA

ANO 2012	RECEITA CORRENTE	VALOR ACUMULADO	RECEITA CAPITAL	VALOR ACUMULADO	RECEITA TOTAL	VALOR ACUMULADO
JANEIRO	928.929,92	928.929,92	251.668,14	251.668,14	1.180.598,06	1.180.598,06
FEVEREIRO	671.070,08	1.600.000,00	254.958,64	506.626,78	926.028,72	2.106.626,78
MARÇO	870.045,80	2.470.045,80	255.487,50	762.114,28	1.125.533,30	3.232.160,08
ABRIL	839.837,85	3.309.883,65	256.637,56	1.018.751,84	1.096.475,41	4.328.635,49
MAIO	2.997.301,37	6.307.185,02	250.738,00	1.269.489,84	3.248.039,37	7.576.674,86
JUNHO	898.420,23	7.205.605,25	251.567,54	1.521.057,38	1.149.987,77	8.726.662,63
JULHO	995.951,61	8.201.556,86	252.079,46	1.773.136,84	1.248.031,07	9.974.693,70
AGOSTO	913.889,10	9.115.445,96	527.549,47	2.300.686,31	1.441.438,57	11.416.132,27
SETEMBRO	1.420.759,95	10.536.205,91	2.173.538,34	4.474.224,65	3.594.298,29	15.010.430,56
OUTUBRO	2.002.398,45	12.538.604,36	435.379,46	4.909.604,11	2.437.777,91	17.448.208,47
NOVEMBRO	824.563,90	13.363.168,26	383.051,62	5.292.655,73	1.207.615,52	18.655.823,99
DEZEMBRO	1.316.835,43	**14.680.003,69**	904.502,72	**6.197.158,45**	2.221.338,15	**20.877.162,14**
	14.680.003,69		**6.197.158,45**		**20.877.162,14**	



O quadro n.º 16 demonstra os níveis de cobrança ocorridos durante 2012, segundo os fluxos de entrada mensais. Dele se percebe que a arrecadação da receita não é regular ao longo do ano, pelo que exige um rigoroso planeamento dos pagamentos de acordo com uma agenda que tem de levar em linha de conta os influxos espectáveis. Posto isto, resta dizer que os meses de maiores receitas globais foram, por ordem decrescente, setembro, maio, outubro, dezembro e agosto.

As maiores transferências ao nível das cobranças de natureza corrente - apresentadas por ordem decrescente – ocorreram em maio, outubro, setembro, dezembro e julho. Em grande medida, as cobranças aumentaram nesses meses porque foi nessa altura que deram entrada nos cofres do Município o produto das cobranças dos impostos diretos e da concessão da rede pública elétrica em baixa tensão. Ao nível das receitas de capital, verificam-se maiores influxos no mês de setembro e dezembro, fruto da entrada das receitas oriundas da venda das frações do edifício sito no Gaveto junto ao Largo Cândido Reis, em Cantanhede, e da venda de um terreno na Zona Industrial de Cantanhede, da cobrança efetiva de fundos comunitários mas também do reconhecimento do saldo da gerência anterior.

4.1.3 - Execução Orçamental da Despesa

O modo como foram aplicados os recursos auferidos pelo Município durante o ano de 2012 é a partir de agora o tema em que recai a análise para avaliar os níveis de afetação de recursos por natureza de despesa (corrente e de capital).

Tendo em conta que a execução da despesa varia em função dos níveis de arrecadação de receita, o exercício das competências e atribuições da Autarquia está naturalmente subordinado aos fluxos financeiros que dão entrada nos cofres da autarquia.

Os quadros que se seguem demonstram, com base na natureza da despesa, a forma como o Município utilizou os recursos obtidos em 2012, tendo a despesa paga totalizado 18.851.286,20 euros.

QUADRO 17

EVOLUÇÃO DA DESPESA

Un. (Euros)

DESIGNAÇÃO	2010		2011		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal	6.595.944,18	19,72	5.358.421,86	27,80	4.650.407,17	24,67
Bens duradouros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens não duradouros	1.338.394,92	4,00	1.069.006,83	5,55	1.196.209,93	6,35
Aquisição de serviços	3.268.338,06	9,77	2.836.515,28	14,72	3.204.525,50	17,00
Encargos financeiros	508.311,90	1,52	824.136,05	4,28	652.257,38	3,46
Transferências correntes:						
Para as Freguesias	114.761,47	0,34	109.475,06	0,57	79.317,60	0,42
Outras	678.352,87	2,03	372.732,02	1,93	465.957,41	2,47
Subsídios	676.796,86	2,02	666.385,00	3,46	703.285,00	3,73
Outras despesas correntes	603.043,32	1,80	602.794,53	3,13	675.933,34	3,59
Total da despesa Corrente	**13.783.943,58**	**41,21**	**11.839.466,63**	**61,42**	**11.627.893,33**	**61,68**
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos:						
Terrenos e recursos naturais	452.527,79	1,35	103.352,19	0,54	109.513,65	0,58
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros edifícios	3.849.258,42	11,51	1.298.870,56	6,74	994.426,19	5,28
Construções diversas	9.149.208,02	27,35	1.472.667,50	7,64	1.560.857,08	8,28
Material de transporte	0,00	0,00	9.966,69	0,05	2.383,67	0,01
Maquinaria e equipamento	555.939,61	1,66	442.398,12	2,30	391.552,60	2,08
Outros	53.172,43	0,16	500,00	0,00	26.860,10	0,14
Locação Financeira	122.342,81	0,37	198.426,01	1,03	369.011,99	1,96
Transferências de capital:						
Para as Freguesias	653.191,07	1,95	627.233,40	3,25	579.621,86	3,07
Outras	569.426,17	1,70	844.111,52	4,38	1.178.950,81	6,25
Ativos Financeiros:						
Concessão de empréstimos						
Outros	1.200.000,00	3,59	675.500,00	3,50	300.000,00	1,59
Passivos financeiros:						
Amortização de empréstimos	3.059.599,42	9,15	1.763.282,77	9,15	1.710.214,92	9,07
Outros						
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da despesa de Capital	**19.664.665,74**	**58,79**	**7.436.308,76**	**38,58**	**7.223.392,87**	**38,32**
TOTAL DA DESPESA	**33.448.609,32**	**100,00**	**19.275.775,39**	**100,00**	**18.851.286,20**	**100,00**

QUADRO 18

VARIAÇÃO DA DESPESA AO LONGO DOS ANOS

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	2010	2011		2012	
	Valor	Valor	△	Valor	△
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal	6.595.944,18	5.358.421,86	-18,8	4.650.407,17	-13,21
Bens duradouros					
Bens não duradouros	1.338.394,92	1.069.006,83	-20,1	1.196.209,93	11,90
Aquisição de serviços	3.268.338,06	2.836.515,28	-13,2	3.204.525,50	12,97
Encargos financeiros	508.311,90	824.136,05	62,1	652.257,38	-20,86
Transferências correntes:					
Para as Freguesias	114.761,47	109.475,06	-4,6	79.317,60	-27,55
Outras	678.352,87	372.732,02	-45,1	465.957,41	25,01
Subsídios	676.796,86	666.385,00	-1,5	703.285,00	5,54
Outras despesas correntes	603.043,32	602.794,53	0,0	675.933,34	12,13
Total da despesa Corrente	**13.783.943,58**	**11.839.466,63**	**-14,1**	**11.627.893,33**	**-1,79**
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos:					
Terrenos e recursos naturais	452.527,79	103.352,19	-77,2	109.513,65	5,96
Habitação	0,00	0,00		0,00	
Outros edifícios	3.849.258,42	1.298.870,56	-66,3	994.426,19	-23,44
Construções diversas	9.149.208,02	1.472.667,50	-83,9	1.560.857,08	5,99
Material de transporte	0,00	9.966,69		2.383,67	-76,08
Maquinaria e equipamento	555.939,61	442.398,12	-20,4	391.552,60	-11,49
Outros	53.172,43	500,00	-99,1	26.860,10	5272,02
Locação Financeira	122.342,81	198.426,01	62,2	369.011,99	85,97
Transferências de capital:					
Para as Freguesias	653.191,07	627.233,40	-4,0	579.621,86	-7,59
Outras	569.426,17	844.111,52	48,2	1.178.950,81	39,67
Ativos Financeiros:					
Concessão de empréstimos					
Outros	1.200.000,00	675.500,00	-43,7	300.000,00	-55,59
Passivos financeiros:					
Amortização de empréstimos	3.059.599,42	1.763.282,77	-42,4	1.710.214,92	-3,01
Outros					
Outras despesas de capital	0,00	0,00		0,00	
Total da despesa de Capital	**19.664.665,74**	**7.436.308,76**	**-62,18**	**7.223.392,87**	**-2,86**
TOTAL DA DESPESA	**33.448.609,32**	**19.275.775,39**	**-42,37**	**18.851.286,20**	**-2,20**

Neste campo há, indiscutivelmente, um facto muito significativo a reter: em 2012, a despesa paga deixou de ser proporcional à receita cobrada, situação muito incomum e que representa uma poupança efetiva de 2.095.371,78 euros, em resultado do rigor e do controlo apertado da gestão que tem vindo a ser seguida na Autarquia.

Por outro lado, confrontando os valores do quadro n.º 18, vê-se que a despesa corrente desceu em 1,79% em relação a 2011, indicador que é de extrema importância, pois evidencia a constância do esforço de contenção deste tomo da despesa nos últimos exercícios, o que, na atual conjuntura, é indispensável para o equilíbrio financeiro das contas municipais. Quanto à variação negativa ao nível das despesas de capital, quantificada em 2,86%, este é um dado sintomático de que, também aqui, o Município se viu obrigado a controlar a despesa em infraestruturas, aquisição de equipamentos e outras ações de carácter material.

Em momentos de crise como o que se tem vivido atualmente, as reduções inesperadas nos fluxos de receitas impõem um processo mais lento no reajustamento do lado da despesa e implicam, por sua vez, a adoção de medidas que normalmente levam algum tempo a produzir efeitos, situação que não é compaginável com a rapidez em que, de um momento para o outro, o Município deixa de receber determinadas quantias de que estava a contar. Neste quadro, o que se constata é que o Município de Cantanhede, nos últimos três anos de apreciável contenção da despesa, conseguiu amealhar uma almofada financeira, sendo certo que esta deverá continuar a ser controlada, de modo a criar condições que permitam dar resposta a eventuais contratempos.

DESPESAS CORRENTES

A aposta na contenção nas despesas mantém-se como orientação de fundo da gestão seguida no Município de Cantanhede desde 2010 e o que se tem verificado é que nas correntes é mais difícil obter resultados a esse nível no curto prazo. É assim que a diminuição da despesa corrente em 1,79% face a 2011, adquire bastante significado, pois isso representa poupança de recursos financeiros que são canalizados para o investimento em infraestruturas.

Do confronto dos valores do quadro n.º 21 resulta que os níveis de despesa realizada se situaram na ordem dos 84,57%, enquanto a despesa paga foi de 83%. Estas taxas muito próximas permitem tirar duas ilações: por um lado, que os documentos previsionais têm fiabilidade; por outro lado, que foi certa a precaução do executivo camarário em não realizar despesa que não tivesse cobertura financeira, o que de resto passou a ser uma exigência da lei a partir de 2012.

Sobre o comportamento das despesas correntes pagas ao longo de 2012, comparando-as, sempre que tal se justifica, ao ano imediatamente anterior, a análise é feita de acordo com a tipologia das despesas, como sejam as de funcionamento, as transferências e subsídios atribuídos, entre outras, enquanto que o serviço da dívida consta em capítulo autónomo.

Despesas de Funcionamento

As despesas fixas ou de estrutura, vulgarmente conhecidas por despesas de funcionamento, englobam as de pessoal, aquisição de bens e serviços e outras de carácter residual. O mesmo significa dizer que representam todas as despesas que o Município suporta anualmente para dar cumprimento às suas atribuições e competências.

Como resulta da leitura ao quadro n.º 17, em 2012 o Município despendeu com as despesas de funcionamento 9.727.075,94 euros, montante que corresponde a 83,65% da despesa corrente e a 51,6% da despesa total. Quando comparado com o ano de 2011, houve nessa categoria de despesas um decréscimo de 139.662,56 euros. Mais um contributo conseguido em 2012, o que traduz a manutenção dos níveis de redução conseguido de 2010 para 2011, e contabilizado em 1,9 milhões de euros.

Pessoal

As despesas com pessoal ascenderam, em 2012, a 4.650.407,17 euros, continuando a representar uma considerável afetação dos recursos financeiros do Município e uma boa fatia das despesas de funcionamento, neste caso 47,81%. Trata-se de uma redução apreciável face aos valores obtidos em 2011, traduzida no decréscimo de 708.014,69 euros (13,21%). Recorde-se que de 2010 para 2011 se verificou uma acentuada descida nesta mesma componente (1.237.522,32euros), o que nos permite concluir que num espaço de apenas dois anos a Autarquia conseguiu reduzir as suas despesas com pessoal no montante acumulado de, sensivelmente, dois milhões de euros. Este dado demonstra cabalmente a franca inversão da tendência ascendente que as despesas com pessoal vinha a registar desde há muitos anos.

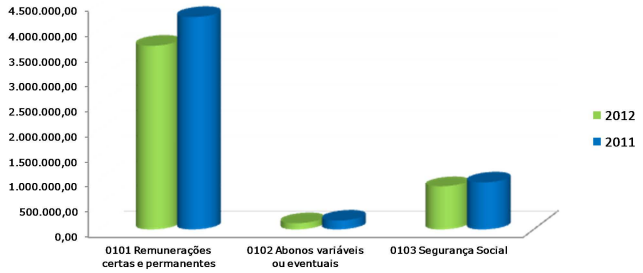
Medidas como a cessação de diversos contratos de trabalho em funções públicas por tempo determinado, a aposentação de vários trabalhadores não promovendo a sua substituição, a manutenção dos salários ao nível de 2011, bem como o corte efetivo do subsídio de férias e de Natal, calculado nos termos da lei, permitiram essa redução substancial das despesas com pessoal.

As medidas referidas (quadro n.º 19) produziram efeito sobretudo ao nível das remunerações certas e permanentes, que tiveram uma variação negativa de 561.947,83euros face aos valores apurados em 2011, situação que resultou fundamentalmente dos cortes efetuados com o subsídio de férias e de natal (372.491,23 euros), seguidos da diminuição dos encargos com o regime de segurança social dos colaboradores, que baixaram na ordem dos 93 mil euros, e da redução de 53 mil euros nos abonos variáveis ou eventuais.

Quadro 19

Quadro com a Discriminação das Despesas com Pessoal

Discriminação de Tipo da Despesa	2011	2012	Peso	Variação	
	Valores Pagos	Valores Pagos	%	Valor Absoluto	△
0101 Remunerações certas e permanentes					
Titulares órgãos de soberania e menb. órgãos autárquicos	119.222,11	92.825,52	2,00	-26.396,59	-22,14
Pessoal dos Quadros - Regime contrato individual de trabalho	2.603.335,33	2.458.439,94	52,87	-144.895,39	-5,57
Pessoal contratado a termo	400.486,69	395.421,63	8,50	-5.065,06	-1,26
Pessoal em qualquer outra situação	141.773,55	114.241,62	2,46	-27.531,93	-19,42
Representação	57.173,24	52.522,29	1,13	-4.650,95	-8,13
Subsídio de refeição	280.607,32	267.225,14	5,75	-13.382,18	-4,77
Subsídio Férias e de Natal	579.147,65	206.656,42	4,44	-372.491,23	-64,32
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	48.505,64	80.971,14	1,74	32.465,50	66,93
SUB-TOTAL:	**4.230.251,53**	**3.668.303,70**	**78,88**	**-561.947,83**	**-13,28**
0102 Abonos variáveis ou eventuais			0,00		
Horas extraordinárias	46.126,73	27.720,54	0,60	-18.406,19	-39,90
Ajudas de custo	38.889,88	38.935,40	0,84	45,52	0,12
Abono para falhas	3.367,52	3.106,44	0,07	-261,08	-7,75
Indemnizações por cessação de funções	72.526,19	34.500,25	0,74	-38.025,94	-52,43
Outros suplementos e prémios	14.903,11	18.617,09	0,40	3.713,98	24,92
SUB-TOTAL:	**175.813,43**	**122.879,72**	**2,64**	**-52.933,71**	**-30,11**
0103 Segurança Social :			0,00		
Encargos com a saúde	43.397,86	41.124,60	0,88	-2.273,26	-5,24
Outros encargos com a saúde	0,00	0,00	0,00		
Subsídio familiar a criança e jovens	15.622,35	16.457,50	0,35	835,15	5,35
Outras prestações familiares	2.643,60	4.919,40	0,11	2.275,80	86,09
Contribuições para a Segurança Social	816.760,90	731.545,29	15,73	-85.215,61	-10,43
Outras pensões	9.326,11	11.025,76	0,24	1.699,65	18,22
Seguros	45.410,52	36.428,36	0,78	-8.982,16	-19,78
Outras despesas de segurança social	19.195,56	17.722,84	0,38	-1.472,72	-7,67
SUB-TOTAL:	**952.356,90**	**859.223,75**	**18,48**	**-93.133,15**	**-9,78**
TOTAL DAS DESPESAS C/ PESSOAL	5.358.421,86	4.650.407,17	100,00	-708.014,69	-13,21
TOTAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	**9.866.738,50**	**9.727.075,94**		**-139.662,56**	**-1,42**
PESO DAS DESP. C/ PESSOAL NAS D. FUNCIONAMENTO	54,31	47,81			



Quadro 20

Quadro com a Discriminação da Aquisição de Bens e Serviços

Discriminação de Tipo da Despesa	2011		2012		Peso	Variação	
	Valores Pagos	EANP 2011	Valores Pagos	EANP 2012	%	Valor Absoluto	Δ
0201 Aquisição de Bens:							
Matérias-primas e subsidiárias	6.809,97	1.792,44	2.990,37	0,00	0,07	-3.819,60	-56,09
Combustíveis e lubrificantes	322.276,95	53.518,11	393.777,74	77.418,07	8,95	71.500,79	22,19
Munições, explosivos e artifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Limpeza e higiene	8.864,89	0,00	8.167,56	92,80	0,19	-697,33	-7,87
Alimentação- Refeições Confeccionadas	598.863,43	488.457,45	685.088,20	118.342,85	15,57	86.224,77	14,40
Alimentação- Géneros para confeccionar	0,00	135,97	1.800,50	0,00	0,04	1.800,50	
Vestuário e artigos pessoais	3.569,33	0,00	1.843,54	0,00	0,04	-1.725,79	-48,35
Material de escritório	27.627,46	4.713,71	30.535,20	1.738,50	0,69	2.907,74	10,52
Produtos químicos e farmacêuticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produtos vendidos nas farmácias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Material de consumo clínico	0,00	0,00	1.175,84	0,00	0,03	1.175,84	
Aquisição de pneus	1.311,92	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.311,92	-100,00
Material de transporte - peças	10.657,41	341,33	5.573,99	7,66	0,13	-5.083,42	-47,70
Outro material - peças	29.404,88	3.474,50	20.546,20	438,11	0,47	-8.858,68	-30,13
Prémios, condecorações e ofertas	17.922,97	5.218,98	14.634,65	1.989,23	0,33	-3.288,32	-18,35
Mercadorias para venda	149,92	31,08	121,72	0,00	0,00	-28,20	-18,81
Ferramentas e utensílios	1.132,59	0,00	1.388,60	0,00	0,03	256,01	22,60
Livros e documentação técnica	1.626,57	0,00	884,50	408,00	0,02	-742,07	-45,62
Artigos honoríficos e de decoração	557,98	0,00	0,00	0,00	0,00	-557,98	-100,00
Material de educação, cultura e recreio	17.768,52	6.981,95	11.835,35	801,74	0,27	-5.933,17	-33,39
Outros bens	20.462,04	6.490,12	15.845,97	13.553,05	0,36	-4.616,07	-22,56
SUB-TOTAL:	**1.069.006,83**	**571.155,64**	**1.196.209,93**	**214.790,01**	**27,18**	**127.203,10**	**11,90**
0202 Aquisição de Serviços:							
Encargos das instalações	504.061,74	97.177,13	542.247,71	85.101,59	12,32	38.185,97	7,58
Limpeza e higiene	1.555,59	170,77	729,10	0,00	0,02	-826,49	-53,13
Conservação de bens	72.242,23	19.146,72	99.692,18	5.461,59	2,27	27.449,95	38,00
Locação de edifícios	47.480,08	0,00	46.001,08	552,00	1,05	-1.479,00	-3,11
Locação de material de informática	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Locação de outros bens	27.484,41	3.529,67	17.480,78	0,00	0,40	-10.003,63	-36,40
Comunicações	118.700,96	13.572,91	113.839,76	8.892,88	2,59	-4.861,20	-4,10
Transportes	415.602,97	325.055,68	585.082,06	72.819,43	13,30	169.479,09	40,78
Representação dos serviços	1.442,90	0,00	600,00	0,00	0,01	-842,90	-58,42
Seguros	21.538,03	0,00	133.477,27	324,16	3,03	111.939,24	519,73
Deslocações e estadas	1.574,60	63,00	298,58	0,00	0,01	-1.276,02	-81,04
Estudos, pareceres, projetos e consultadori	56.191,56	0,00	47.324,71	6.240,49	1,08	-8.866,85	-15,78
Formação	1.776,20	0,00	1.850,00	73,80	0,04	73,80	4,15
Seminários, exposições e similares	0,00	0,00	18.302,40	0,00	0,42	18.302,40	
Publicidade	48.909,62	3.816,34	24.616,83	13.101,35	0,56	-24.292,79	-49,67
Vigilância e segurança	8.789,72	0,00	863,40	127,46	0,02	-7.926,32	-90,18
Assistência técnica	48.527,78	17.333,11	45.245,37	9.139,53	1,03	-3.282,41	-6,76
Outros trabalhos especializados	558.926,66	44.420,99	362.739,85	35.141,75	8,24	-196.186,81	-35,10
Encargos de cobrança de receitas	119.523,41	0,00	293.695,76	0,00	6,67	174.172,35	145,72
Outros serviços	782.186,82	2.693,59	870.438,66	18.924,56	19,78	88.251,84	11,28
SUB-TOTAL:	**2.836.515,28**	**526.979,91**	**3.204.525,50**	**255.900,59**	**72,82**	**368.010,22**	**12,97**
TOTAL DAS DESPESAS C/AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	**3.905.522,11**	**1.098.135,55**	**4.400.735,43**	**470.690,60**	**100,00**	**495.213,32**	**12,68**
TOTAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	**9.866.738,50**		**9.727.075,94**			**-139.662,56**	**-1,42**
PESO DAS DESP. C/ AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS NAS D. FUNCIONAMENTO	**39,58**		**45,24**				

Aquisição de bens e serviços

Totalizando 4.400.735,43 euros, os montantes pagos com a aquisição de bens e serviços aparecem devidamente discriminados no quadro n.º 20. O aumento de 495.213,32 euros relativamente a 2011 tem a ver com liquidação de todas as dívidas vencidas à data de 31 de dezembro de 2012. É que, para além do pagamento de 1.098.135,55 euros relacionados com os encargos assumidos e não pagos em 2011 que transitaram para 2012, o Município conseguiu, pela primeira vez, pagar todos os encargos assumidos em 2012 que, à data do encerramento destas contas, se encontravam vencidos. Dos encargos assumidos e não pagos em 2012 (470.690,60 euros) que irão transitar para a execução orçamental de 2013, apenas o montante de 173.248,99 euros corresponde a dívida efetiva mas não vencida. O restante resulta de compromissos assumidos em 2012 mas que à data da transição do ano ainda não se encontravam satisfeitos por parte das diversas entidades fornecedoras.

Das rubricas inseridas na conta aglutinadora de aquisição de bens, a de "Alimentação – Refeições Confecionadas" tem um peso de 57,27%, em termos absolutos 685.088,20, verba que inclui encargos assumidos e não pagos oriundos do ano anterior. Segue-se a rubrica "Combustíveis e Lubrificantes", com um valor total gasto de 393.777,74 euros, e uma variação positiva de 22,19% face aos pagamentos de 2011. Neste caso concreto, trata-se de uma verba que não surge sobrevalorizada por encargos assumidos e não pagos, por corresponder a um tipo de despesas com prazos de pagamento devidamente estipulados. A variação de 71.500,79 euros verificada por comparação com o ano de 2011 resulta do aumento dos preços dos combustíveis, o que não conseguiu ser compensado pela redução das quantidades consumidas em 2012.

Apesar dos valores serem residuais importa registar a diminuição de gastos ocorridos nas diversas rubricas destinadas à aquisição de bens que, no conjunto, totalizaram uma poupança efetiva de 36.662,55 euros.

Na rubrica "aquisição de serviços", que totalizou 3.204.525,50 euros, são de salientar algumas despesas, nomeadamente as que mais contribuíram para os gastos suportados na referida rubrica:

- "Outros Serviços", com um total de 870.438,66 euros (27,16%), dos quais 841.678,21 euros dizem respeito aos consumos de energia relacionada com a iluminação pública do Concelho.

- "Transportes", com 585.082,06 euros (18,26%), só em transportes escolares, a autarquia despendeu 572.265,60 euros. Esta rubrica sobe 169.479,09 euros face a 2011, fruto dos encargos assumidos e não pagos realizados no ano anterior. A justificação para o sucedido prende-se com a morosidade na receção da faturação relacionada com os transportes escolares, uma vez que as faturas são num primeiro momento enviadas às escolas para serem conferidas, situação que ficou definitivamente resolvida em 2012.

- "Encargos das instalações" que engloba despesas relacionadas com o fornecimento de água, eletricidade, climatização e condomínios, tendo encerrado o ano com um valor total de 542.247,71 euros (16,92%), continua com uma tendência ascendente face aos anos anteriores. O ano de 2012 não é exceção, com 38.185,97 euros gastos a mais quando comparado com o ano de 2011 poder-se-á justificar este valor pela subida generalizada dos preços da energia bem como pela alteração da taxa de IVA no preço da eletricidade. Como se recordam, passou de 6% para 23%, em outubro de 2011, o que por si só implicou um acréscimo significativo no valor da energia consumida desde essa altura. Apesar do controlo cada vez mais apertado dos consumos de energia elétrica, seja na iluminação pública, seja ao nível dos consumos internos da Autarquia, não foi possível diluir a totalidade dos efeitos sentidos na faturação de energia provenientes do aumento do IVA.

- "Outros trabalhos especializados", onde se encaixam aqui os serviços relacionados com docência e ocupação dos tempos livres bem como serviços de suporte e acompanhamento técnico adjudicados a terceiros, que tiveram um custo global de 362.739,85 euros. Verifica-se nesta rubrica uma redução efetiva de 196.186,81 euros quando comparado com os valores pagos em 2011, o que se deveu ao facto do município já não suportar encargos com os serviços de docência adjudicados a terceiros para a realização das atividades de enriquecimento curricular. E o mesmo também se verificou com diversas rubricas de caracter mais residual, conseguindo, no seu conjunto, uma diminuição efetiva total de 63.657,61euros.

- "Encargos de cobrança de receita", representa as despesas suportadas pelo município com os encargos pagos à Autoridade Tributária e Aduaneira pela cobrança dos impostos municipais, o que totalizou o montante de 293.695,76 euros. Estes encargos aumentaram face a 2011 em 174.172,35 euros o que apenas se deveu ao facto de se ter iniciado em 2012 o processo de avaliação geral de prédios urbanos. Com a publicação da portaria n.º 106/2012, de 18/4, foram imputados às autarquias os custos relacionados com todo este processo de avaliação dos prédios urbanos afetando, para esse efeito, uma verba de 5% da receita tributária do imposto municipal sobre imóveis relativo ao ano de 2011 arrecadado em 2012.

Uma última referência ao facto de a rubrica "seguros" ter sofrido um aumento de 111.939,24 euros, face a 2011, o que se deveu apenas porque o município teve de suportar, em 2012, duas anuidades.

Finalmente apenas mais uma nota para assinalar a notável redução dos encargos assumidos e não pagos verificada de 2011 para 2012, com uma redução efetiva de 627.444,95 euros, dos quais apenas 173.248,99 euros dizem respeita a faturação emitida mas não vencida, os restantes 297.441,61 dizem respeito a compromissos assumidos pela autarquia mas ainda não executados por parte das entidades fornecedoras.

QUADRO 21

RESUMO DA DESPESA NOS ÚLTIMOS 2 ANOS

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	2011					2012				
	ORÇAMENTO CORRIGIDO	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS PAGAS	TAXA DE EXECUÇÃO REALIZADAS	TAXA DE EXECUÇÃO PAGAS	ORÇAMENTO CORRIGIDO	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS PAGAS	TAXA DE EXECUÇÃO REALIZADAS	TAXA DE EXECUÇÃO PAGAS
	A	B	C	B/A	C/A	A	B	C	B/A	C/A
DESPESAS CORRENTES										
Despesas com Pessoal	5.860.960,00	5.413.331,26	5.358.421,86	**92,36**	**91,43**	5.126.024,00	4.693.591,47	4.650.407,17	**91,56**	**90,72**
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	5.281.938,00	4.024.209,76	3.905.522,11	**76,19**	**73,94**	5.857.641,00	4.573.984,42	4.400.735,43	**78,09**	**75,13**
Juros e Outros Encargos	899.985,81	881.781,95	824.136,05	**97,98**	**91,57**	875.968,00	653.324,42	652.257,38	**74,58**	**74,46**
Transferências Correntes	682.515,00	494.295,86	482.207,08	**72,42**	**70,65**	723.601,00	545.423,99	545.275,01	**75,38**	**75,36**
Subsídios	666.388,00	666.385,00	666.385,00	**100,00**	**100,00**	703.288,00	703.285,00	703.285,00	**100,00**	**100,00**
Outras Despesas Correntes	716.862,00	602.965,49	602.794,53	**84,11**	**84,09**	722.488,00	677.358,34	675.933,34	**93,75**	**93,56**
TOTAL DEPESAS CORRENTES	14.108.648,81	12.082.969,32	11.839.466,63	85,64	83,92	14.009.010,00	11.846.967,64	11.627.893,33	84,57	83,00
DESPESAS DE CAPITAL										
Aquisição de Bens de Investimento	13.467.685,00	4.128.889,10	3.526.181,07	**30,66**	**26,18**	11.162.820,00	3.859.383,82	3.454.605,28	**34,57**	**30,95**
Transferências de Capital	1.924.187,00	1.491.844,92	1.471.344,92	**77,53**	**76,47**	2.690.580,00	1.810.001,04	1.758.572,67	**67,27**	**65,36**
Ativos Financeiros	1.125.513,00	675.500,00	675.500,00	**60,02**	**60,02**	450.004,00	300.000,00	300.000,00	**66,67**	**66,67**
Passivos Financeiros	1.763.284,00	1.763.282,77	1.763.282,77	**100,00**	**100,00**	1.710.215,00	1.710.214,92	1.710.214,92	**100,00**	**100,00**
Outras Despesas de Capital	1,00	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**	1,00	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**
TOTAL DESPESAS CAPITAL	18.280.670,00	8.059.516,79	7.436.308,76	44,09	40,68	16.013.620,00	7.679.599,78	7.223.392,87	47,96	45,11
TOTAL GERAL	**32.389.318,81**	**20.142.486,11**	**19.275.775,39**	**62,19**	**59,51**	**30.022.630,00**	**19.526.567,42**	**18.851.286,20**	**65,04**	**62,79**

DESPESAS DE CAPITAL

Analisando o comportamento das despesas de capital durante o ano de 2012, a partir da leitura dos quadros n.º 3 e n.º 17, constata-se que 38,32% das receitas do Município foram orientadas para a formação de capital fixo, nomeadamente com os 7.223.392,87 euros aplicados nos investimentos em infraestruturas e equipamentos coletivos, em apoios a instituições e coletividades, bem como na amortização do serviço da dívida de médio e longo prazo.

Alguns valores mais relevantes das despesas de capital são: 3.454.605,28 euros (47,83%) para o pagamento de diversas obras municipais; 1.758.572,67 euros (24,35%) para transferências de capital; 300.000,00 euros (4,15%), para reforço do património associativo do BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia; e 1.710.214,92 euros (23,67%), para fazer face ao serviço da dívida, na parte que diz respeito à amortização anual.

O quadro n.º 21 demonstra que o valor da execução da despesa realizada, quando comparado com o da execução da despesa paga, andou muito próximo. Efetivamente, 2012 encerrou com uma taxa de execução da despesa realizada de 65,04% e com uma taxa de execução da despesa paga de 62,79%, o que, tendo em conta que a diferença que resulta das duas taxas resume o montante da faturação pendente à data do encerramento das contas, é bem elucidativo da intenção de as fazer convergir. Trata-se de um indicador de extrema importância, pois permite apurar o nível de endividamento de curto prazo da autarquia, ou seja, facilita o apuramento do montante da dívida que transita para o exercício seguinte, o que no caso do município de Cantanhede se traduz em dívidas não vencidas de 675.281,22 euros.

Neste contexto, a comparação dos dois anos constantes no quadro sujeito a apreciação é despicienda, pelo que resta dizer que, não obstante o facto de a execução não ter sido tão boa quanto a estimada, conseguiu-se concentrar em capital fixo verbas relevantes, havendo capacidade efetiva para realizar e pagar tanto a despesa corrente contratualizada como os investimentos realizados em 2012, sendo que estes não representaram encargos adicionais que não pudessem ter sido pagos.

QUADRO 22

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DIFERENTES FASES DA DESPESA

Un: (Euros)

CÓD.	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	COMPROMETIDO	FACTURADO	PAGO	REALIZADO E NÃO PAGO	COMPROMETIDO POR REALIZAR
		1	2	3	4	5=3-4	6=2-3
	DESPESAS CORENTES						
01	Despesas com Pessoal	5.126.024,00	4.709.077,42	4.693.591,47	4.650.407,17	**43.184,30**	**15.485,95**
02	Aquisição de Bens e Serviços Corrente	5.857.641,00	4.871.150,03	4.573.984,42	4.400.735,43	**173.248,99**	**297.165,61**
03	Juros e Outros Encargos	875.968,00	653.324,44	653.324,42	652.257,38	**1.067,04**	**0,02**
04	Transferências Correntes	723.601,00	571.181,84	545.423,99	545.275,01	**148,98**	**25.757,85**
05	Subsídios	703.288,00	703.285,00	703.285,00	703.285,00	**0,00**	**0,00**
06	Outras Despesas Correntes	722.488,00	685.114,56	677.358,34	675.933,34	**1.425,00**	**7.756,22**
TOTAL DESPESAS CORRENTES		14.009.010,00	12.193.133,29	11.846.967,64	11.627.893,33	219.074,31	346.165,65
	DESPESAS DE CAPITAL						
07	Aquisição de Bens de Investimento	11.162.820,00	4.405.560,04	3.859.383,82	3.454.605,28	**404.778,54**	**546.176,22**
08	Transferências de Capital	2.690.580,00	1.921.677,16	1.810.001,04	1.758.572,67	**51.428,37**	**111.676,12**
09	Ativos Financeiros	450.004,00	450.000,00	300.000,00	300.000,00	**0,00**	**150.000,00**
10	Passivos Financeiros	1.710.215,00	1.710.214,95	1.710.214,92	1.710.214,92	**0,00**	**0,03**
11	Outras Despesas de Capital	1,00	0,00	0,00	0,00	**0,00**	**0,00**
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL		16.013.620,00	8.487.452,15	7.679.599,78	7.223.392,87	456.206,91	807.852,37
TOTAL GERAL 2012		30.022.630,00	20.680.585,44	19.526.567,42	18.851.286,20	675.281,22	1.154.018,02
TOTAL GERAL 2011		32.389.318,81	24.562.503,79	20.142.486,11	19.275.775,39	866.710,72	4.420.017,68

O quadro n.º 22 representa o comportamento da despesa ao longo das suas fases de realização, que são as seguintes:

O **Cabimento** diz respeito à cativação de determinada verba estimada afetando-a a uma classificação orçamental. Nos termos da lei, não é autorizada qualquer tipo de despesa não sujeita a cabimento prévio, ou seja, que não tenha dotação orçamental suficiente para a sua realização, regra de ouro no processo de execução da despesa.

O **Compromisso** consiste na concretização e assunção, perante um agente externo, do pedido de realização ou execução de qualquer tipo de fornecimento ou serviço,

na maior parte das vezes através da emissão de uma requisição ou da formalização de um contrato escrito entre as partes.

A **Realização** concretiza-se na receção e respetivo movimento do documento de despesa, normalmente uma fatura. É nesta fase que o Município assume a dívida para com uma entidade terceira.

O **Pagamento** corresponde à liquidação da dívida, variando a sua efetivação na relação direta das disponibilidades de tesouraria.

Do ponto de vista da execução orçamental, o quadro n.º 22 é particularmente esclarecedor, na medida em que facilita a perceção do modo como foram canalizados os recursos obtidos pelo Município. Assim, de um orçamento corrigido de 30 milhões de euros foram assumidos compromissos na ordem dos 20,7 milhões de euros, dos quais 19,5 milhões foram faturados e 18,8 milhões de euros foram pagos. A variação entre o montante comprometido e o montante pago traduz os encargos assumidos e não pagos transferidos para o exercício seguinte. Trata-se do somatório dos compromissos assumidos que, em 31 de Dezembro de 2012, ainda não concretizados (1.154.018,02 euros) e do montante das dívidas de curto prazo, faturação recebida e não paga (675.281,22 euros). No total, ascende a 1.829.299,24 euros o montante que, por força da aprovação dos documentos previsionais de 2013, transitou para a execução financeira deste novo exercício económico.

Esse montante diz respeito a um indicador de gestão de extrema importância para avaliar a saúde financeira de qualquer município, através da verificação do diferencial entre o saldo da gerência e o montante dos encargos assumidos e não pagos (compromissos assumidos e não realizados mais dívida). E a verdade é que em 2012, no Município de Cantanhede, esse diferencial é positivo (266.072,54 euros), o que significa dizer que, em 31 de dezembro de 2012, a autarquia dispunha de meios financeiros suficientes para solver a totalidade da dívida assim como fazer face a todos compromissos assumidos, o que de resto não foi concretizado porque isso representaria não é sequer recomendável em termos de gestão.

O quadro n.º 23 reporta-se aos montantes gastos em transferências e subsídios concedidos a coletividades, associações e afins, para estas fazerem face a despesas de natureza corrente ou a investimentos. Dos 2.303.847,68 pagos nesta rubrica, constam 908.963,76 euros que representam parte dos valores transferidos para a INOVA – EM, SA. Esta empresa municipal foi constituída ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, e o seu capital social é detido na totalidade pela autarquia. A INOVA – EM, SA é parte integrante do Município de Cantanhede, sendo responsável pela atividade de alguns sectores cruciais para a qualidade de vida das populações, nomeadamente o abastecimento de água e o saneamento básico, a recolha de resíduos sólidos urbanos, a proteção ambiental e a promoção e desenvolvimento cultural. Daí justificar-se a apresentação do quadro n.º 24, demonstrativo do destino das verbas que a Autarquia transferiu para a empresa municipal, as quais totalizaram 1.612.248,76 euros em 2012. O relevo da atividade registada ao nível da execução de infraestruturas nos setores mencionados justifica plenamente o montante agora referido.

QUADRO 23

Estrutura das Transferências Concedidas

Un. (Euros)

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	DESPESA REALIZADA	%	DESPESA PAGA	%	DÍVIDA TRANSITADA	%
Transferências Correntes						
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Administração Central	46.617,30	1,98%	46.617,30	2,02%	0,00	0,00%
Administração Local	79.317,60	3,37%	79.317,60	3,44%	0,00	0,00%
Instituições sem Fins Lucrativos	385.970,01	16,39%	385.970,01	16,75%	0,00	0,00%
Famílias	33.519,08	1,42%	33.370,10	1,45%	148,98	0,29%
Resto do Mundo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
SUB-TOTAL	545.423,99	23,16%	545.275,01	23,67%	148,98	0,29%
Transferências Capital						
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	945.392,13	40,14%	908.963,76	39,45%	36.428,37	70,63%
Administração Central	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Administração Local	579.621,86	24,61%	579.621,86	25,16%	0,00	0,00%
Instituições sem Fins Lucrativos	262.487,05	11,14%	247.487,05	10,74%	15.000,00	29,08%
Famílias	22.500,00	0,96%	22.500,00	0,98%	0,00	0,00%
SUB-TOTAL	1.810.001,04	76,84%	1.758.572,67	76,33%	51.428,37	99,71%
TOTAL	**2.355.425,03**	**100,00%**	**2.303.847,68**	**100,00%**	**51.577,35**	**100,00%**

QUADRO 24

Transferências Efetuadas para a Empresa Municipal

Un: (Euros)

Classificação	Designação	Valor
04 05010101	Subsídio destinado à exploração de atividades citadas co contrato celebrado em 30/12/2012	703.285,00
04 08010101	SARD de Enxofães e Porto Carros Emissários e ETAR	118.722,66
04 08010101	Trsf p/ Contrato Programa/ Gestão-EEM- Saneamento Águas Residuas e R.S.U.	278.841,10
04 08010101	Trsf-p/EM/-Infraestruturas p/eq. Desportivo e recreativo	511.400,00
	TOTAL	**1.612.248,76**

Digno de relevo é também o facto de a INOVA-EM, SA apresentar, pelo terceiro ano consecutivo, um resultado líquido positivo, no valor de 503.964,95 euros. Para além de desvincular o Município da necessidade de integrar as contas da empresa municipal nos cálculos dos seus limites de endividamento líquido, a obtenção de resultados positivos também liberta da imposição legal de colmatar os resultados de exploração, caso estes fossem negativos. É de salientar, que relativamente a 2012 em particular, o apertado controlo na gestão dos desígnios da empresa municipal lhe permitirá dar continuidade à sua atividade. Conforme é do conhecimento geral, em 31 de agosto de 2012 foi aprovado o novo regime jurídico da atividade empresarial local (lei nº 50/2012) que, entre outras matérias, contempla no artigo n.º 62 a dissolução das empresas locais, nomeadamente, aquelas que tenham, nos últimos três anos, resultados líquidos negativos.

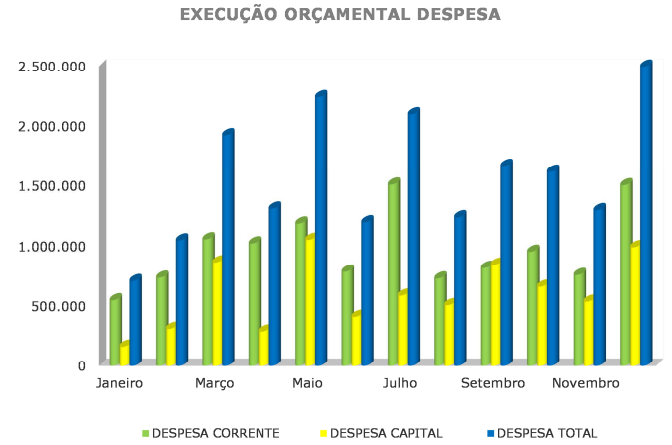
À semelhança do que foi feito aquando da apresentação da execução orçamental da receita, o quadro n.º 25 reflete agora a forma como evoluíram, mensalmente, as despesas ao longo do ano de 2012. Como se verifica, os meses em que se realizaram mais pagamentos foram os de dezembro, maio, julho e março.

QUADRO 25

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NUMA PERSPECTIVA MENSAL DA DESPESA

Un: (Euros)

ANO 2012	DESPESA CORRENTE	VALOR ACUMULADO	DESPESA CAPITAL	VALOR ACUMULADO	DESPESA TOTAL	VALOR ACUMULADO
Janeiro	548.943,67	548.943,67	160.948,22	160.948,22	709.891,89	709.891,89
Fevereiro	738.163,35	1.287.107,02	310.341,59	471.289,81	1.048.504,94	1.758.396,83
Março	1.057.940,48	2.345.047,50	865.486,31	1.336.776,12	1.923.426,79	3.681.823,62
Abril	1.023.373,66	3.368.421,16	288.094,11	1.624.870,23	1.311.467,77	4.993.291,39
Maio	1.188.218,25	4.556.639,41	1.053.442,32	2.678.312,55	2.241.660,57	7.234.951,96
Junho	788.274,14	5.344.913,55	410.238,92	3.088.551,47	1.198.513,06	8.433.465,02
Julho	1.510.582,94	6.855.496,49	587.986,19	3.676.537,66	2.098.569,13	10.532.034,15
Agosto	731.850,64	7.587.347,13	508.119,67	4.184.657,33	1.239.970,31	11.772.004,46
Setembro	819.903,09	8.407.250,22	846.389,13	5.031.046,46	1.666.292,22	13.438.296,68
Outubro	954.660,55	9.361.910,77	662.641,59	5.693.688,05	1.617.302,14	15.055.598,82
Novembro	760.988,07	10.122.898,84	537.475,53	6.231.163,58	1.298.463,60	16.354.062,42
Dezembro	1.504.994,49	**11.627.893,33**	992.229,29	**7.223.392,87**	2.497.223,78	18.851.286,20
	11.627.893,33		**7.223.392,87**		**18.851.286,20**	

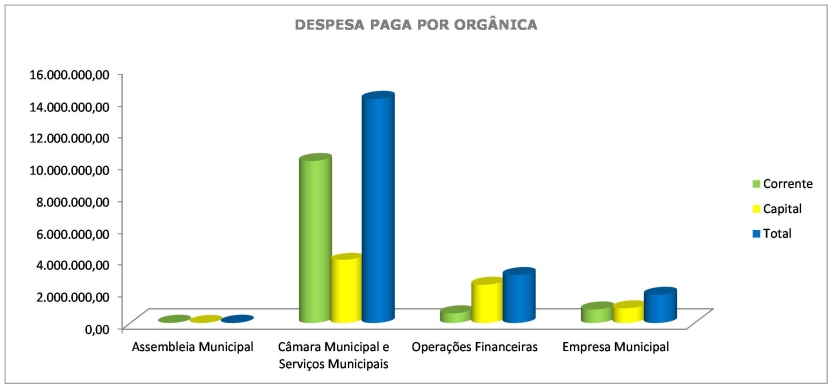


QUADRO 26

DESPESA POR ORGÂNICA

Un. (Euros)

ORGÂNICA	DESIGNAÇÃO	DESPESA	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO ACTUAL	COMPROMETIDO	TAXA EXECUÇÃO	REALIZADO	TAXA EXECUÇÃO	PAGO	TAXA EXECUÇÃO
01	Assembleia Municipal	Corrente	21.684,00	21.684,00	14.368,86	0,07	14.366,86	0,07	14.366,86	0,08
		Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total	**21.684,00**	**21.684,00**	**14.368,86**	0,07	**14.368,86**	0,07	**14.368,86**	0,08
02	Câmara Municipal e Serviços Municipais	Corrente	12.240.008,00	12.301.170,00	10.712.700,15	51,80	10.380.359,53	53,16	10.169.985,98	53,95
		Capital	12.175.364,00	12.159.385,00	4.915.630,57	23,77	4.350.854,34	22,28	3.931.075,80	20,85
		Total	**24.415.372,00**	**24.460.555,00**	**15.628.330,72**	75,57	**14.731.213,87**	75,44	**14.101.061,78**	74,80
03	Operações Financeiras	Corrente	816.438,00	781.438,00	602.021,58	2,91	602.021,56	3,08	602.021,56	3,19
		Capital	2.513.530,00	2.529.438,00	2.529.226,94	12,23	2.379.226,91	12,18	2.379.226,91	12,62
		Total	**3.329.968,00**	**3.310.876,00**	**3.131.248,52**	15,14	**2.981.248,47**	15,27	**2.981.248,47**	15,81
04	Empresa Municipal	Corrente	896.390,00	904.718,00	864.042,70	4,18	850.217,69	4,35	841.516,93	4,46
		Capital	1.324.726,00	1.324.797,00	1.042.594,64	5,04	949.518,53	4,86	913.090,16	4,84
		Total	**2.221.116,00**	**2.229.515,00**	**1.906.637,34**	9,22	**1.799.736,22**	9,22	**1.754.607,09**	9,31
TOTAL			29.988.140,00	30.022.630,00	20.680.585,44	100,00	19.526.567,42	100,00	18.851.286,20	100,00



Como se sabe, os documentos previsionais de 2012 sofreram uma alteração de fundo quanto ao modo como vinha a ser produzido desde há algumas décadas. A sua estrutura é bastante mais densa, o que decorre das exigências que agora são colocadas à sua elaboração. Daí que, em 2012, pela primeira vez, tenha havido uma condensação da despesa pelas seguintes estruturas:

01 – Assembleia Municipal
02 – Câmara Municipal e Serviços Municipais
03 – Operações Financeiras
04 – Empresa Municipal

Em função do que atrás ficou dito, no orçamento do Município de Cantanhede para 2012 assumiu-se a opção pela desvinculação, nos termos do ponto n.º 2.3.2. do POCAL, da classificação orgânica, que de resto era facultativa. O referido documento previsional adiantava a este propósito que se iniciava uma viragem relativamente ao que era a prática anterior, na sequência da criação dos instrumentos de informação paralelos que permitem ao Município continuar a obter elementos detalhados, sob diversas óticas, quer ao nível de consumos, quer em termos de custos ou de despesa. Por isso, concluía a fundamentação, deixou de fazer sentido os documentos previsionais da autarquia continuarem a ser elaborados nos mesmos moldes de anos anteriores.

Seguindo a orientação antes transcrita, melhora a forma como se repartem as despesas pelas estruturas "macro" do Município, não se vislumbrando aqui a necessidade de grandes explicações quanto aos números apresentados.

O quadro n.º 26, sobre os níveis de execução da despesa, dá conta das suas diversas fases repartidas por uma nova modalidade de registo da informação sobre a estrutura macro do Município. Da sua análise conclui-se que 14.101.061,78 euros representam os gastos totais suportados pela instituição com a atividade dos serviços municipais. Seguem-se os gastos totais com operações financeiras, num montante pago de 2.981.248,47 euros, o qual representa apenas 15,81% da estrutura global dos gastos realizados em 2012. Para a INOVA-EM, SA, foram canalizados 1.754.607,09 euros (9,31%) dos recursos da autarquia, seguindo-se os gastos com a Assembleia Municipal, cuja expressão é absolutamente residual.

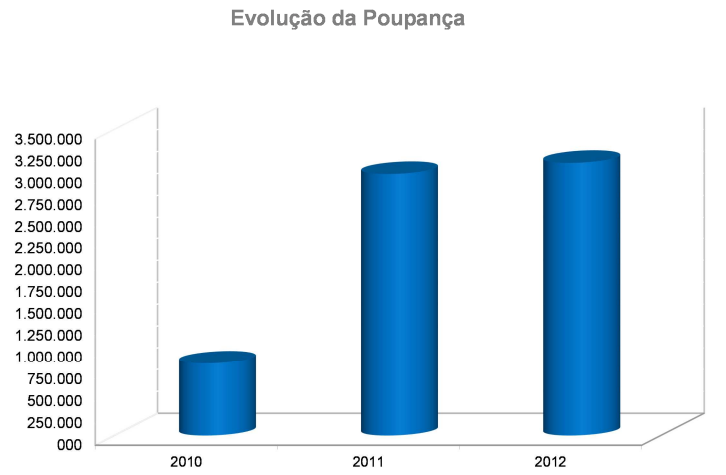
4.2 – Poupança

QUADRO 27

Evolução da Poupança da Câmara Municipal de Cantanhede de 2010 a 2012

Un: (Euros)

ANO	RECEITA CORRENTE	△	DESPESA CORRENTE	△	POUPANÇA
2010	14.604.747,93	1,91	13.783.943,58	7,24	820.804,35
2011	14.834.143,59	1,57	11.839.466,63	-14,11	2.994.676,96
2012	14.749.499,53	-0,57	11.627.893,33	-1,79	3.121.606,20



Um dos grandes desígnios dos Municípios continua a ser o controlo apertado da despesa corrente, no sentido de canalizar os rendimentos daí obtidos para a construção de infraestruturas municipais, aumentando por essa via, quer a capacidade de investimento, quer a margem de manobra para reagir aos constrangimentos a que as autarquias têm estado sujeitas nos últimos anos.

Apesar de ser cada vez mais difícil restringir a despesa corrente, o Município continua a insistir em medidas de racionalização que permitam diminuí-la ainda mais. O quadro n.º 27 evidencia a evolução da poupança verificada ao longo dos últimos três anos, poupança essa que é obtida através da diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, cujo resultado, como já se referiu, traduz o valor que se destina a ser aplicado em despesas de capital, conseguindo-se assim expandir o capital fixo, ou seja, canalizar verbas para investimento em infraestruturas e equipamentos municipais.

O nível da poupança alcançado em 2012, num montante que ascendeu a 3.121.606,20 euros, representa o modo como essa verba foi aplicada em diversas infraestruturas municipais e equipamentos coletivos. Trata-se de um valor muito significativo, de resto bastante elucidativo do rigor da gestão no controlo das despesas correntes, sendo de assinalar o facto de estar muito próximo do alcançado em 2006 (3.285.584,02 euros), outro ano excelente a este nível. Face aos valores de 2011, verifica-se um aumento da poupança, em termos absolutos, de 126.929,24 euros (4,2%).

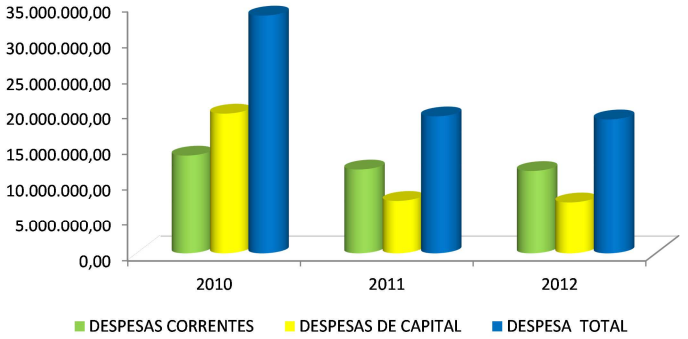
O quadro n.º 28, por sua vez, representa a evolução das despesas do Município de Cantanhede ao longo dos últimos três anos, à exceção de 2010, ano que foi atípico em resultado de um processo de consolidação do passivo de curto prazo. O que se nota claramente é que em 2012 continuou a haver uma retração nítida face aos valores de 2011 e que, não obstante a redução ter sido mais ligeira, a despesa total diminuiu ainda assim 424.489,19 euros (2,2%).

QUADRO 28

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE AO LONGO DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

Un.:(Euros)

ANO	DESPESAS CORRENTES	△	DESPESAS DE CAPITAL	△	DESPESA TOTAL	△
2010	13.783.943,58	7,24	19.664.665,74	110,82	33.448.609,32	50,80
2011	11.839.466,63	-14,11	7.436.308,76	-62,18	19.275.775,39	-42,37
2012	11.627.893,33	-1,79	7.223.392,87	-2,86	18.851.286,20	-2,20



4.3 – Evolução do Endividamento

Apesar das derrogações impostas pelas sucessivas leis do Orçamento de Estado, com maior incidência nos últimos anos, os princípios orientadores do endividamento autárquico estão plasmados na Lei das Finanças Locais, em vigor desde o dia 1 de Janeiro de 2007. Orientada para um efetivo controlo da estabilidade orçamental dos Municípios, o diploma tem na base alguns pressupostos que não podem ser subvertidos, entre os quais o conceito de endividamento líquido municipal, que resulta da diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua natureza, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas de fornecedores e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

Até que seja promulgada a nova proposta de Lei das Finanças Locais, aprovada no Conselho de Ministros realizado de 27 de dezembro de 2012, a análise do anterior conceito é feita nos termos da lei em vigor, a qual impõe três limites ao endividamento autárquico, fixando sanções para o seu incumprimento. Esses limites são os seguintes:

- O montante do Endividamento Líquido total de cada Município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do valor das receitas do ano anterior provenientes dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local;

- A dívida de cada Município referente a empréstimos de médio e longo prazo não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 100% do montante mencionado no limite anterior;

- O valor dos contratos de empréstimos de curto prazo, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode ser superior a 10% do montante inicialmente referido.

Existem algumas exceções a considerar que serão paulatinamente introduzidas e explicadas à medida que se avança na exposição.

Por fim, resta fazer mais uma referência quanto ao facto de a análise desta realidade ter que ser feita de acordo com duas perspetivas distintas. Isto porque os níveis de endividamento do exercício variam consoante o tipo de documento de prestação de contas que esteja a ser analisado. Ou seja: os níveis da execução orçamental diferem necessariamente dos níveis apurados através dos documentos elaborados numa perspetiva patrimonial (balanço), o que pode ser resumido da seguinte forma:

- A perspetiva orçamental reflete apenas os montantes da faturação emitida e não paga num determinando ano, usualmente associada à dívida de curto prazo;

- A perspetiva patrimonial reflete o total das dívidas contraídas pelo Município, sejam elas de curto, médio ou longo prazo.

Dada a importância deste assunto na estrutura de capitais do Município, justifica-se inteiramente um capítulo dedicado à análise exaustiva do endividamento, a começar pela referência quanto ao facto de a Autarquia ter recorrido, em 2009, a um plano de saneamento financeiro. Só por si este plano impôs regras muito restritivas e rigorosas no que diz respeito à redução dos valores de endividamento registado naquela data, o que, associado aos limites entretanto impostos pelas sucessivas leis do Orçamento de Estado (não contemplados nas projeções do PSF), tem obrigado a um esforço redobrado para dar total observância ao conjunto das limitações referidas.

É com base neste pressupostos que devem ser interpretados e analisados os quadros que se seguem: o n.º 29 e o n.º 30 demonstram a evolução do endividamento municipal segundo a perspetiva patrimonial, reportado aos três últimos exercícios.

QUADRO 29

un.:(Euros) FL. I

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO — **ANO FINANCEIRO DE 2012**

Dívidas a terceiros

DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS (Por súmulas)	Dívida apurada em 31/12/2010	Dívida apurada em 31/12/2011	Diminuição da dívida	Novos encargos	Dívida apurada em 31/12/2012	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
I - DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZO:						
1 Empréstimos:						
1. Para a recuperação de danos causados pelas intempéries 2000/2001 em infraestruturas municipais, ao abrigo do DL n.º 378-C/2001, de 8 de Fevereiro	53.067,67	0,00	0,00		0,00	
2. P/ investimentos diversos de obras financiadas pelo III QCA	2.133.492,34	1.828.707,72	304.784,62		1.523.923,10	
3. Empréstimo bonificado para financiamento de projetos aprovados no âmbito do FEDER/III QCA - Medida 1.8 do PORCentro	513.867,20	259.391,66	254.475,36		4.916,30	O empréstimo contratado foi de 2.178.962,48,00, tendo sido apenas utilizada a quantia de 2.110.716,20
4. Tendo por base o resultado do rateio que coube ao Município nos termos da LOE de 2003 tendo em vista investimentos relacionados com construções diversas e aquisição de terrenos para Z. Ind./Z. Com./P. Tecnológico/P. Desport.	410.883,41	293.488,15	117.395,26		176.092,89	
5. Tendo por base o resultado do rateio que coube ao Município nos termos da LOE de 2004 tendo em vista investimentos relacionados com a rede viária e requalificações urbanas	609.518,78	481.199,02	128.319,76		352.879,26	
6. P/ o financiamento da obra: Manutenção e Ampliação da Rede de Saneamento- Drenagem de Águas Domésticas da Freguesia de Febres (Sanguinheira, Serradade e pequenos troços distribuídos pela freguesia) - III QCA	177.558,91	143.738,15	33.820,76		109.917,39	O empréstimo contratado foi de 271.870,00 tendo sido apenas utilizada a quantia de 270.566,00
7. P/ o financiamento das seguintes obras: Variante de Portunhos, - ER 335 – 1: Via Regional Cantanhede/Tocha e Arranjo Urbanístico e Paisagístico da Área envolvente à Lagoa do Montinho - III QCA	1.434.653,29	1.301.197,17	133.456,12		1.167.741,05	O empréstimo contratado foi de 1.734.930,00.
8. P/ investimentos diversos de obras	6.923.076,96	6.346.153,92	576.923,04		5.769.230,88	
9. Empréstimo com o Estado no âmbito da Resolução n.º 34/2008 para adesão ao Programa pagar a Tempo e Horas	536.800,00	536.800,00	0,00		536.800,00	
10. Empréstimo no âmbito da Resolução n.º 34/2008 para adesão ao Programa pagar a Tempo e Horas	483.120,00	322.080,00	161.040,00		161.040,00	
11. Empréstimo no âmbito do Saneamento Financeiro	7.150.000,00	8.000.000,00	0,00		8.000.000,00	
12. Empréstimo no âmbito do Saneamento Financeiro	7.150.000,00	8.000.000,00	0,00		8.000.000,00	
SOMA DE I	**27.576.038,56**	**27.512.755,79**	**1.710.214,92**	**0,00**	**25.802.540,87**	

QUADRO 30

Un:(Euros) FL. II

	DESIGNAÇÃO DAS DÍVIDAS (Por súmulas)	Dívida apurada em 31/12/2010	Dívida apurada em 31/12/2011	EVOLUÇÃO DURANTE O ANO DE 2012		
				Diminuição da dívida	Novos encargos	Dívida apurada em 31/12/2012
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
II - DÍVIDAS A CURTO PRAZO:						
	1. Empréstimos:					
a)	Para fazer face a dificuldades momentâneas de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SOMA I - 1	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	2. Dívidas a empreiteiros:					
1	Empreiteiros c/c:	1.001.969,93	183.362,29	183.362,29	208.768,60	208.768,60
2	Factoring - Fornecedores de Imobilizado e Empreiteiros c/c	150.118,81	43.830,08	43.830,08	0,00	0,00
3	Forn. de Imobilizado/Factoring-P/Subsídios concedidos	0,00	54.643,73	54.643,73	0,00	0,00
4	Factoring- Forn./Empreiteiros subsídio concedidos	86.238,98	65.328,41	0,00	0,00	65.328,41
	SOMA II - 2	**1.238.327,72**	**347.164,51**	**281.836,10**	**208.768,60**	**274.097,01**
	3. Dívidas a fornecedores e credores:					
1	Fornecedores c/c	296.226,78	367.634,85	367.634,85	274.985,77	274.985,77
2	Factoring - Fornecedores c/c	0,00	109,59	109,59	0,00	0,00
3	Fornecedores, c/c - por subsídios concedidos	0,00	16.708,70	16.708,70	0,00	0,00
4	Fornecedores por vendas a dinheiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Fornecedores de faturas em receção e conferência	337.165,61	526.374,33	526.374,33	181.067,52	181.067,52
6	Estado e outros entes público	52.840,31	42.623,86	42.623,86	39.741,12	39.741,12
7	Fornecedores de imobilizado	541.256,30	478.876,21	93.154,21	0,00	385.722,00
8	Fornecedores de imobilizado por locação financeira	4.366.322,36	4.691.919,87	377.315,47	0,00	4.314.604,40
9	Fornecedores Imob. faturas em receção e conferência	79.358,54	16.248,29	15.453,46	0,00	794,83
10	Pessoal	2.798,71	3.273,24	3.273,24	988,15	988,15
11	Administração Autárquica	7.419,00	0,00	0,00	36.428,37	36.428,37
12	Consultores, assessores e intermediários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Outros credores					
13.1	Membros das mesas de voto	68,98	68,98	0,00	0,00	68,98
13.2	Organismos públicos	984,40	14.012,30	14.012,30	11.544,91	11.544,91
13.3	Proprietários de imóveis	1.104.282,75	1.051.754,25	134.757,76	15.975,41	932.971,90
13.4	Fornecedores /empreiteiros de subsídios concedidos	81.366,91	0,00	0,00	0,00	0,00
13.5	Credores diversos por subscrição de capital social	900.000,00	450.000,00	300.000,00	0,00	150.000,00
13.6	Credores de quotizações	0,00	0,00	0,00	1.425,00	1.425,00
13.7	Credores por operações de permutas	42.871,00	31.838,00	0,00	0,00	31.838,00
13.8	Outros credores diversos	542,03	135,68	135,68	0,00	0,00
13.9	Credores de transferências das autarquias locais	76.915,27	27.519,80	12.519,80	80,00	15.080,00
	SOMA II - 3	**7.890.418,95**	**7.719.097,95**	**1.904.073,25**	**562.236,25**	**6.377.260,95**
	4. Dívidas a terceiros (Operações de Tesouraria):					
1	Clientes, Contribuintes e utentes com cauções	10.650,69	7.904,19	1.000,06	0,00	6.904,13
2	Estado e outros entes público	106.322,49	76.392,84	76.392,84	64.741,81	64.741,81
3	Sindicatos	437,49	392,23	392,23	358,78	358,78
4	Credores por depósitos de garantia	564.103,10	457.549,02	60.539,86	39.421,39	436.430,55
5	Outros credores de operações de tesouraria	9.064,68	8.609,93	5.975,49	14.237,24	16.871,68
	SOMA II - 4	**690.578,45**	**550.848,21**	**144.300,48**	**118.759,22**	**525.306,95**
	SOMA DE II	**9.819.325,12**	**8.617.110,67**	**2.330.209,83**	**889.764,07**	**7.176.664,91**
	TOTAL GERAL	**37.395.363,68**	**36.129.866,46**	**4.040.424,75**	**889.764,07**	**32.979.205,78**

QUADRO 31

Distribuição dos Encargos Assumidos e não Pagos por Classificação Orgânica

ORGÂNICAS		VALOR 2012
01 - Assembleia Municipal		0,00
02 - Câmara Municipal e Serviços Municipais		630.152,09
03 - Operações Financeiras		0,00
04 - Empresa Municipal		45.129,13
SUB- TOTAL		**675.281,22**
Saldo da Gerência *		2.095.371,78
Receita Liquidada e não Cobrada QREN		479.855,85
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	**EXCESSO DE TESOURARIA**	**1.899.946,41**

Relativamente ao quadro n.º 31, este diz respeito ao endividamento de curto prazo. A sua elaboração teve por base as peças orçamentais e foi executado de acordo com a estrutura dos documentos previsionais. O montante de 675.281,22 euros relativo aos habitualmente designados encargos assumidos e não pagos, reflete apenas as dívidas de curto prazo assumidas com fornecedores, fornecedores de imobilizado, empreiteiros e subsídios atribuídos e não pagos a diversas entidades.

O aspeto mais importante a destacar no referido quadro não tem a ver com o montante da dívida de curto prazo, que, por sinal, não se encontrava ainda vencida à data da presente prestação de contas; o que merece ser sublinhado é o excesso de tesouraria aí mencionado no valor de 1.899.946,41 euros. Este dado mostra claramente que, na prática, a Autarquia tinha, a 31 de dezembro de 2012, disponibilidades de tesouraria para liquidar a totalidade do seu passivo de curto prazo e que só não o fez por se tratar de faturação com prazos de pagamento negociados a 60 dias.

Os principais fatores que concorreram para as divergências entre os valores obtidos segundo as duas perspetivas atrás referidas (orçamental e patrimonial) podem resumir-se nos seguintes termos:

- A relação de todos os valores arrecadados de terceiros, habitualmente designados como receitas de operações de tesouraria, entregues a terceiros dentro dos prazos legalmente estabelecidos;

- O montante global de faturação contabilizada em receção e conferência. Nos termos do POCAL, essas quantias só passam a ter reflexo na execução orçamental da despesa quando deixam de estar em conferência, ou seja, quando se efetua o movimento contabilístico de passagem da classificação patrimonial 228 (fornecedores – faturas em receção e conferência) para a 221 (fornecedores c/c);

- O montante dos contratos de locação financeira devidos a médio e longo prazo;

- O valor dos empréstimos bancários contratados com instituições financeiras de curto, médio e longo prazo;

- Os adiantamentos recebidos por conta da venda de bens de investimento.

QUADRO 32

Endividamento - Outras Dívidas a Terceiros

Un: (Euros)

		Dívida a 31.12.2010			Dívida a 31.12.2011			Dívida a 31.12.2012		
		Balanço	Deduções	Execução Orçamental	Balanço	Deduções	Execução Orçamental	Balanço	Deduções	Execução Orçamental
217	Clientes e Utentes c/ Cauções	10.650,69	10.650,69	0,00	7.904,19	7.904,19	0,00	6.904,13	6.904,13	0,00
221	Fornecedores C/C	296.226,78		296.226,78	367.634,85		367.634,85	274.985,77		274.985,77
222	Factoring - Fornecedores c/c	0,00		0,00	109,59		109,59	0,00		0,00
223	Fornecedores C/C VND	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
225	Forn. C/C/Factoring-P/Subsídios Concedidos	0,00		0,00	16.708,70		16.708,70	0,00		0,00
228	Forn Fact Receção e Conferência	337.165,61	337.165,61	0,00	526.374,33	526.374,33	0,00	181.067,52	181.067,52	0,00
24	Impostos	159.162,80	106.322,49	52.840,31	119.016,70	76.392,84	42.623,86	104.482,93	64.741,81	39.741,12
2611	Fornecedores Imobilizado	541.256,30	480.000,00	61.256,30	478.876,21	432.000,00	46.876,21	385.722,00	384.000,00	1.722,00
2612	Empreiteiros c/c	1.001.969,93		1.001.969,93	183.362,29		183.362,29	208.768,60		208.768,60
2613	Fornecedores Imobilizado por Locação Financeira	4.366.322,36	4.366.322,36	0,00	4.691.919,87	4.691.919,87	0,00	4.314.604,40	4.314.604,40	0,00
2614	Factoring-Forn. De Imobilizado e Empreiteiros c/c	150.118,81		150.118,81	43.830,08		43.830,08	0,00		0,00
2615	Forn. Imobilizado/Factoring-P/Subsídios Concedidos	0,00		0,00	54.643,73		54.643,73	0,00		0,00
2618	Forneced. Im. Fact. Receção e Conferência	79.358,54	79.358,54	0,00	16.248,29	16.248,29	0,00	794,83	794,83	0,00
262	Pessoal	2.798,71		2.798,71	3.273,24		3.273,24	988,15		988,15
263	Sindicatos	437,49	437,49	0,00	392,23	392,23	0,00	358,78	358,78	0,00
264	Administração Autárquica	7.419,00		7.419,00	0,00		0,00	36.428,37		36.428,37
267	Consultores, Assessores e Intermediários	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
268	Devedores e Credores Diversos	2.866.438,10	2.609.381,03	257.057,07	2.106.816,37	1.996.339,20	110.477,17	1.661.559,43	1.548.912,22	112.647,21
	SUBTOTAL	**9.819.325,12**	**7.989.638,21**	**1.829.686,91**	**8.617.110,67**	**7.747.570,95**	**869.539,72**	**7.176.664,91**	**6.501.383,69**	**675.281,22**
229	Adiantamento a fornecedores	0,00	0,00	0,00	2.829,00	0,00	2.829,00	2.829,00	2.829,00	0,00
2612	Dividas de empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.990,73	2.990,73	0,00
269	Adiantamento por conta de venda bens invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.500,00	106.500,00	0,00
2619	Adiantamento a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	**9.819.325,12**	**7.989.638,21**	**1.829.686,91**	**8.614.281,67**	**7.747.570,95**	**866.710,72**	**7.277.345,18**	**6.602.063,96**	**675.281,22**

No quadro n.º 32 estão patentes as diferenças entre os valores do endividamento apresentados nas duas perspetivas antes enunciadas: quando se olha para as peças patrimoniais, conclui-se que o endividamento municipal, em 31 de dezembro de 2012, estava quantificado em 7.277.345,18 euros; ao invés, as peças de execução orçamental mostram que, na mesma data, o endividamento municipal se situava em 675.281,22 euros.

Por outro lado, a comparação entre anos permite também aferir que o nível de endividamento de curto prazo da Autarquia continua a reduzir, ano após ano: na ótica patrimonial, a redução de 2011 para 2012 situou-se nos 15,5% (1.440.445,76 euros em valor absoluto); do ponto de vista orçamental a redução foi 22,3% (194.258,50 euros), no mesmo período.

A diferença (6.501.383,69 euros) entre o valor obtido na ótica patrimonial e o da ótica orçamental resultou dos seguintes:

- Quantias cobradas de e para terceiros (operação de tesouraria), incluindo o IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado e outras dívidas ao Estado, no total de 525.268,73 euros;

- Faturação contabilizada em receção e conferência, no valor de 181.862,35 euros;

- Subscrição do património associativo da Associação de Transferência e Tecnologia – BIOCANT, no montante de 150.000,00 euros;

- Os encargos resultantes de vários contratos de locação financeira, no total de 4.314.604,40 euros, cujo impacto financeiro ocorrerá em exercícios futuros;

- Reconhecimento de compromissos assumidos pelo Município, devidamente refletidos nas peças contabilísticas de 2012, no montante global de 945.609,99 euros: aquisição do edifício onde estava localizada a Joalto; entrega de parcelas a constituir na área de intervenção de alteração ao Plano de Pormenor da Zona Sul da Cidade Cantanhede; e execução das infraestruturas urbanísticas no loteamento envolvente à capela de S. Bento, em Ançã.

- Reconhecimento do montante em dívida à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, por força do contrato de compra e venda do antigo quartel, cujo valor em dívida, à data de 31 de Dezembro de 2012, ascendia a 384.000,00 euros.

- Outras dívidas de carácter absolutamente residual, num total de 38,22 euros.

Embora a diferença dos valores apresentados nas duas colunas do quadro n.º 32 possa parecer ter alguma expressão, a verdade é que não deve atribuir-se-lhe grande significado, na medida em que grande parte dos itens anteriormente mencionados dizem respeito a dívidas de médio e longo prazo, no valor de 5.486.214,39 euros. De resto, estas nem sequer deviam constar no quadro, o que só acontece porque as limitações da aplicação informática não permitem fazer refletir os valores em causa como dívidas de médio e longo prazo. Trata-se de dívidas não vencidas que respeitam a um plano de pagamentos faseado que irá repartir-se em vários exercícios e que, portanto, só terão repercussão financeira em orçamentos futuros.

No final de 2012, o endividamento a terceiros era de 7.176.664,91 euros, montante que não inclui o passivo de longo prazo devido por empréstimos bancários devidamente contratualizados. Se este passivo (quadro n.º 29), no valor de 25.802.540,87 euros, for somado àquele montante (quadros n.º 30 e n.º 32), o total da dívida de curto, médio e longo prazo, à data de 31 de Dezembro, era de 32.979.205,78 euros.

A análise ao quadro n.º 29 permite concluir que, durante 2012, o Município de Cantanhede não recorreu a empréstimos bancários e que apenas fez face ao serviço da dívida nos termos contratualizados, o que lhe permitiu reduzir o seu endividamento de médio e longo prazo em 1.710.214,92 euros. A 31 de dezembro desse ano, o passivo de longo prazo estava contabilizado em 25.802.540,87 euros, valor que representa claramente a inversão do aumento que vinha a verificar-se no endividamento de médio e longo prazo.

Os quadros n.º 29 e n.º 30 demonstram assim a decomposição de todo o passivo da Autarquia, em função do seu grau de exigibilidade, a longo, médio e curto prazo.

QUADRO 33

Dívida a Terceiros por Escalões

Un: (Euros)

Nº	ESCALÕES	ANO 2010		ANO 2011		ANO 2012	
		N.º de Entidades	Valor	N.º de Entidades	Valor	N.º de Entidades	Valor
1º	0 < 100	52	3.107,02	51	2.886,05	19	844,49
2º	101 < 500	38	10.109,56	39	8.429,14	25	7.390,93
3º	501 < 1.000	22	15.238,63	26	18.367,40	11	8.109,24
4º	1.001 < 5.000	36	87.231,42	27	60.363,57	28	62.294,19
5º	5.001 < 10.000	9	66.730,72	11	72.657,35	4	31.886,22
6º	10.001 < 20.000	9	133.013,87	10	129.391,40	8	112.979,87
7º	20.001 < 50.000	11	365.654,48	8	278.582,25	3	121.583,59
8º	50.001 < 100.000	4	308.612,85	2	122.080,64	3	208.847,72
9º	100.001 < 500.000	4	787.148,05	1	134.158,06	1	121.344,97
10º	500.001<.....	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	TOTAL	185	1.776.846,60	175	826.915,86	102	675.281,22

O quadro n.º 33 apresenta a dívida a terceiros organizada por escalões. Como se verifica, em 31 de Dezembro de 2012, o Município devia 78.638,85 euros a 83 entidades, por conta de dívidas inferiores a cinco mil euros, as quais já estariam pagas se os fornecedores tivessem optado por fazer descontos de pronto pagamento, situação que lhes teria dado a possibilidade de receber no prazo médio de uma semana. A dívida restante, totalizando 596.642,37 euros, encontra-se repartida por um universo de 19 entidades, na esmagadora maioria dos casos fornecedores e alguns empreiteiros. Conforme se referiu oportunamente, as quantias referentes a esta dívida não foram pagas porque se trata de faturação não vencida ou não pagas por facto imputável ao credor (nos termos da LCPA).

Aqui chegados, justifica-se uma análise mais pormenorizada aos passivos financeiros de médio e longo prazo, quer pelo impacto que terão em exercícios futuros, quer por serem encargos com limitações impostas por lei e que, por isso, faz sentido acompanhar de perto. Por outro lado também é útil avaliar os níveis de endividamento líquido, no sentido de se aferir o seu grau de cumprimento face às limitações impostas pela Lei das Finanças Locais e respetivas restrições previstas na Lei do Orçamento de Estado. À semelhança do que foi feito no relatório de 2011, será igualmente efetuada uma análise tendo por base as recomendações apresentadas pelo Tribunal de Contas através da sua comunicação n.º 13201, de 24 de Agosto de 2011.

A análise que se segue não considera os valores das contas da INOVA, EM-SA, uma vez que esta apresentou resultados líquidos positivos antes de impostos. Esta opção está de acordo com o estipulado no n.º 40.º da Lei n.º 50, de 31 de agosto, que aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local (artigo que não alterou nada face à lei anterior sobre a matéria), devidamente articulado com a alínea b) do n.º 2 do artigo n.º 36 da Lei das Finanças Locais, legislação segundo a qual tais resultados não contam para os limites de endividamento do Município.

Na sequência da auditoria efetuada, em 2011 e 2012, pela Inspeção-Geral de Finanças deverá o Município de Cantanhede calcular os seus limites de endividamento entrando também em linha de conta com as contas de duas entidades associativas municipais, designadamente a AIRC – Associação de Informática da Região Centro e Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego - CIM-BM. Os quadros sobre a matéria evidenciarão este enquadramento.

QUADRO 34

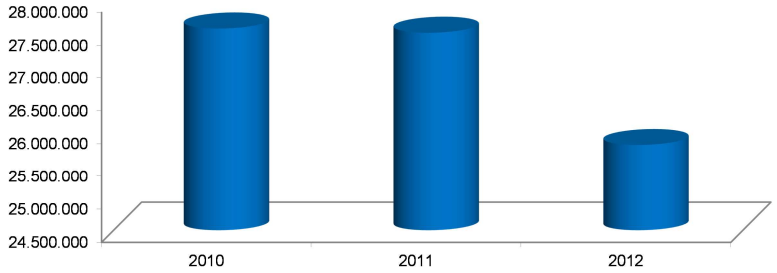
Entidade Credora	Empr. n.º	Finalidade do Empréstimo	Valor do empréstimo contratado	Valor do empréstimo efetivamente utilizado	Amortizações acumuladas até 31.12.2012	Capital Dívida 31.12.12
Empréstimos Bancários que não contam para o Cálculo do Endividamento						
CGD	0204/000019/887/0019	P/ investimentos das obras financiadas pelo III QCA	3.962.200,00	3.962.200,00	2.438.276,90	1.523.923,10
BES	353006702104	Beneficiação da Estrada EM 588 Balsas/Monte Arcado	72.018,21	72.018,21	72.018,21	0,00
BES	353006702406	Beneficiação da EM 583 T- Corgo Encheiro	78.591,51	65.458,87	65.458,87	0,00
BES	353032862903	Drenagem e Tratamento de Água de Sepins	73.323,96	73.323,96	73.323,96	0,00
BES	353006702201	Alargamento e Retificação do CM Marvão/Barroco das Latas	42.819,84	42.819,84	42.819,84	0,00
BES	353006702805	Drenagem e Tratamento de Águas Residuais do Bolho	49.655,23	49.655,23	49.655,23	0,00
BES	353032862105	Ampliação da Rede de Saneamento de Ançã	82.960,69	82.960,69	82.960,69	0,00
BES	353006702503	Alargamento e Retificação da E 612 entre Febres e Vilamar	146.881,88	98.645,87	98.645,87	0,00
BES	353006702007	Alargamento e Retificação do C1017 entre Febres e Barracão	70.358,82	70.358,82	70.358,82	0,00
BES	353006702309	Construção da Praia Fluvial do Olhos da Fervença - Piscina Natural	110.432,13	110.432,13	110.432,13	0,00
BES	353006702600	Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal de Cantanhede	463.706,14	463.706,14	463.706,14	0,00
BES	353032862806	Arranjos Urbanísticos na P Tocha 2ª Fase	55.029,09	55.029,09	55.029,09	0,00
BES	353032872003	Arranjos Urbanísticos na P Tocha 1ª Fase	83.905,00	83.242,15	78.325,85	4.916,30
BES	353032862709	Revitalização Urbana da zona PPU de Cantanhede	44.988,61	44.021,39	44.021,39	0,00
BES	353032862407	Circular Urbana de Cantanhede	41.469,59	41.469,59	41.469,59	0,00
BES	353032862202	Drenagem de Águas Residuais d Zambujal e Fornos	100.408,02	100.408,02	100.408,02	0,00
BES	353032862318	EM Olhos da Fervença / Escoural CM Criação/Olhos da Fervença	155.821,64	155.821,64	155.821,64	0,00
BES	353006702708	Abastecimento de Água Drenagem de Águas Residuais Franciscas, Tarelhos e Lírios	76.412,06	76.412,06	76.412,06	0,00
BES	353032862008	Drenagem de Águas Residuais de Cordinhã	90.087,95	90.087,95	90.087,95	0,00
BES	353006702902	Drenagem de Águas Residuais de Ourentã	108.288,52	107.454,70	107.454,70	0,00
BES	353032872100	Drenagem de Águas Residuais de Outil	99.660,12	99.660,12	99.660,12	0,00
BES	353032862504	Beneficiação da Estrada Corticeiro de Cima / EN 234	132.143,46	127.729,77	127.729,77	0,00
CGD	0204/000017/187/0019	Prejuízo resultantes intempéries 2000/2001- IE municipais, DL nº 38 C/2001, de 8/2	835.404,73	835.404,73	835.404,73	0,00
BTA	0003.01613784096	P/ investimentos das obras financiadas pelo III QCA	271.870,00	270.566,00	160.648,61	109.917,39
BPI	1608603830001	P/ investimentos das obras financiadas pelo III QCA	1.734.930,00	1.734.930,00	567.188,95	1.167.741,05
		Total Empréstimos que não contam para endividamento	**8.983.367,20**	**8.913.816,97**	**6.107.319,13**	**2.806.497,84**
Empréstimos Bancários que contam para o Cálculo do Endividamento						
CGD	9140/000125/887/0019	P/ Obras diversas	939.162,00	939.162,00	763.069,11	176.092,89
BTA	0003.01058196096	P/ Investimentos em diversas obras	1.026.558,00	1.026.558,00	673.678,74	352.879,26
BTA	0003.03325874096	P/ investimentos diversos	7.500.000,00	7.500.000,00	1.730.769,12	5.769.230,88
BTA	0003.04253618096	Programa Pagar a Tempo e Horas	805.200,00	805.200,00	644.160,00	161.040,00
Estado		Programa Pagar a Tempo e Horas	536.800,00	536.800,00	0,00	536.800,00
CGD	9015006668591	Saneamento Financeiro	8.000.000,00	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00
BPI	1608603830002	Saneamento Financeiro	8.000.000,00	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00
		Total Empréstimos da CMC que contam p/ Cálculo Endividamento	**26.807.720,00**	**26.807.720,00**	**3.811.676,97**	**22.996.043,03**
		Total dos Empréstimos da CMC	**35.791.087,20**	**35.721.536,97**	**9.918.996,10**	**25.802.540,87**

QUADRO 35

MAPA DE EMPRÉSTIMOS DO MUNICÍPIO

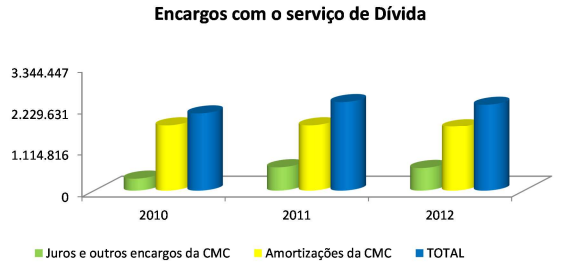
Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	2010	2011	2012
Que contam para endividamento	23.263.399,15	23.979.721,09	22.996.043,03
Que não contam para endividamento	4.312.639,41	3.533.034,70	2.806.497,84
Apuramento da dívida de médio e longo prazo em 31 de Dezembro da CMC	**27.576.038,56**	**27.512.755,79**	**25.802.540,87**



ENCARGOS COM A DÍVIDA MUNICIPAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO

DESIGNAÇÃO	2010	2011	2012
Execução Orçamental	318.515,54	621.012,71	602.021,56
Bonificações	0,00	0,00	0,00
Acréscimos de custos	18.168,83	22.361,96	8.176,35
Juros e outros encargos da CMC	**318.515,54**	**621.012,71**	**602.021,56**
Amortizações da CMC	1.762.899,42	1.763.282,77	1.710.214,92
TOTAL	**2.081.414,96**	**2.384.295,48**	**2.312.236,48**



Já aqui se disse que o endividamento autárquico tem vindo a ser alvo de metas cada vez mais restritivas em sede de Orçamento de Estado. No que diz respeito a 2012, será útil dar conta de que o Decreto-lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro, que veio determinar as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2012, aprovado pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, adianta no seu artigo n.º 58, que a DGAL – Direção-geral das Autarquias Locais, calcula, para cada município, o montante de endividamento líquido e da dívida de curto prazo, médio e longo prazo, previstos na Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, (…), com base na informação fornecida pelos Municípios até 10 de maio de 2012, através do SIIAL. Além disso, o n.º 2 do mesmo artigo estabelece que os montantes de endividamento, incluindo os respetivos cálculos, são comunicados pela DGAL a cada um dos municípios e à DGO, até 15 de junho de 2012. E finalmente os n.º 3 e n.º 4 referem que a mesma entidade calculará e comunicará, para cada município, os limites de

endividamento líquido e da dívida de médio e longo prazo para 2012, nos termos do previsto no artigo n.º 66 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (LOE).

Já o artigo n.º 66 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2012, impõe que "o valor do endividamento líquido de cada município em 31 de dezembro de 2012, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, (…), não pode ser superior ao observado em 31 de dezembro do ano anterior". E o n.º 2 do mesmo artigo decreta que no ano de 2012, "(…), a celebração de novos contratos de empréstimos de médio e longo prazo é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2010 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município".

Face do exposto os limites de endividamento para 2012 passaram a ser os seguintes:

- Limite de endividamento líquido – 13.404.525,57 euros;
- Limite de endividamento de médio e longo prazo – 20.435.237,00 euros.

Importa aqui tecer um breve comentário quanto à forma controversa como são calculados estes limites. Resumidamente poder-se-á dizer que estes limites não resultam nem de uma interpretação simples da legislação quanto a esta matéria nem de um cálculo aritmético simples. O que temos é o resultado de sucessivas interpretações muito discutíveis quanto ao modo como entendem o espírito da lei. Vejam-se, por exemplo, a este respeito as recomendações feitas pelo Tribunal de Contas, que, na apreciação das contas de 2008, recomendou à autarquia que calculasse os seus limites nos termos da lei, o que se traduziu em valores diferentes dos apurados pela DGAL.

Se quanto ao endividamento líquido, as divergências não são muito relevantes, já quanto aos valores relativos a empréstimos de médio e longo prazo a situação se afigura mais difícil de entender. E uma vez que no primeiro trimestre de 2012 a DGAL ainda não havia comunicado os limites de endividamento para esse ano, recorreu-se á única opção possível, que foi fazer os cálculos nos termos da referida lei (Orçamento de Estado para 2012) e de acordo com as orientações definidas no ofício n.º 1620-2011 da DGAL, de 30 de Maio (enviado para dar a conhecer ao Município de Cantanhede os seus limites de endividamento para 2011). Nessa data, os limites obtidos nos termos supramencionados foram:

- Limite de endividamento de médio e longo prazo (estimado) – 21.252.504,81 euros.

Contudo, em 2012 a DGAL não manteve a mesma orientação de 2011 e não considerou a Lei n.º 60-A/2011, de 30/11, que procedeu à segunda alteração à Lei do Orçamento de Estado para 2011. Esta, entre outros aspetos, veio alterar os limites do endividamento líquido das autarquias para 2011, condicionando-os aos limites existentes em 31 de Dezembro de 2010 e não aos de 30 de Setembro de 2010, conforme inicialmente estipulado pela LOE para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, 31/12). Os valores acima apresentados contemplam esta alteração, embora não tivesse sido esse o entendimento da DGAL. Esta entidade veio considerar que os limites referentes aos empréstimos de médio e longo prazo teriam por base os valores existentes em setembro de 2010. Por força desta interpretação o limite de endividamento de médio e longo prazo para 2012, segundo a DGAL, passa a ser 20.435.237,00 euros.

Convém salientar que o Tribunal de Contas emitiu, através da sua comunicação de 24 de agosto de 2011, uma recomendação a impor, sob pena de sanções aos titulares dos cargos políticos, que o endividamento das autarquias fosse determinado da seguinte forma:

- De acordo com os artigos 37.º e 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro; e

- Que seja considerado o valor do ativo líquido no cálculo do endividamento líquido.

Nestas circunstâncias, a única opção possível para que os interessados no presente documento possam acompanhar e comparar os limites impostos quanto aos níveis de endividamento da Autarquia, foi a de fazer constar nele as duas fórmulas de cálculo. E assim temos:

Nas contas feitas segundo as recomendações do Tribunal de Contas, o limite de endividamento líquido (estimado) é 13.461.349,33 euros.

Quanto ao limite de endividamento de médio e longo prazo, uma vez que, à data da apresentação deste relatório, se desconhece o entendimento do Tribunal de Contas relativamente a esta matéria, é considerado o comunicado pela DGAL.

QUADRO 36

CÁLCULO DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO

	2011				2012			
	Tribunal de Contas	Taxa utilização	DGAL	Taxa utilização	Tribunal de Contas	Taxa utilização	DGAL	Taxa utilização
Total de Impostos Municipais (Receita Liquida obtida ano anterior)	4.732.331,62		4.732.331,62		4.572.193,63		4.572.193,63	
Derrama	0,00				736.064,51		736.064,51	
Participação nos resultados das entidades do SEL	0,00				0,00		0,00	
FEF+IRS (Valores do Mapa XIX anexo ao OE)	9.224.188,00		8.763.887,00		8.763.887,00		8.329.700,00	
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (A)	**13.956.519,62**		**13.496.218,62**		**14.072.145,14**		**13.637.958,14**	
Limite ao Endividamento de Curto Prazo (A*10%)	**1.395.651,96**		**1.349.621,86**		**1.407.214,51**		**1.363.795,81**	
Empréstimos que contam para o cálculo do endividamento CMC	0,00		0,00		0,00		0,00	
Margem	**1.395.651,96**		**1.349.621,86**		**1.407.214,51**		**1.363.795,81**	
Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazo (A*100%) LFL	**13.956.519,62**		**13.496.218,62**				**13.637.958,14**	
Limite ao Endividamento Líquido de acordo com o artigo 66.º da Lei n.º 64-B/2011	22.332.711,12		22.286.681,10				20.435.237,00	
Empréstimos que contam para o cálculo do endividamento CMC	23.979.721,09	**107,37**	23.979.721,09	**107,60**			22.996.043,03	**112,53**
Margem	**-1.647.009,97**		**-1.693.039,99**				**-2.560.806,03**	
Limite ao Endividamento Líquido (A*125%)	**17.445.649,53**		**16.870.273,28**		**17.590.181,43**		**17.047.447,68**	
Limite ao Endividamento Líquido de acordo com o artigo 66.º da Lei n.º 64-B/2011	**15.690.412,52**		**15.664.198,01**		**13.461.349,33**		**13.404.525,57**	
Endividamento Líquido CMC	13.461.349,33	**85,79**	13.404.525,57	**85,57**	10.959.377,53	**81,41**	10.834.668,34	**80,83**
Margem	**2.229.063,19**		**2.259.672,44**		**2.501.971,80**		**2.569.857,23**	

*** O calcúlo do endividamento inclui a conta 2746.**

Efetuado que está o necessário enquadramento quanto à forma como se obtêm os limites de endividamento das autarquias locais, analisemos então os níveis de endividamento apurados pelo Município de Cantanhede, por forma a aferir o seu grau de cumprimento. O quadro n.º 36 demonstra a capacidade de endividamento utilizada pelo Município, calculada de acordo com o artigo n.º 66.º da Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 31 de Dezembro), nos termos da comunicação da Direcção-Geral das Autarquias Locais e com as recomendações do Tribunal de Contas.

Convém notar que o facto de a Autarquia se encontrar abrangida por um Plano de Saneamento Financeiro (PSF) permite que o limite de endividamento tenha sido ultrapassado nos termos em que o foi (2.560.806,03 euros), pois trata-se de uma situação específica permitida por lei. Este facto decorre aliás do próprio relatório da auditoria feita pela Inspeção Geral de Finanças às contas de 2010.

De facto, ao abrigo do referido PSF, o Município de Cantanhede, nos termos do n.º 3 do artigo n.º 39 da Lei das Finanças Locais, deve abater, em cada ano subsequente, pelo menos 10% do excesso do seu limite de empréstimos, até que este seja cumprido, o que em 2012 corresponderia à redução de 169.303,99 euros. Ora, o facto é que foram amortizados 1.710.214,92 euros, valor superior a dez vezes mais do que a lei obriga. Além disso, é expetável que este valor irá continuar a subir nos próximos anos, por força dos encargos com o empréstimo que esteve na origem do Plano de Saneamento Financeiro, cujas amortizações de capital irão ter início em junho de 2013.

Temos assim que, à data a que se reporta o presente relatório, a Autarquia demonstra que consegue facilmente reduzir os 10% do montante de dívida em excesso em cada ano subsequente.

Quanto ao endividamento líquido, o Orçamento de Estado para 2012 impôs que o do Município de Cantanhede não fosse superior ao observado em 31 de dezembro de 2011, ou seja, não poderia ultrapassar o limite de 13.461.349,33 euros (se calculado conforme as recomendações do Tribunal de Contas), ou de 13.404.525,57 euros (se calculado nos termos da DGAL). Efetuadas as contas de acordo com as fórmulas aplicadas pela DGAL e pelo TC é possível concluir (quadro n.º 36) que a Autarquia mais uma vez baixou nitidamente o seu nível de endividamento líquido em 10.959.377,53 euros (se calculado conforme as recomendações do Tribunal de Contas), ou em 10.834.668,34 euros (se calculado pela fórmula da DGAL).

QUADRO 37
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO
Cálculos efetuados nos termos das recomendações das seguintes entidades

		Tribunal de Contas		DGAL	
	DESCRIÇÃO	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
CONTA	DESIGNAÇÃO	31-Dez-12	31-Dez-12	31-Dez-12	31-Dez-12
11000	Caixa	4.157,29		4.157,29	
12000	Depósitos em Instituições Financeiras	2.609.378,30		2.609.378,30	
15900	Títulos Negociáveis				
21100	Clientes c/c	46.778,74		46.778,74	
21200	Contribuintes c/c	20.544,87		20.544,87	
21300	Utentes c/c	24.881,92		24.881,92	
21700	Clientes e utentes c/c		6.904,13		6.904,13
21800	Clientes, contribuintes utentes cobrança duvidosa			124.709,19	
22100	Fornecedores c/c		274.985,77		274.985,77
22800	Fornecedores-Faturas em recepc. e conferência		181.067,52		181.067,52
22900	Adiantamentos a fornecedores	2.829,00		2.829,00	
23111	Empréstimo bancários curto prazo				
23121	Empréstimo bancários médio e longo prazo		25.802.540,87		25.802.540,87
24000	Estado e outros entes públicos		104.482,93		104.482,93
26110	Fornecedores de imobilizado c/c	2.990,73	4.909.889,83	2.990,73	4.909.889,83
26190	Adiantamento a fornecedores de imobilizado				
26200	Pessoal		988,15		988,15
26300	Sindicatos		358,78		358,78
26460	Freguesias		0,00		0,00
26470	Empresas municipais e intermunicipais		36.428,37		36.428,37
26700	Consultores, assessores e intermed.		0,00		0,00
26800	Devedores e credores diversos	616.265,95	1.661.559,43	616.265,95	1.661.559,43
26900	Adiantamentos por conta de vendas		106.500,00		106.500,00
27110	Juros a receber	1.926,51		1.926,51	
27190	Outros acréscimos de proveitos	4.525.307,84		4.525.307,84	
27290	Outros custos diferidos	78.729,89		78.729,89	
27310	Seguros a liquidar		17,96		17,96
27320	Remunerações a liquidar		455.620,01		455.620,01
27330	Juros a liquidar		8.108,29		8.108,29
27390	Outros acréscimos de custos		80.344,06		80.344,06
2741	Rendas recebidas		1.020,51		1.020,51
2746	Vendas de bens futuros - Permutas		568.452,50		568.452,50
41100	Partes de capital	12.499.602,70		12.499.602,70	
	TOTAL	20.433.393,74	34.199.269,11	20.558.102,93	34.199.269,11
EXCEPÇÕES AO ENDIVIDAMENTO		2.806.497,84		2.806.497,84	
ENDIVIDAMENTO LIQUIDO		10.959.377,53		10.834.668,34	
Limite do Endividamento Líquido		13.461.349,33		13.404.525,57	
% da Capacidade de Endividamento Líquido Utilizada		81,41%		80,83%	
Margem		2.501.971,80		2.569.857,23	

O quadro n.º 37 diz respeito à forma de cálculo para a obtenção do endividamento líquido da autarquia devidamente reportado à data de 31 de Dezembro de 2012.

O ano de 2012 encerra assim com uma taxa de utilização de 80,83% do limite imposto por lei (nos termos da DGAL) ou de 81,41% (segundo o Tribunal de Contas). Trata-se de um indicador de extrema relevância, uma vez que, embora a lei determine que bastaria ter mantido o mesmo nível verificado a 31 de dezembro de 2011.

Facto relevante que não pode deixar de ser sublinhado é o que resulta da análise ao quadro n.º 38: o Município de Cantanhede contribuiu, pelo terceiro ano consecutivo, para a redução do défice do subsetor das autarquias locais, uma vez que, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2012, o seu endividamento líquido (sem exceções) diminuiu novamente, desta vez 3.296.394,09 euros.

QUADRO 38

Evolução do endividamento líquido

Ano	Evolução do endividamento liquido		Variação
	01 de janeiro	31 de dezembro	(montante)
2010	23.922.420,19	19.977.837,42	-3.944.582,77
2011	19.977.837,42	16.937.560,27	-3.040.277,15
2012	16.937.560,27	13.641.166,18	-3.296.394,09

Segue-se agora uma análise os níveis de endividamento líquido obtidos pelo município, incluindo as duas entidades que relevam para efeitos dos limites de endividamento do Município de Cantanhede, nos termos da LFL. São elas a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego – CIM-BM e a Associação de Informática da Região Centro – AIRC.

QUADRO 39

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Perímetro de Consolidação

	Taxa de imputação	ATIVO	PASSIVO
		31-Dez-12	31-Dez-12
Município de Cantanhede (DGAL)		20.558.102,93	34.199.269,11
AIRC - Associação Informática da Região Centro	4,805%	224.376,69	17.516,77
Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego - CIM-BM	3,53%	23.727,60	3.258,10
TOTAL		20.806.207,22	34.220.043,97
EXCEPÇÕES AO ENDIVIDAMENTO		2.806.497,84	
TOTAL ENDIVIDAMENTO LIQUIDO		10.607.338,92	
Limite do Endividamento Líquido		13.404.526,00	
% da Capacidade de Endividamento Líquido Utilizada		79,13%	
Margem		2.797.187,08	

Da análise ao quadro n.º39, verifica-se que o contributo das associações é positivo, ou seja, com a sua inclusão a percentagem de utilização do limite de endividamento líquido desce de 80,83% (considerando apenas o endividamento líquido da autarquia) para 79,13% (incluindo a duas entidades).

4.4 – LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

Na nota introdutória deste relatório, na vertente da execução orçamental, foi referido que as autarquias locais se viram a braços com uma nova legislação, a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, publicada em fevereiro de 2012, pela Lei n.º 8/2012, posteriormente regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. Esta veio, entre outros aspetos, estabelecer novas regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, visando garantir o cumprimento das metas orçamentais através da não acumulação de dívidas vencidas, alargando o enfoque do controlo da despesa ao momento da assunção do compromisso.

De seguida apresentam-se os que são, em nosso entender, os princípios básicos da referida lei:

- O artigo n.º 7 da lei n.º 8, de 21/2, determina que *"a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso"* sem que daí advenham consequências quanto a forma de obtenção dos fundos disponíveis previstos na lei.

- O artigo n.º 7 do decreto complementar, determina que *"os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis",* salvo possíveis exceções devidamente previstas na lei.

- O artigo n.º 3 da lei define que os pagamentos em atraso são *"as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato ou documento equivalente*";

O que isto, na prática, significa dizer é que o município não pode assumir compromissos sem que para tal comprove ter fundos disponíveis para os suportar.

QUADRO 40

ANO 2012	FUNDOS DISPONIVEIS ACUMULADO POR TRIMESTRE	COMPROMISSOS ASSUMIDOS NO PERÍODO	COMPROMISSOS ASSUMIDOS ACUMULADOS	FUNDOS DISPONIVEIS LIQUIDO DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS	PAGAMENTOS EM ATRASO NO FIM DE CADA MÊS	△	DIVIDAS NÃO PAGAS POR FACTO IMPUTADO AO CREDOR
JANEIRO	2.944.936,09	0,00	0,00	**2.944.936,09**	361.749,02		0,00
FEVEREIRO	16.881.286,90	11.460.696,26	11.460.696,26	**5.420.590,64**	393.808,43	**32.059,41**	0,00
MARÇO	17.077.106,18	1.132.570,51	12.593.266,77	**4.483.839,41**	313.739,90	**-80.068,53**	0,00
ABRIL	17.198.837,17	1.333.846,01	13.927.112,78	**3.271.724,39**	330.919,81	**17.179,91**	0,00
MAIO	17.292.552,74	997.578,02	14.924.690,80	**2.367.861,94**	251.937,30	**-78.982,51**	67.675,29
JUNHO	18.056.992,89	402.770,34	15.327.461,14	**2.729.531,75**	181.368,07	**-70.569,23**	76.181,26
JULHO	17.355.724,63	1.014.072,05	16.341.533,19	**1.014.191,44**	60.993,43	**-120.374,64**	127.331,29
AGOSTO	17.954.577,64	1.133.726,27	17.475.259,46	**479.318,18**	0,00	**-60.993,43**	160.768,03
SETEMBRO	18.609.393,36	481.727,06	17.956.986,52	**652.406,84**	0,00	**0,00**	160.066,03
OUTUBRO	21.088.209,57	39.801,58	17.996.788,10	**3.091.421,47**	0,00	**0,00**	161.850,97
NOVEMBRO	21.554.454,56	674.533,58	18.671.321,68	**2.883.132,88**	0,00	**0,00**	128.119,13
DEZEMBRO	21.423.709,02	709.282,77	19.380.604,45	**2.043.104,57**	0,00	**0,00**	87.583,30

O Quadro n.º 40 traduz, em termos financeiros, esta nova realidade.

Em 2012, ano de adaptação à nova legislação, o Município de Cantanhede iniciou o exercício com pagamentos em atraso, invertendo essa situação definitivamente no mês de agosto. Em bom rigor a esmagadora maioria dos pagamentos em atraso registados de janeiro até julho já eram de facto dívidas não pagas aos credores por facto que lhes era imputável. Por uma questão de transparência absoluta optou-se por reconhecer que estas dívidas não eram pagas por facto imputável ao credor apenas quando a aplicação informática assim o permitiu mas também quando foram tomadas as devidas diligências formais de notificação aos credores quanto a esta matéria.

No que diz respeito aos fundos disponíveis, o Município de Cantanhede cumpriu este novo normativo legal conforme demonstra o quadro n.º 40. Esta realidade pode ser igualmente confirmada através da confrontação dos níveis de execução orçamental da receita e da despesa. Senão vejamos: a receita cobrada bruta em 2012 foi de 20.946.657,98 euros e a despesa comprometida situou-se nos 20.680.585,44 euros. Da confrontação destas duas grandezas resulta claro de que o Município de Cantanhede conseguiu dar integral cumprimento aos princípios básicos da LCPA.

4.5 – Artigo n.º 65 da LOE para 2012

Para além da observância da denominada Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), há ainda a cumprir as regras relativas à redução do stock da dívida municipal que constam no artigo n.º 65 da lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2012, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro. Refere o n.º 3, n.º 4, n.º 5, n.º 6, n.º 7 e n.º 8 do referido artigo, o seguinte:

" 3 — Até ao final do ano de 2012, e sem prejuízo do disposto nos números anteriores, as entidades incluídas no subsector da administração local reduzem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) em Setembro de 2011.

4 — À redução prevista no número anterior acresce a redução equivalente a um sétimo da despesa efetuada com remunerações certas e permanentes no ano de 2011, deduzidos dos valores correspondentes aos subsídios de férias e de Natal suportados em 2012 cujo pagamento seja devido nos termos do artigo 21.º da presente lei, a qual deverá ser obrigatoriamente afeta, por esta ordem, à:
a) Redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL, em Setembro de 2011;
b) Redução do valor médio dos encargos assumidos e não pagos (EANP) registados no SIIAL em Setembro de 2011;
c) Redução do endividamento de médio e longo prazo.

5- Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, até final do mês de Junho de 2012 os municípios reduzem no mínimo 5 % de pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL entre Junho e Dezembro de 2011.

6- Os municípios que cumpram os limites de endividamento líquido calculado nos termos da lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro e a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, podem substituir a redução do endividamento referido no número anterior por uma aplicação financeira a efetuar obrigatoriamente junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., no mesmo montante em falta para integral cumprimento das reduções previstas no presente artigo.

7- A aplicação financeira referida no número anterior é efetuada até 15 de dezembro de 2012, só podendo ser utilizada para efeitos de redução de pagamentos em atraso há mais de 90 dias ou do endividamento municipal.

8- No caso de incumprimento das reduções previstas nos n.os 3, 4 e 5 do presente artigo, há lugar a uma redução das transferências do Orçamento do Estado no montante equivalente ao valor da redução respetivamente em falta."

No que respeita esta matéria importa referir que o Município de Cantanhede também deu integral cumprimento ao estabelecido no referido artigo.

Senão vejamos:

À data de 30 de setembro de 2011, os montantes dos pagamentos em atraso totalizavam 523.619,98 euros, tendo a Autarquia a obrigação de reduzir, no mínimo, 10% dos que tivessem mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL), o que representaria uma redução de 52.362,00 euros (n.º 3 do artigo 65.º).

Acontece que a esta última redução (de 52.362,00 euros) acresce outra, bem mais significativa, no valor global de 397.665,23 euros. Este valor resulta da diferença entre o montante equivalente a um sétimo da despesa efetuada com remunerações certas e permanentes no ano de 2011 (604.321,65 euros) e o somatório dos valores correspondentes ao subsídio de férias e de Natal suportado no ano de 2012 (206.656,42 euros).

Assim, e conforme o que está plasmado no mapa abaixo apresentado, podemos concluir que a Autarquia cumpriu o objetivo antes enunciado, tendo aplicado o valor global das reduções imposta pelo artigo 65.º da LOE, que no caso do Município de Cantanhede se cifrou em 450.027,23 euros, na diminuição dos seus pagamentos em atraso, conforme estipulado na alínea a) do n.º 4 do referido artigo. Mas fez mais: nos termos da lei, a Autarquia poderia ter encerrado o ano com pagamentos em atraso no montante de 73.592,75 euros, e a verdade é que ao invés disso fechou as contas do exercício sem quaisquer pagamentos em atraso, nos termos da LCPA.

Finalmente, é de sublinhar que o Município de Cantanhede cumpriu igualmente a meta fixada no disposto pelo n.º 5 do artigo n.º 65 da LOE, já que a 30 de junho ter-

lhe-ia bastado reduzir os seus pagamentos em atraso no montante global de 27.421,54 euros, quando na realidade reduziu esses pagamentos num valor mais de 10 vezes superior, ou seja em 342.251,91 euros.

N.º 3 do Artigo 65.º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro

Pagamentos em Atraso 30.09.2011	
Mais de 90 e menor ou igual a 120 dias	15.585,16
Mais de 120 e menor ou igual a 240 dias	103.282,07
Mais de 240 e menor ou igual a 360 dias	45.193,07
Mais de 360 dias	359.559,68
Total a 30.09.2011 (1)	**523.619,98**
Valor da redução segundo n.º 3 do artigo 65.º - 10% (2)	**52.362,00**
Valor dos pagamentos em atraso a 31.12.2012 após a redução de 10%	**471.257,98**

N.º 4 do Artigo 65.º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro

Remunerações certas e permanentes pagas em 2011	4.230.251,53
Redução de 1/7	7
1/7 das Remunerações certas e permanentes pagas em 2011 (3)	604.321,65
Subsídios de férias e Natal pagos em 2012 (4)	206.656,42
Valor da redução segundo n.º 4 do artigo 65.º (5=3-4)	**397.665,23**
Total da redução imposta pelo n.º 3 e n.º 4 do artigo 65.º - 6 =(2+5)	**450.027,23**
Diferencial permitido por lei para pagamentos em atraso (7=1-6)	**73.592,75**
Pagamentos em atraso a 31.12.2012	**0,00**

4.6 – Prazo Médio de Pagamentos (PMP) para 2012

Em 2008, a Autarquia aderiu ao "Programa Pagar a Tempo e Horas", nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34, de 22 de Fevereiro, que preconizava a redução dos prazos de pagamento praticados por entidades públicas. Nesse sentido, foram fixadas metas de prazos médios de pagamentos associados a incentivos ou sanções, em função do seu cumprimento ou incumprimento. Quanto ao Município de Cantanhede, este contratualizou, na sequência de uma candidatura, um empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 1.342.000,00 euros, financiado maioritariamente por uma instituição financeira (60%) e minoritariamente pelo Estado (40%), através da Direção Geral do Tesouro e Finanças. Beneficiou por isso de condições especiais de financiamento, abaixo das do mercado.

Para calcular o Prazo Médio de Pagamento (PMP) utiliza-se a fórmula definida no Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril, que veio adaptar o antigo método de cálculo do indicador de PMP, previsto no n.º 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro. O prazo médio de pagamento praticado pelo Município de Cantanhede em 2012 situou-se nos 42,41 dias, segundo o cálculo efetuado com a fórmula abaixo indicada.

Na sequência da recente auditoria da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), esta entidade refere no seu relatório que a metodologia adotada pela DGAL *"contribui para o apuramento do PMP sem qualquer aderência à realidade, o que impossibilita uma efetiva comparação deste indicador ao longo do tempo"*. Segundo a IGF, essa metodologia entra em linha de conta com algumas grandezas que não deveriam ser consideradas na forma de cálculo do referido indicador. Esta situação havia sido de resto já detetada pelos serviços do Município de Cantanhede, que encetaram contactos junto da DGAL no sentido de alertar para as incoerências e a solicitar a clarificação das contradições na aplicação da fórmula de cálculo do PMP definida por despacho.

Mas a verdade é que a DGAL insistiu em que os movimentos estariam corretos, não propôs qualquer alteração do algoritmo, mas sugeriu que a Autarquia indicasse os montantes das transferências entre rubricas por forma a não duplicar valores. O Município de Cantanhede entendeu que não deveria seguir essa sugestão na medida em que fazê-lo corresponderia a uma prática diferente dos restantes Municípios, ou seja estaríamos perante um procedimento absolutamente casuístico. É que, adotar a

sugestão da DGAL, significaria que os cálculos obtidos do Município de Cantanhede passariam a ser obtidos de forma diferente em relação a outros municípios aderentes. Detetada esta situação, julga-se que seria de todo pertinente que as entidades competentes procedessem à alteração das regras quanto à forma como se reporta a informação colmatando assim estas incongruências e evitando, desta forma, que se continue a entrar em linha de conta com grandeza que distorcem o algoritmo. Recetivos à reapreciação dos PMP por parte da Direção-Geral do Tesouro e Finanças o Município aguardará as devidas orientações quanto à forma de reportar os novos cálculos. Alerta-se, ainda assim, por uma questão de justiça e equidade, que esta revisão seja extensiva a todos os municípios.

Até lá, o município irá optar por colocar neste relatório o prazo calculado nos termos da DGAL.

PMP = (∑tt-3 (DF/4) / (∑tt-3 A)) * 365 PM = 42,41 Dias

(DF) corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores no final de um trimestre;
(A) corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

4.7 – Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano de 2012

Os investimentos realizados em 2012 estão inscritos no quadro n.º 41, que apresenta as despesas de capital organizadas pela sua natureza e nas suas diferentes fases de execução (compromisso, realizado e pago).

Seguir-se-ão outros quadros, com a relação das verbas gastas numa perspetiva global, ou seja, à luz das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividade mais Relevantes). Nesta perspetiva, teremos a avaliação do grau de realização e execução da despesa segundo as necessidades que visa satisfazer e de acordo com a tipologia das funções em que se enquadra: económicas, sociais ou gerais.

QUADRO 41

Estrutura e Execução do Investimento do Município

(un:euros)

DOMÍNIOS	Orçado Corrigido		Compromisso		Taxa de	Realizado		Taxa de	Pago		Desvio	Taxa de
	VALOR	%	VALOR	%	Execução Compromisso	VALOR	%	Execução Realizado	VALOR	%	VALOR Orçado	Execução Pago
	A		B		B/A	C		C/A	D		C-A	D/A
Terrenos e recursos naturais	263.607,00	2,36%	128.196,14	2,91%	48,63%	123.569,63	3,20%	46,88%	107.170,22	3,10%	-140.037,37	40,66%
Edifícios e outras construções												
Habitação	3,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	-3,00	0,00%
Edifícios	3.115.976,00	27,91%	1.389.011,59	31,53%	44,58%	1.139.300,46	29,52%	36,56%	994.426,19	28,79%	-1.976.675,54	31,91%
Construções Diversas	2.050.832,00	18,37%	359.096,80	8,15%	17,51%	303.768,66	7,87%	14,81%	190.308,42	5,51%	-1.747.063,34	9,28%
Material de Transporte	2.485,00	0,02%	2.383,67	0,05%	95,92%	2.383,67	0,06%	95,92%	2.383,67	0,07%	-101,33	95,92%
Equipamento de Informática	63.437,00	0,57%	2.357,41	0,05%	3,72%	2.357,41	0,06%	3,72%	2.357,41	0,07%	-61.079,59	3,72%
Software informático	218.802,00	1,96%	88.421,15	2,01%	40,41%	88.421,15	2,29%	40,41%	88.421,15	2,56%	-130.380,85	40,41%
Equipamento Administrativo	122.160,00	1,09%	56.547,87	1,28%	46,29%	56.547,87	1,47%	46,29%	56.547,87	1,64%	-65.612,13	46,29%
Equipamento Básico	323.449,00	2,90%	52.954,00	1,20%	16,37%	52.748,01	1,37%	16,31%	52.748,01	1,53%	-270.700,99	16,31%
Ferramentas e utensílios	5.000,00	0,04%	113,81	0,00%	2,28%	113,81	0,00%	2,28%	113,81	0,00%	-4.886,19	2,28%
Artigos e objetos de valor	309,00	0,00%	135,63	0,00%	43,89%	135,63	0,00%	43,89%	135,63	0,00%	-173,37	43,89%
Investimentos Incorpóreos	295.929,00	2,65%	221.838,50	5,04%	74,96%	191.228,72	4,95%	64,62%	191.228,72	5,54%	-104.700,28	64,62%
Outros investimentos	121.927,00	1,09%	50.111,02	1,14%	41,10%	26.860,10	0,70%	22,03%	26.860,10	0,78%	-95.066,90	22,03%
Locação Financeira	369.219,00	3,31%	369.011,99	8,38%	99,94%	369.011,99	9,56%	99,94%	369.011,99	10,68%	-207,01	99,94%
Bens de Domínio público												
Terrenos e recursos naturais	218.640,00	1,96%	20.500,94	0,47%	9,38%	4.867,93	0,13%	2,23%	2.343,43	0,07%	-213.772,07	1,07%
Outras construções e infraestruturas	3.991.045,00	35,75%	1.664.879,52	37,79%	41,72%	1.498.068,78	38,82%	37,54%	1.370.548,66	39,67%	-2.492.976,22	34,34%
TOTAL GERAL	**11.162.820,00**	**100,00%**	**4.405.560,04**	**100,00%**	**39,47%**	**3.859.383,82**	**100,00%**	**34,57%**	**3.454.605,28**	**100,00%**	**-7.303.436,18**	**30,95%**

QUADRO 42

RELAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO AO LONGO DOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

Un: Euros

	OBJETIVOS	Ano 2010				Ano 2011				Ano 2012			
		Investimentos realizados em 2010	%	Investimentos pagos em 2010	%	Investimentos realizados em 2011	%	Investimentos pagos em 2011	%	Investimentos realizados em 2012	%	Investimentos pagos em 2012	%
Funções Gerais	Administração Geral	1.448.275,46	6,7	1.322.789,10	6,5	628.679,35	6,7	604.254,52	7,0	268.830,51	2,8	268.405,91	3,0
Funções Sociais	Proteção civil e luta contra incêndios	89.963,53	0,4	85.466,03	0,4	66.111,02	0,7	66.111,02	0,8	61.043,02	0,6	61.043,02	0,7
	Ensino não superior	4.248.847,91	19,6	3.779.220,12	18,7	1.902.748,35	20,3	1.856.690,83	21,4	2.214.815,37	23,4	2.014.364,36	22,6
	Serviços Individuais de Saúde	35.806,36	0,2	35.806,36	0,2	22.400,28	0,2	22.400,28	0,3	22.787,78	0,2	22.787,78	0,3
	Ação Social	115.665,07	0,5	113.165,07	0,6	30.977,26	0,3	30.977,26	0,4	45.350,66	0,5	43.298,98	0,5
	Habitação	360.587,19	1,7	305.717,62	1,5	124.836,13	1,3	109.604,26	1,3	65.992,53	0,7	65.562,21	0,7
	Ordenamento do Território	2.060.440,11	9,5	1.963.741,82	9,7	617.729,31	6,6	533.259,56	6,1	565.122,72	6,0	526.897,96	5,9
	Saneamento	10.007,42	0,0	0,00	0,0	24.666,12	0,3	24.666,12	0,3	433.992,13	4,6	397.563,76	4,5
	Abastecimento de Água	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
	Resíduos Sólidos	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	422.941,03	4,5	422.941,03	4,7
	Prot. Meio Ambiente e Conservação da natureza	95.715,07	0,4	91.327,36	0,5	72.575,22	0,8	65.224,48	0,8	179.936,74	1,9	179.936,74	2,0
	Cultura	534.324,56	2,5	441.993,58	2,2	426.402,77	4,6	399.501,93	4,6	454.523,27	4,8	436.220,95	4,9
	Desporto Recreio e Lazer	1.325.025,67	6,1	1.155.546,49	5,7	928.932,45	9,9	710.212,32	8,2	1.594.266,37	16,8	1.464.406,72	16,4
	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	10.720,00	0,0	10.720,00	0,1	10.000,00	0,1	10.000,00	0,1	0,00	0,0	0,00	0,0
Funções Económicas	Agricultura, Pecuária, Siv., Caça e Pesca	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
	Indústria e Energia	3.738.974,74	17,2	3.712.408,11	18,3	2.570.508,73	27,5	2.568.246,03	29,6	1.565.182,62	16,5	1.542.074,24	17,3
	Transportes Rodoviários	6.143.440,65	28,3	5.747.091,64	28,4	1.264.079,55	13,5	1.026.321,75	11,8	947.363,53	10,0	856.498,36	9,6
	Mercados e Feiras	812.141,98	3,7	800.714,41	4,0	26.724,15	0,3	17.416,74	0,2	42.160,00	0,4	42.160,00	0,5
	Turismo	0,00	0,0	0,00	0,0	2.819,67	0,0	2.819,67	0,0	18.935,72	0,2	18.935,72	0,2
	Outras Funções Económicas	6.958,85	0,0	6.958,85	0,0	6.958,85	0,1	6.958,85	0,1	0,00	0,0	0,00	0,0
Outras Funções	Transferências entre administrações	679.182,50	3,1	678.432,50	3,4	628.233,40	6,7	628.233,40	7,2	569.360,55	6,0	569.291,57	6,4
	Diversas não Especificadas	120,00	0,0	120,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
	TOTAL	**21.716.197,07**	**100,0**	**20.251.219,06**	**100,0**	**9.355.382,61**	**100,0**	**8.682.899,02**	**100,0**	**9.472.604,55**	**100,0**	**8.932.389,31**	**100,0**

O quadro n.º 41 permite aferir os níveis de execução da despesa segundo a sua classificação económica, conforme o que consta no Plano Plurianual de Investimentos. Os níveis de execução da despesa realizada e da despesa paga, 34,57% e 30,95%, respetivamente, não são elevados, o que decorre de uma medida de prudência em que a execução física e financeira é concretizada de acordo com as disponibilidades de tesouraria, uma vez que a atual conjuntura económica não permite grande margem de manobra. Daí que a taxa de execução dos compromissos assumidos esteja também na ordem das taxas anteriores, ou seja, na ordem dos 39,47%. Poder-se-á assim concluir que 546.176,22 euros relativos a compromissos assumidos não passaram para a fase da realização, pois os investimentos a que dizem respeito continuarão a ser executados paulatinamente, à medida das possibilidades financeiras da Autarquia.

Em 2012 conclui-se que a maior concentração de realização da despesa se verificou na rubrica intitulada por *"outras construções e infraestruturas"*, com o pagamento de 1.370.548,66 euros, seguindo-se a classificação designada *"edifícios"*, com um montante pago de 994.426,19 euros. Estas duas rubricas no seu conjunto representam 68,46% do investimento total pago em 2012.

A evolução das Grandes Opções do Plano ao longo dos três últimos exercícios aparece patenteada no quadro n.º 42. Este quadro traduz, para além da evolução dos investimentos, a devida articulação com as transferências efetuadas, correntes e de capital, bem como a relação de todos os projetos que constam do mapa das atividades mais relevantes. É de salientar que 9.472.604,55 euros representam projetos executados, dos quais 8.932.389,31 euros se encontram pagos. O diferencial entre os dois valores, no montante de 540.215,24 euros, corresponde à dívida inscrita nas GOP´S em 31 de dezembro de 2012.

Os quadros n.º 43 e n.º 44, por sua vez, identificam os montantes pagos por áreas de intervenção, nomeadamente os gastos no "PPI – Plano Plurianual de Investimentos" e nas "AMR – Atividades Mais Relevantes".

QUADRO 43

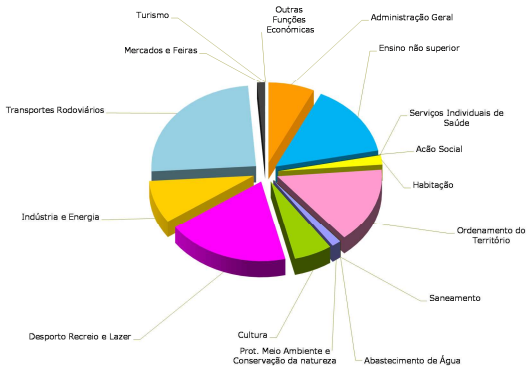
RELAÇÃO DAS VERBAS DE INVESTIMENTO

DESPENDIDAS NO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Un. (Euros)

	OBJETIVOS	VALOR	%
Funções Gerais	Administração Geral	246.580,71	7,14
Funções Sociais	Ensino não superior	506.629,07	14,67
	Serviços Individuais de Saúde	0,00	0,00
	Ação Social	0,00	0,00
	Habitação	65.562,21	1,90
	Ordenamento do Território	526.897,96	15,25
	Saneamento	0,00	0,00
	Abastecimento de Água	0,00	0,00
	Prot. Meio Ambiente e Conservação da natureza	50.003,99	1,45
	Cultura	203.255,94	5,88
	Desporto Recreio e Lazer	657.610,85	19,04
Funções Económicas	Indústria e Energia	298.761,50	8,65
	Transportes Rodoviários	856.498,36	24,79
	Mercados e Feiras	42.160,00	1,22
	Turismo	644,69	0,02
	Outras Funções	0,00	0,00
	TOTAL	**3.454.605,28**	**100,00**

Distribuição das Verbas de Investimento Despendidas por Plano Plurianual de Investimentos



A execução do PPI – Plano Plurianual de Investimentos demonstra, por funções, a forma como se concretizou o aumento de capital fixo da Autarquia, refletindo assim as funções em que concentrou efetivamente os seus recursos. De seguida apresenta-se, de forma resumida, o que de maior relevo houver para relatar a esse nível.

Funções Sociais

As funções sociais representam mais de metade do investimento realizado e pago em 2012, concretamente 58,18%, percentagem traduzida no valor absoluto de 2.009.960,02 euros. As rubricas que mais contribuíram para esse valor foram as que de seguida se enunciam:

- No Desporto, Recreio e Lazer, os 657.610,85 euros, mantêm-se, à semelhança do ano anterior, com principal incidência dos pagamentos nos seguintes investimentos: Parque Desportivo de Cantanhede, Parque Desportivo de Febres e na construção do Parque de Lazer das Sete Fontes.

- No Ordenamento do Território, com 526.897,96 euros gastos, destaca-se como principais investimentos os realizados com conclusão da construção do Edifício no Gaveto, no Largo Cândido Reis, em Cantanhede, bem como pelas diversas obras para a realização de infraestruturas urbanísticas e de requalificação urbana espalhadas um pouco por todo o Concelho.

- No ensino não superior, com um montante global gasto de 506.629,07 euros, realça-se a construção do novo Centro Educativo de Cadima, só este investimento absorveu a quantia de 428.321,27 euros.

Funções Económicas

As funções económicas representam, em termos históricos, uma área de avultados investimentos. À semelhança do sucedido em 2011, os investimentos concretizados nesta área apesar de mais suaves conta ainda com uma fatia significativa de investimentos pagos em 2012 totalizando o montante de 1.198.064,55 euros. Neste valor encaixam-se os investimentos efetuados na rubrica Transportes Rodoviários, que absorveu 856.498,36 euros destinados à requalificação da rede viária do Concelho, incluindo arruamentos, passeios e obras complementares, seguindo-se a rubrica de Industria e Energia com gastos na ordem dos 298.761,50 euros.

Funções Gerais

Das funções gerais destaca-se a Administração Geral com 246.580,71 euros de investimento pago em 2012. Nesta rubrica enquadram-se os habituais investimentos efetuados na requalificação das instalações municipais e na modernização tecnológica e apetrechamento dos diversos serviços, incluindo-se aqui a aquisição de todo o equipamento administrativo, informático e outro necessário ao regular funcionamento dos referidos serviços.

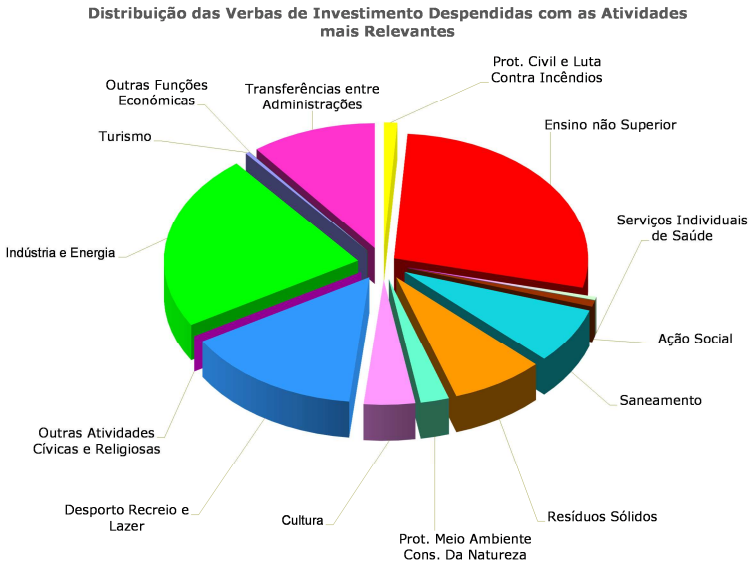
QUADRO 44

Relação das Verbas

Despendidas por Atividades Mais Relevantes

Un. (Euros)

	OBJETIVOS	VALOR	%
Funções Gerais	Administração Geral	21.825,20	0,40
	Prot. Civil e Luta Contra Incêndios	61.043,02	1,11
Funções Sociais	Ensino não Superior	1.507.735,29	27,52
	Serviços Individuais de Saúde	22.787,78	0,42
	Ação Social	43.298,98	0,79
	Saneamento	397.563,76	7,26
	Resíduos Sólidos	422.941,03	7,72
	Prot. Meio Ambiente Cons. Da Naturez	129.932,75	2,37
	Cultura	232.965,01	4,25
	Desporto Recreio e Lazer	806.795,87	14,73
	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0,00	0,00
Funções económicas	Indústria e Energia	1.243.312,74	22,70
	Turismo	18.291,03	0,33
	Outras Funções Económicas	0,00	0,00
Outras Funções	Transferências entre Administrações	569.291,57	10,40
	TOTAL	**5.477.784,03**	**100,0**



O quadro n.º 44 apresenta os montantes pagos com as Atividades Mais Relevantes. A este nível, a função que revelou ter mais expressão em 2012 diz respeito à rubrica "Ensino não Superior", enquadrada nas Funções Sociais, que registou gastos da ordem de 1.507.735,29 euros. Neste domínio, merecem referência as seguintes áreas de intervenção:

- Os pagamentos efetuados com o programa de generalização de fornecimento de refeições com um montante pago de 685.088,20 euros;

- Seguem-se com pagamentos com transportes escolares com um total de gastos na ordem dos 608.007,40 euros.

Ainda no âmbito das funções sociais merece referência os gastos de 806.795,87 euros na área do desporto, recreio e lazer.

Na função económica, mais concretamente, na rubrica intitulada por "Industria e energia" realizaram-se pagamentos no montante de 1.243.312,74 euros, dos quais de destaca:

- Os pagamentos efetuados com a rubrica de "Energia Consumida na Iluminação Pública", cujo valor ascendeu a 841.678,21 euros;
- A transferência efetuada de 300 mil euros para reforço do património associativo do BIOCANT; e
- As transferências anuais efetuadas à INOVA-EM, SA, que totalizaram 98.682,53 euros.

Em Outras Funções aparecem refletidas as transferência efetuadas às dezanove Juntas de Freguesia do Concelho, num total de 569.291,57 euros, que foram repartidos nos termos constantes nos quadros que se seguem.

QUADRO 45

TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA

Un.(Euros)

JUNTAS DE FREGUESIA	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	TOTAL
ANÇÃ	18.449,56	38.081,75	56.531,31
BOLHO	3.390,70	24.811,64	28.202,34
CADIMA	3.107,83	38.796,21	41.904,04
CAMARNEIRA	3.646,33	17.782,30	21.428,63
CANTANHEDE	837,71	34.706,82	35.544,53
CORDINHÃ	4.907,06	52.766,38	57.673,44
CORTICEIRO DE CIMA	38,91	15.688,30	15.727,21
COVÕES	52,42	34.023,82	34.076,24
FEBRES	1.713,66	49.255,50	50.969,16
MURTEDE	594,26	20.597,58	21.191,84
OURENTÃ	4.770,93	18.502,00	23.272,93
OUTIL	5.282,75	15.468,65	20.751,40
POCARIÇA	2.404,66	27.184,95	29.589,61
PORTUNHOS	4.883,98	53.834,63	58.718,61
SANGUINHEIRA	3.839,43	30.580,09	34.419,52
SÃO CAETANO	1.589,10	16.752,09	18.341,19
SEPINS	14.638,64	17.590,50	32.229,14
TOCHA	4.931,26	57.046,58	61.977,84
VILAMAR	238,41	16.152,07	16.390,48
TOTAL GERAL	**79.317,60**	**579.621,86**	**658.939,46**

QUADRO 46

DISCRIMINAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADAS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2012

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

TRANSFERÊNCIAS A JUNTAS DE FREGUESIA Classificação Económica 04050102	01 121 2012/5003 No âmbito da floresta	02 211 2012/5016 1 P/ NEE's	02 211 2012/5017 2 Acordo coop. Lei5/97 e DL 147/97	02 211 2012/5018 1 Cursos de Educação Extraescolar	02 221 2012/5025 Encargos com Postos de Enfermagem	02 251 2012/5039 3 Proj. de dinamização cultural e recreativa	03 342 2012/5060 1 P/ Gestão Posto de Turismo	04 420 2012/5064 P/ Atualização recenseamento eleitoral	04 420 2012/5065 Outras Transferências	TOTAL
ANÇÃ				1.650,00		3.000,00	9.997,26	52,30	3.750,00	18.449,56
BOLHO			2.250,00	1.100,00				40,70		3.390,70
CADIMA				550,00				57,83	2.500,00	3.107,83
CAMARNEIRA				550,00	3.055,42			40,91		3.646,33
CANTANHEDE						750,00		87,71		837,71
CORDINHÃ					3.365,00	1.500,00		42,06		4.907,06
CORTICEIRO DE CIMA								38,91		38,91
COVÕES								52,42		52,42
FEBRES				1.650,00				63,66		1.713,66
MURTEDE				550,00				44,26		594,26
OURENTÃ				1.100,00	3.627,47			43,46		4.770,93
OUTIL				550,00	3.943,78	750,00		38,97		5.282,75
POCARIÇA					2.362,23			42,43		2.404,66
PORTUNHOS				550,00	3.391,92	900,00		42,06		4.883,98
SANGUINHEIRA					3.041,96	750,00		47,47		3.839,43
SÃO CAETANO				550,00		1.000,00		39,10		1.589,10
SEPINS		8.465,60	5.030,50	1.100,00				42,54		14.638,64
TOCHA	4.866,75							64,51		4.931,26
VILAMAR						200,00		38,41		238,41
SUB-TOTAL	**4.866,75**	**8.465,60**	**7.280,50**	**9.900,00**	**22.787,78**	**8.850,00**	**9.997,26**	**919,71**	**6.250,00**	**79.317,60**

QUADRO 47

DISCRIMINAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADAS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA NO ANO DE 2012

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL

TRANSFERÊNCIAS A JUNTAS DE FREGUESIA	02 251 2012/5044 3	04 420 2012/5070	04 420 2012/5072	04 420 2012/5073	04 420 2012/5074	TOTAL
Classificação Económica 08050102	P/Inv. na área Cultural e Recreativa - Freguesias	P/ Requalificação Urbana nas Freguesias	Obras e Melhoramentos - Edifícios e Outras Construções	Obras/ Melhoramentos- Requalificação Urbana	Obras e Melhoramentos - Outros	
ANÇÃ		25.854,92			12.226,83	38.081,75
BOLHO		16.447,64	8.364,00			24.811,64
CADIMA		32.691,21	6.105,00			38.796,21
CAMARNEIRA		17.782,30				17.782,30
CANTANHEDE		34.706,82				34.706,82
CORDINHÃ	20.500,00	17.698,49		12.415,39	2.152,50	52.766,38
CORTICEIRO DE CIMA		15.688,30				15.688,30
COVÕES		34.023,82				34.023,82
FEBRES		39.255,50	10.000,00			49.255,50
MURTEDE		20.597,58				20.597,58
OURENTÃ		18.502,00				18.502,00
OUTIL		15.468,65				15.468,65
POCARIÇA		16.584,95		10.600,00		27.184,95
PORTUNHOS		15.834,63		38.000,00		53.834,63
SANGUINHEIRA		30.580,09				30.580,09
SÃO CAETANO		16.752,09				16.752,09
SEPINS		17.590,50				17.590,50
TOCHA		43.172,38	13.874,20			57.046,58
VILAMAR		16.152,07				16.152,07
SUB-TOTAL	20.500,00	445.383,94	38.343,20	61.015,39	14.379,33	579.621,86

QUADRO 48

Protocolo Anual com as Juntas de Freguesia

Un: (Euros)

Designação	Valor do Protocolo em Numerário	Valor do Protocolo de Materiais	Valor dos Materiais efetivamente pagos
Junta de Freguesia de Ançã	21.945,17	3.909,75	3.909,75
Junta de Freguesia do Bolho	13.960,84	2.486,80	2.486,80
Junta de Freguesia de Cadima	27.747,66	4.943,55	4.943,55
Junta de Freguesia da Camarneira	15.093,63	2.688,67	2.688,67
Junta de Freguesia de Cantanhede	29.460,59	5.246,23	5.246,23
Junta de Freguesia de Cordinhã	15.022,49	2.676,00	2.676,00
Junta de Freguesia do Corticeiro de Cima	13.316,34	2.371,96	2.371,96
Junta de Freguesia dos Covões	28.879,26	5.144,56	5.144,56
Junta de Freguesia de Febres	33.319,20	5.936,30	5.936,30
Junta de Freguesia de Murtede	17.483,16	3.114,42	3.114,42
Junta de Freguesia de Ourentã	15.704,40	2.797,60	2.797,60
Junta de Freguesia de Outil	13.129,88	2.338,77	2.338,77
Junta de Freguesia da Pocariça	14.077,24	2.507,71	2.507,71
Junta de Freguesia de Portunhos	13.440,37	2.394,26	2.394,26
Junta de Freguesia da Sanguinheira	25.956,40	4.623,69	4.623,69
Junta de Freguesia de São Caetano	14.219,30	2.532,79	2.532,79
Junta de Freguesia de Sepins	14.930,78	2.659,72	2.659,72
Junta de Freguesia da Tocha	36.644,01	6.528,37	6.528,37
Junta de Freguesia de Vilamar	13.710,06	2.442,01	2.442,01
TOTAL	**378.040,78**	**67.343,16**	**67.343,16**

V – Situação Económico-Financeira

Para melhor compreensão da situação económica e financeira, sugere-se que, para além de uma avaliação patrimonial e financeira, com reporte à data do encerramento das contas, a análise seja efetuada em articulação com as demonstrações financeiras e respetivas notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.

Todas as peças constantes no presente documento foram elaboradas nos termos do Plano Oficial das Autarquias Locais – POCAL, permitindo assim obter um conhecimento integral e exato da composição do património e direitos e obrigações da autarquia. Dos documentos habitualmente designados por Demonstrações Financeiras, destacam-se os mais importantes, designadamente o Balanço, a Demonstração de Resultados e correspondentes anexos.

As Demonstrações Financeiras, em todas as suas componentes, permitem obter informação relevante, fiável, comparável e compreensível, ou seja, facilitam a leitura dos indicadores pertinentes para a construção de uma imagem verdadeira e apropriada da atual situação financeira e do resultado das operações do exercício do Município de Cantanhede.

Neste contexto, os quadros que se apresentam nas próximas páginas visam precisamente dar conta de cada uma das demonstrações financeiras do Município, proporcionando uma análise profunda e complementada com quadros adicionais que apresentam, clara e inequivocamente, a realidade económica e financeira da Autarquia a 31 de dezembro de 2012.

5.1 – Análise do Balanço

O Balanço reflete a situação patrimonial da Autarquia, em termos financeiros, à data do fecho de contas, pelo que os quadros seguintes são um bom instrumento de análise das três massas patrimoniais que o compõem, ou seja, o ativo, os fundos próprios e o passivo. Todos os mapas foram elaborados tendo por base o balanço sintético do Município.

Como se verifica, houve uma diminuição do balanço da autarquia, diminuição essa que reflete, por um lado, o reconhecimento, pela aplicação do método de equivalência patrimonial, da participação efetiva do Município de Cantanhede nas entidades nas quais detém participações sociais e, por outro lado, a alienação de bens que constavam do património municipal, resumindo-se, concretamente, ao produto da venda das frações do Edifício no Gaveto, no Largo Cândido Reis, em Cantanhede, assim como lotes em zonas industriais.

QUADRO 49

BALANÇO

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	2012 VALOR AB	2012 VALOR AP	2012 VALOR AL	2011 VALOR AL
Ativo				
Imobilizado				
Bens de domínio público	84.288.194,75	33.620.578,46	50.667.616,29	52.218.992,64
Imobilizações Incorpóreas	838.001,62	373.315,58	464.686,04	71.113,70
Imobilizações Corpóreas	64.902.326,51	15.110.237,93	49.792.088,58	51.235.869,83
Investimentos Financeiros	12.499.602,70	14.970,00	12.484.632,70	13.261.018,77
Existências	333.934,17	0,00	333.934,17	369.610,76
Dívidas de terceiros- médio e longo prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de terceiros-curto prazo	836.009,67	124.709,19	711.300,48	773.977,88
Títulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e caixa	2.613.535,59	0,00	2.613.535,59	2.073.601,47
Acréscimos e Diferimentos	4.605.964,24	0,00	4.605.964,24	4.714.772,81
Total do ativo	**170.917.569,25**	**49.243.811,16**	**121.673.758,09**	**124.718.957,86**
Fundos Próprios				
Património			48.819.451,74	48.450.061,74
Ajustamentos em partes de capital				
Reservas			23.600.495,46	21.750.711,99
Subsídios			67.448,01	4.809,53
Resultados Transitados			-1.057.092,47	-197.412,19
Resultado líquido do exercício			931.254,35	1.735.254,30
Total Fundos Próprios	**0,00**	**0,00**	**72.361.557,09**	**71.743.425,37**
Provisões para riscos e encarggos			**162.493,53**	**48.413,89**
Passivo				
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo			27.817.512,62	31.865.491,91
Dívidas a terceiros - curto prazo			5.265.202,43	4.264.374,55
Acréscimos e Diferimentos			16.066.992,42	16.797.252,14
Total do Passivo	**0,00**	**0,00**	**49.312.201,00**	**52.975.532,49**
Total dos fundos próprios e do passivo	**0,00**	**0,00**	**121.673.758,09**	**124.718.957,86**

5.1.1– Imobilizado

O imobilizado diz respeito à massa patrimonial, traduzida no conjunto de bens, normalmente não transacionáveis, pois destinam-se a servir de forma duradoura a atividade da Autarquia. Frequentemente, são também designados por bens de imobilizado ou ativos fixos.

A autarquia não pode mudar as suas políticas contabilísticas de um exercício para o outro. Chama-se a isto o princípio da consistência, cuja inobservância deve ser devidamente evidenciada e justificada nos anexos ao Balanço e à Demonstração de Resultados. Neste membro do balanço aconteceu essa situação, razão pela qual se deve sublinhar mais uma vez que, à data de 31 de Dezembro de 2012, o balanço não espelha a totalidade do património do Município.

Todos os anos, e 2012 continua a não ser exceção, têm sido encetados esforços no sentido de se recuperarem bens do ativo imobilizado da autarquia. No ano sujeito a análise, conseguiram-se recuperar ativos que totalizam 482.297,43 euros, dos quais se destaca o reconhecimento de lotes ou parcelas de terreno resultantes de operações de loteamentos promovidos pelo Departamento de Urbanismo Municipal nas zonas industriais de Febres, Murtede e Cantanhede, no montante global de 332.974,25 euros. Do esforço efetuado para recuperar bens de imobilizado, há a salientar ainda a recuperação de parte do espólio da Biblioteca Municipal, processo iniciado em 2011 e que envolve muito trabalho de campo sem que este se traduza, no entanto, em valores significativos no ativo da autarquia. Foram igualmente recuperados alguns projetos urbanísticos, além de ter sido efetuada a valorização de infraestruturas municipais provenientes da execução de loteamentos e obras de urbanização promovidas por particulares.

QUADRO 50

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	2011 VALOR AB	2012 VALOR AB	Δ % AB
Ativo			
Imobilizado			
Bens de domínio público			
Terrenos e recursos naturais	7.026.743,59	7.223.694,20	2,80
Edifícios	441.018,57	441.018,57	0,00
Outras construções e infraestruturas	70.351.851,80	74.068.916,87	5,28
Bens do património histórico, artístico e cultural	539.611,85	539.611,85	0,00
Outros bens de domínio público	580.885,97	593.657,36	2,20
Imobilizações em curso	3.311.337,24	1.421.295,90	-57,08
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	
	82.251.449,02	**84.288.194,75**	**2,48**
Imobilizações Incorpóreas	**146.356,32**	**838.001,62**	**472,58**
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	10.873.376,09	10.786.490,33	-0,80
Edifícios e outras construções	33.707.159,30	34.905.947,35	3,56
Equipamento básico	3.996.994,47	4.185.243,69	4,71
Equipamento de transporte	1.498.539,65	1.501.024,32	0,17
Ferramentas e utensílios	860.969,58	913.704,91	6,13
Equipamento administrativo	1.789.225,03	2.168.272,34	21,18
Taras e vasilhame	40,00	40,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	6.549.408,98	6.584.010,22	0,53
Imobilizações em curso	5.548.868,73	3.857.593,35	-30,48
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	
	64.824.581,83	**64.902.326,51**	**0,12**
Total	**147.222.387,17**	**150.028.522,88**	**1,91**

No quadro n.º 50 verifica-se que em 2012 se registou um crescimento de 2,48% dos bens de domínio público, 472,58% das imobilizações incorpóreas e 0,12% no imobilizado corpóreo. Na prática são aumentos resultantes da incorporação, no imobilizado autárquico, de bens de domínio privado que ainda não tinham sido objeto de inventariação ao nível do balanço inicial, do reconhecimento de 1.792.308,17 euros por obras realizadas por administração direta e da aquisição e execução de diversas obras no decurso do exercício em apreciação. O total representa, em termos absolutos, um aumento do valor do património em 2.806.135,71 euros.

QUADRO 51

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	Quantidade	2010 VALOR	2011 VALOR	% Participação	2012 VALOR	% Participação
Investimentos financeiros						
Partes de Capital						
Associações de Municípios						
AIRC - Associação de Informática da Região Centro		0,00	0,00		223.757,43	4,805
Empresas municipais e intermunicipais						
INOVA - Empresa Desenvolvimento Económico Social-EM		11.647.332,00	11.647.332,00	100	10.892.227,97	100,000
Empresas privadas ou cooperativas						
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	13.639	68.195,00	142.245,00	1,67	286.594,64	1,673
SIMRIA - Saneamento Integrado Municípios Ria, S.A		199.746,00	199.746,00	1,20	218.622,04	1,200
Agências de desenvolvimento regional						
WRC - Web para a Região Centro, ADR, S.A.		10.000,00	10.000,00	0,75	5.148,72	0,750
AREAC - Agência Regional Energia e Ambiente Centro		5.000,00	5.000,00	8,33	4.888,49	7,690
Coimbravita - Agência Desenvolvimento Regional, S.A.	3.000	14.970,00	14.970,00	2,21	14.970,00	2,210
Associações sem fins lucrativos						
ABAP-Associação Beira Atlântico Parque		594.527,15	803.241,74	97,19	810.534,51	97,190
BIOCANT - Associação de Transferência de Tecnologia		719.481,12	432.484,03	99,92	0,00	99,920
Inst. Invest. Desenvolv. Tecnológico C. Const. - IteCons.		4.500,00	6.000,00		11.452,27	0,700
Comunidades Intermunicipais						
Comunidade Intermunicipal Baixo Mondego CIM-BM		0,00	0,00		31.406,63	3,530
Total investimentos financeiros		**13.263.751,27**	**13.261.018,77**		**12.499.602,70**	

O quadro n.º 51 demonstra, detalhadamente, os valores contabilizados na classificação de investimentos financeiros, a qual, à data de 31 de Dezembro de 2012, totalizava 12.499.602,70 euros, menos 761.416,07 euros do que em 2011. Esta diminuição, apesar de significativa, reflete o reconhecimento, pela aplicação do método de equivalência patrimonial, da participação do Município de Cantanhede na totalidade das entidades em que detém participações. Trata-se de uma matéria que, conforme se sabe, só era tratada ao nível das associações ABAP e BIOCANT.

Esta é uma matéria que tem vindo a sofrer alterações ao longo da última década, com a agravante de o POCAL não ter ainda estabelecido verdadeiramente os princípios que deveriam estar subjacentes a uma adequada consolidação de contas. Entretanto, a atual Lei das Finanças Locais veio determinar que os municípios que tivessem serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir contas consolidadas na sua prestação de contas, o que de resto passou a ser feito com a INOVA-EM, SA. Apesar das lacunas quanto aos procedimentos contabilísticos de consolidação a utilizar, o Município de Cantanhede, na falta de outras diretrizes, tem vindo a utilizar diplomas legais nacionais e internacionais sobre a matéria, o que viria, supostamente, a ser esclarecido com a publicação da portaria n.º 474/2010, de 1 de julho. Na verdade, continua a ser de extrema complexidade o exercício de fazer a consolidação de contas entre entidades que, apesar de fazerem parte do perímetro de consolidação, não utilizam os mesmos normativos contabilísticos. Não obstante todas estas dificuldades, que eventualmente poderão originar ligeiras incorreções, a Autarquia opta por reconhecer no seu balanço, pela primeira vez, através do método de equivalência patrimonial, o valor contabilístico das partes de capital que detém nas entidades por si participadas, na exata proporção dessa participação. Este método foi utilizado para o universo de todas as entidades participadas, mesmo que a participação na gestão operacional e financeira do Município não seja influente, tendo sido efetuados previamente os ajustamentos possíveis. O reflexo financeiro deste acerto representou no balanço um ajustamento negativo da ordem dos 776 mil euros.

5.1.2 – Circulante

No capital circulante estão todos os ativos que permanecem na Autarquia num curto período de tempo, normalmente menos de um ano. O ativo circulante líquido de provisões é formado pelo conjunto das existências traduzidas nos bens destinados a consumo imediato, adquiridos, produzidos e armazenados pela autarquia a 31 de dezembro de cada do ano. Por outro lado, representa igualmente as dívidas a receber de terceiros e o montante das disponibilidades e seus equivalentes detidos nesse mesmo ano.
O quadro que a seguir se apresenta reflete a evolução do ativo circulante do Município ao longo dos últimos dois anos, apresentados por ordem crescente de liquidez.

QUADRO 52

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	2011 VALOR	2012 VALOR	Δ %
Circulante			
Existências			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	310.296,66	312.357,96	0,66
Mercadorias	59.314,10	21.576,21	-63,62
Total de Existências	**369.610,76**	**333.934,17**	**-9,65**
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo			
Clientes, c/c	38.689,27	46.778,74	20,91
Contribuintes, c/c	716,93	20.544,87	2.765,67
Outros devedores	615.244,62	616.265,95	0,17
Total de Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	**654.650,82**	**683.589,56**	**4,42**
Caixa e depósitos em instituições financeiras			
Caixa	4.160,48	4.157,29	-0,08
Depósitos em instituições financeiras			
Caixa Geral de Depósitos, S.A.			
Operações Orçamentais	14.447,79	57.075,14	295,04
Operações de Tesouraria	72.695,74	75.697,44	4,13
Banco Espírito Santo, S.A.	1.556,42	2.534,66	62,85
Caixa Económica Montepio Geral	786,75	6.517,58	728,42
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL			
Operações Orçamentais	1.119,83	2.491,27	122,47
Operações de Tesouraria	464.584,90	442.466,37	-4,76
Banco Português de Investimento, S.A.	3.499,55	2.409,09	-31,16
Banco Comercial Português, S.A.	5.504,33	8.689,57	57,87
Banco Português de Negócios, S.A.	589,45	569,02	-3,47
Banco Santander Totta, S.A.	2.604,62	2.031,31	-22,01
Banif-Banco Internacional do Funchal, S.A			
Banif - Depósito à Ordem	519,21	8.145,90	1.468,90
Banif - Depósito a Prazo	1.500.000,00	2.000.000,00	33,33
Banco Popular Portugal, S.A.	1.532,40	750,95	-51,00
Total de depósitos em instituições financeiras	**2.069.440,99**	**2.609.378,30**	**26,09**
Total de Operações Orçamentais	**1.536.094,03**	**2.095.371,78**	**36,41**
Total de Operações de Tesouraria	**537.507,44**	**518.163,81**	**-3,60**
Total das disponibilidades	**2.073.601,47**	**2.613.535,59**	**26,04**
Total Circulante	**3.097.863,05**	**3.631.059,32**	**17,21**

Da análise ao quadro n.º 52, comparando a variação anual, facilmente se pode aferir o montante do aumento global verificado neste membro do balanço, que se situou nos 533.196,27 (17,21%). Não se verificaram grandes oscilações no valor das existências, que desceram apenas 9,65% face a 2011. Esta descida deve-se sobretudo ao facto de ter sido regularizado definitivamente grande parte do ativo circulante relacionado com aquisições de parcelas de terrenos que aqui estavam contabilizadas na expetativa de serem recuperadas, nomeadamente as situadas no perímetro urbano de intervenção das zonas industriais de Febres e de Murtede. Efetuada que está a referida recuperação, foram transferidas as parcelas que ainda eram da Autarquia em 31 de dezembro de 2012, as quais, avaliadas em 18.845,66 euros, passaram para outra massa patrimonial do balanço, ou seja, no imobilizado corpóreo. Se se expurgar este movimento, verifica-se que, relativamente às existências em armazém, não houve alterações significativas de 2011 para 2012.

Do mesmo modo, o volume de dívidas de terceiros sofreram um aumento de 4,42% face a 2011, mas uma vez que este indicador já foi alvo de análise exaustiva a propósito dos quadros n.º 13 e n.º 15, não se afigura necessário fazer aqui mais comentários.

Por sua vez, as disponibilidades imediatas aumentaram 539.934,12 euros (26,04%) em relação a 2011, e os 2.609.378,30 euros que estavam nas contas bancárias em 31 de dezembro de 2012 incluem os valores relativos a operações de tesouraria. Se a este montante retirarmos a verba referente a operações de tesouraria, quantificadas em 518.163,81 euros, obtém-se o total das operações orçamentais, que foi de 2.095.371,78 euros. Para uma melhor gestão dos excedentes de tesouraria, foram efetuadas ao longo do ano várias aplicações financeiras que permitiram ao Município arrecadar, ao todo, 100.946,99 euros.

Quanto à descida de 3,6% nas contas de operações de tesouraria, esta deve-se, em larga medida, à circunstância de as garantias prestadas para regular a execução das obras municipais estarem a ser suportadas por fundos documentais, ou seja, através da apresentação de garantias bancárias e de estarem a ser restituídas quantias relativas a obras cujo prazo de garantia terminou nos termos da legislação em vigor ou então porque se encontram preenchidos os requisitos de libertação parcial previstos no decreto–lei n.º 190/2012, de 22/8, que veio estabelecer um regime excecional e temporário de libertação de cauções prestadas para a garantia da execução de contratos de empreitadas de obras publicas.

5.1.3 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica Acréscimos e Diferimentos registada em ambos os lados do Balanço visa dar cumprimento ao princípio da especialização do exercício ou do acréscimo. Segundo este conceito, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos e incluídos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam, independentemente do momento em que ocorrem os fluxos financeiros que lhes estão associados. Uma vez que assim os custos e proveitos constam nos exercícios respetivos, torna-se mais fácil determinar o resultado económico com fiabilidade, através de apropriada análise dos seus níveis de desempenho e da sua posição financeira ao longo dos exercícios económicos.

No quadro n.º 53 constam todas as componentes que integram o primeiro membro do Balanço, o que quer dizer que apresenta os movimentos de especialização do exercício que ocorrem nas contas do POCAL intituladas de Acréscimos de Proveitos e, em contraponto, os custos diferidos, podendo ambas ser consideradas um ativo para o Município.

QUADRO 53

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

(Un: euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2010	2011	Δ	2012	Δ
271	**Acréscimos de Proveitos**					
2711	Juros a receber	648,79	42.355,84	6.428,44	1.926,51	-95,45
2712	Encargos com pessoal a receber	1.714,84	1.105,06	-35,56	691,97	-37,38
27131	Comparticipação no fornecimento de refeições	85.862,60	16.498,10	-80,79	15.778,95	-4,36
27132	Comparticipação em transportes escolares	971,44	5.651,25	481,74	0,00	-100,00
27133	Comparticipação transferências/subsídios obtidos	202.032,20	283.817,68	40,48	85.310,93	-69,94
27134	Comparticipações por serviços prestados	21.774,80	1.608,63	-92,61	64,50	-95,99
27135	Comparticipação prolongamento de horário	32.534,78	8.470,13	-73,97	7.557,12	-10,78
2714	Impostos Diretos	3.989.352,59	4.279.546,38	7,27	4.404.066,65	2,91
2716	Parque Eólico P. Tocha-AnexoIII DL339-C/2001,29/12	0,00	0,00	0,00	11.088,12	
2719	Outros acréscimos de proveitos	24.270,93	0,00	0,00	749,60	
	Subtotal	**4.359.162,97**	**4.639.053,07**	6,42	**4.527.234,35**	-2,41
272	**Custos Diferidos**					
2721	Prémios de seguros antecipados	58.413,28	64.951,92	11,19	70.749,42	8,93
2722	Juros Liquidados	332,62	316,09	-4,97	96,64	-69,43
2724	**Fornecimentos e Serviços Externos**					
27246	Jornais e revistas	433,43	459,47	6,01	482,58	5,03
27247	Contratos de Assistência e Manutenção	4.222,95	4.907,13	16,20	1.861,30	-62,07
27248	Rendas	1.732,00	1.732,00	0,00	552,00	-68,13
27249	Outros Fornecimentos e Serviços Externos	2.921,20	465,63	-84,06	2.100,45	351,10
2729	**Outros Custos Diferidos**					
27291	Quotizações	0,00	2.887,50		2.887,50	
	Subtotal	**68.055,48**	**75.719,74**	11,26	**78.729,89**	3,98
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	**4.427.218,45**	**4.714.772,81**	6,50	**4.605.964,24**	-2,31

De acordo com o referido quadro, o valor global do primeiro membro do Balanço foi de 4.605.964,24 euros, sendo que os acréscimos de proveitos correspondem a 4.527.234,35 euros desse montante e cuja liquidação e cobrança só ocorrerá em 2013, uma vez que só foram apurados em 2012. Já os custos diferidos representam 78.729,89 euros do resultado global, mas porque diz respeito a verbas pagas em 2012, têm que ser imputados ao exercício económico seguinte. Em função do que ficou dito, e tendo em conta que a variação negativa de 2012 face a 2011 foi de apenas 2,31%, em linha do que já havia acontecido relativamente a 2010, estamos claramente perante resultados consistentes numa tendência de constância.

5.1.4 – Fundos Próprios

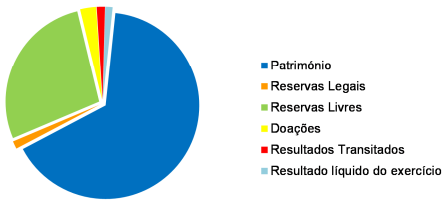
QUADRO 54

ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS

(Un: euros)

DESCRIÇÃO	2011	2012	Variação	
	VALOR	VALOR	VALOR	%
Fundos Próprios				
Património	48.450.061,74	48.819.451,74	369.390,00	**0,76**
Reservas Legais	1.000.293,55	1.000.293,55	0,00	**0,00**
Reservas Livres	19.005.512,45	20.543.354,56	1.537.842,11	**8,09**
Doações	1.744.905,99	2.056.847,35	311.941,36	**17,88**
Resultados Transitados	-197.412,19	-1.057.092,47	-859.680,28	**435,47**
Resultado líquido do exercício	1.735.254,30	931.254,35	-803.999,95	**-46,33**
Total	**71.738.615,84**	**72.294.109,08**	**555.493,24**	**0,77**

ESTRUTURA DE FUNDOS PRÓPRIOS 2012



Sobre a evolução da estrutura dos fundos próprios do Município patente no quadro n.º 54, há a dizer que houve uma variação positiva absoluta de 555.493,24 euros.

Este acréscimo decorreu, fundamentalmente, da recuperação de património municipal no valor de 482.297,43 euros que foram contabilizados diretamente na rubrica respetiva, na sequência da inventariação de infraestruturas municipais, através da recuperação de lotes e parcelas da propriedade do município existentes nas zonas industriais de Febres e Murtede, assim como valores de caracter residual relacionados com a recuperação de projetos e algum espólio da Biblioteca Municipal. De resto, a esta situação que já se havia verificado um pouco em 2011, há a acrescentar ainda o efeito da alteração da estrutura de custos e proveitos da Autarquia, que culminou na obtenção de um resultado líquido positivo do exercício.

Ao nível da rubrica intitulada por resultados transitados, houve uma variação negativa de 859.680,28 euros em relação aos valores de 2011, o que se ficou a dever, essencialmente, ao reconhecimento (pela aplicação do método de equivalência patrimonial) da participação efetiva do Município de Cantanhede na totalidade das entidades nas quais a autarquia detém participações, conforme oportunamente foi referido aquando da análise ao quadro n.º 49. No cômputo geral, esse reconhecimento fez variar negativamente a rubrica em 1.005.435,97 euros, que somados aos 51.656,50 euros das correções de erros contabilísticos detetados no período corrente mas referentes a exercícios anteriores, perfaz o montante de 1.057.092,47 euros contabilizado na rubrica de resultados transitados.

O ano de 2012 encerra com um resultado positivo de 931.254,35 euros, valor sensivelmente inferior a 2011, o que se deve, em grande medida à influência da rubrica de perdas em imobilizações, entre outros fatores de menor expressão. O que está aqui em causa é apenas o registo contabilístico da saída das frações do Edifício do Gaveto, sito no Largo Cândido Reis, em Cantanhede, assim como do lote 120 localizado na Zona Industrial de Cantanhede, duas alienações que representam uma grande mais-valia para o Município, mesmo do ponto de vista económico. A construção do Edifício no Gaveto corresponde a uma intervenção urbanística de assinalável importância, na medida em que permitiu valorizar muito significativamente o acesso ao núcleo urbano central da cidade sede do concelho, existindo agora uma ampla avenida ladeada por circuitos pedonais bem dimensionados, numa extensão de mais de 1 Km, sem haver locais de estrangulamento. Convém lembrar que com o novo alinhamento efetuado no "Gaveto", diluiu-se significativamente o congestionamento viário que se verificava naquela zona, em particular nas horas de ponta, e passaram a existir condições mais favoráveis à fluidez de trânsito e à circulação pedonal, desde a rotunda de entrada na zona urbana da cidade até à Praça Marquês de Marialva. Por outro lado, na Zona Industrial de Cantanhede, a venda do lote 120, permitiu a captação de um investimento de 30 milhões de euros, tratando-se de um projeto pioneiro a nível mundial, desenvolvido integralmente por investigadores portugueses, que atingirá os 100 postos de trabalho quando a Converde, SA, chegar a velocidade cruzeiro.

Apesar do saldo negativo contabilizado em 2012 com a saída daqueles dois bens patrimoniais do ativo do Município, o elevado retorno que daí decorre é de molde a justificar as operações no quadro da função que cabe à Autarquia de promover o desenvolvimento sustentado do concelho a vários níveis.

5.1.5 – Passivo

QUADRO 55

PRINCIPAIS IMPOSTOS A ENTREGAR AO ESTADO

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2011	2012	Δ
242	Imposto Sobre o Rendimento	32.767,54	29.856,57	-8,88
243	Imposto Sobre o Valor Acrescentado	13.269,07	7.104,92	-46,46
244	Imposto de Selo	47,20	6,80	-85,59
	SUB-TOTAL	**46.083,81**	**36.968,29**	**-19,78**
2452	Caixa Geral de Aposentações	54.065,15	50.066,87	-7,40
2453	Segurança Social	17.798,32	16.533,01	-7,11
2455	ADSE	0,00	0,00	
2456	Outras Contribuições Para Segurança Social	138,33	138,33	0,00
245	**Contribuições Para a Segurança Social**	**72.001,80**	**66.738,21**	-7,31
249	Outras Tributações	931,09	776,43	-16,61
	TOTAL	**119.016,70**	**104.482,93**	**-12,21**

O quadro n.º 55 refere-se ao registo as dívidas relacionadas com os impostos a entregar ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente as resultantes de cobranças habitualmente designadas por operações de tesouraria que dizem respeito a retenções ou apuramentos já realizados e que apenas são entregues aos diversos organismos da administração central no decurso do ano de 2013 ou quando a lei o determinar. Assim, os 104.482,93 euros apurados a esse nível no exercício a que reporta o presente relatório só serão pagos em 2013.

QUADRO 56

OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2010	2011	Δ	2012	Δ
217	**Clientes e Utentes Com Cauções**	**10.650,69**	**7.904,19**	**-25,79**	**6.904,13**	**-12,65**
21701	Cauções de Água (OT)	0,00	0,00		0,00	
21702	Loteamentos e Obras (OT)	9.782,38	7.035,88	-28,08	6.035,82	-14,21
21703/4/5	Outras Cauções Cobradas a Terceiros (OT)	868,31	868,31	0,00	868,31	0,00
263	**Sindicatos**	**437,49**	**392,23**	**-10,35**	**358,78**	**-8,53**
2685	**Credores Por Depósitos de Garantia**	**564.103,10**	**457.549,02**	**-18,89**	**436.430,55**	**-4,62**
26851	Cauções Prestadas Por Fornecedor (OT)	6.636,95	5.711,95	-13,94	2.672,57	-53,21
26852	Cauções Prestadas Por Fornecedor Imobilizado (OT)	5.783,75	4.178,75	-27,75	3.333,75	-20,22
26853	Cauções Prestadas Por Empreiteiros (OT)	545.722,40	442.325,82	-18,95	422.759,20	-4,42
26855	Outras Cauções Prestadas	5.960,00	5.332,50	-10,53	7.665,03	43,74
2686	**Devedores e Credores de Operações de Tesouraria**	**9.064,68**	**8.609,93**	**-5,02**	**16.871,68**	**95,96**
26861	Estágios Profissionais -Portaria n.º 268/97 (OT)	1.064,76	1.064,76	0,00	1.064,76	0,00
26862	Outros Devedores e Credores de OT	3.983,48	0,00	-100,00	0,00	
26863	Estágios Integração Sócio-Profissional-RCM 13 (OT)	728,91	728,91	0,00	728,91	0,00
26864	Credores P/Cheques em Trânsito não Recebidos (OT)	2.681,01	2.904,55	8,34	11.109,64	282,49
26866	Execuções diversas p/ conta de penhoras(OT)	538,50	305,42	-43,28	501,82	64,30
26868	Outros devedores e credores de OT - Passagem	68,02	71,70	5,41	38,22	-46,69
26869	Devedores e Credores de Op. de Tesouraria Agregados	0,00	3.534,59		3.428,33	-3,01
	TOTAL	**584.255,96**	**474.455,37**	**-18,79**	**460.565,14**	**-2,93**

Quanto ao quadro n.º 56, este reflete a relação de verbas que o Município manteve cativas ao abrigo da legislação em vigor e que serão devolvidas aos seus titulares quando se extinguir o período obrigatório de retenção. A 31 de dezembro de 2012 era de 460.565,14 euros o montante em contas de disponibilidades respeitantes a quantias retidas a favor de terceiros.

QUADRO 57

ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

Un.(Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2010	2011	Δ	2012	Δ
273	**Acréscimos de Custos**					
2731	Seguros a liquidar	3.805,85	714,95		17,96	-97,49
2732	**Remunerações a liquidar**	**675.931,66**	**378.231,37**	**-44,04**	**455.620,01**	**20,46**
27321	Férias	675.278,26	378.191,37	-43,99	374.377,76	-1,01
27324	Encargos sobre remunerações	0,00	0,00		81.242,25	
27329	Outros encargos	653,40	40,00	-93,88	0,00	-100,00
2733	**Juros a Liquidar**	**22.217,48**	**22.361,96**	**0,65**	**8.108,29**	**-63,74**
2734	**Encargos adicionais com imobilizado**	**25.051,32**	**0,00**		**0,00**	
2739	**Outros Acréscimos de Custos**	**305.830,53**	**200.716,03**	**-34,37**	**80.344,06**	**-59,97**
27391	**Fornecimentos e Serviços Externos a Liquidar**	**130.872,62**	**88.464,92**	**-32,40**	**62.345,06**	**-29,53**
273911	Eletricidade	69.863,88	8.575,34	-87,73	19.794,14	130,83
273912	Combustíveis	0,00	8.714,46		8.749,95	0,41
273913	Comunicação	4.795,71	5.489,07	14,46	5.561,86	1,33
273914	Refeições escolares	9.335,30	11.195,33	19,92	5.181,37	-53,72
273915	Portagens	67,20	0,00	-100,00	49,40	
273916	Jornais e Revistas	61,12	25,24	-58,70	0,00	-100,00
273917	Água, Saneamento e Resíduos Sólidos	0,00	9.264,48		7.921,48	-14,50
237918	Encargos de cobrança	5.113,65	4.332,02	-15,29	3.476,48	-19,75
273919	Outros fornecimentos e serviços externos	41.635,76	40.868,98	-1,84	11.610,38	-71,59
27392	**Transferências Correntes Concedidas**	**57.645,83**	**43.262,52**	**-24,95**	**8.537,20**	**-80,27**
273922	Despesas com transporte crianças port. deficiências	3.054,80	3.141,60	2,84	6.347,12	102,03
273923	Despesas c/ acordo cooperação pré-escolar	32.387,64	21.141,00		0,00	-100,00
273926	Encargos com postos de enfermagem	3.805,29	2.651,62	-30,32	1.992,08	-24,87
273927	Despesas com auxílios económicos	18.398,10	16.328,30	-11,25	0,00	-100,00
273929	Outras transferências correntes	0,00	0,00		198,00	
27393	**Encargos sobre remunerações**	**117.010,03**	**67.640,04**	**-42,19**	**465,28**	**-99,31**
27394	**Custos e Perdas Operacionais**	**299,13**	**362,74**	**21,27**	**495,96**	**36,73**
273941	Quotizações	262,50	0,00		0,00	
273942	Impostos e taxas	36,63	362,74	890,28	495,96	36,73
27395	**Custos e Perdas Financeiros**	**2,92**	**0,43**	**-85,27**	**0,00**	**-100,00**
27398	**Encargos adicionais com imobilizado**	**0,00**	**985,38**		**8.500,56**	**762,67**
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	**1.032.836,84**	**602.024,31**	**-41,71**	**544.090,32**	**-9,62**

No passivo, os "Acréscimos de Custos" totalizaram 544.090,32 euros, menos 57.933,99 euros que no ano anterior, enquanto os "Proveitos Diferidos", tal como consta no quadro n.º 58, dizem respeito aos fluxos financeiros ao abrigo de candidaturas efetuadas a fundos comunitários, os quais se transformam anualmente em Proveitos do Exercício (quadro n.º 59), no decurso das operações de amortização do exercício quanto aos investimentos financiados.

A evolução dos proveitos resultantes de fundos comunitários nos últimos anos é apresentada no quadro n.º 58, onde também se encontra uma rubrica que nada tem a ver com esta matéria, nomeadamente a designada como "venda de bens futuros – permutas" e que se relaciona com compromissos futuros assumidos pelo Município em virtude da realização de várias escrituras de permutas. Sobre 2012 há a considerar a este nível a regularização definitiva da operação do Edifício do Gaveto, pela entrega formal das frações negociadas, à época, a título de permuta com os proprietários dos prédios situados no local.

Em 2012, passam a constar na rubrica de "Proveitos Diferidos" mais três obras financiadas pelo QREN, cujos incentivos são reconhecidos pela primeira vez, designadamente as seguintes:

- Plataforma para a Biotecnologia;
- Centro Educativo de Cadima; e
- Requalificação Urbana da Rua 1.º de Maio.

No quadro n.º 59, para além do reconhecimento anual efetuado por conta da grande maioria de candidaturas financiadas pelo III QCA, reconhecem-se como proveitos, também pela primeira vez, os incentivos recebidos a título de comparticipação da construção do Parque da Quinta de S. Mateus, assim como de todos os equipamentos adquiridos para o Centro Educativo de Ançã, incluindo a rede de biblioteca escolar, o Gabinete de Cidade e a Plataforma para a Biotecnologia**.** Relativamente a estas candidaturas, há 107.429,16 euros que foram reconhecidos diretamente na rubrica "património" por se tratar de proveitos que deveriam ter sido reconhecidos em exercícios anteriores.

QUADRO 58

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DIFERIDOS

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	2011	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2012
27451	**ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS**				
274511	ORÇAMENTO DO ESTADO				
2745111	**COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA**	**2.392.199,16**	**0,00**	**0,00**	**2.392.199,16**
27451110 1	Contrato Programa M.A.I - Segurança Rodoviária	127.628,65			127.628,65
27451110 2	Contrato-Programa M. Educação -Eqto/Mat Did.P. Esc	17.511,28			17.511,28
27451110 3	Contrato- Programa c/ Inst.Nacional Desporto (Pisc)	258.734,59			258.734,59
27451110 4	A.Colaboração c/ ICERRp/ Estradas Desclassificadas	1733.572,08			1733.572,08
27451110 5	Contrato- Programa c/Min.Plan - Intempéries 2000/01	43.814,41			43.814,41
27451110 6	P. nº 275/03 c/ Inst.Amb-P/Aq.Equipamento M.Ruído	2.213,40			2.213,40
27451110 7	P. nº 328/03 c/ Instituto Amb-P/ Elab.Carta do Ruído	7.800,00			7.800,00
27451110 8	Protocolo c/ DGOTDU/CCDR - PRAUD	141.092,00			141.092,00
27451110 9	A Colaboração C/DGALp/ Constr. Feira Quinzenal Cantanhede	51934,09			51934,09
27451111 0	Espaço Público de acesso à Internet - Museu da Pedra	898,66			898,66
27451111	Apetrech. Inf. Escolas Ens. Pré-Escolar Conc. Cant.	0,00			0,00
27454111 2	Acordo Coop. Prog. Rede Nac. Bibliotecas Escolares	7.000,00			7.000,00
27454	EXTERIOR				
274541	**FEDER**				
27454101	PORCENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO				
2745410 11	**EIXO I**	**12.479.939,09**	**0,00**	**0,00**	**12.479.939,09**
2745410 111	MEDIDA I.I - EQUIPAMENTO E INFRAESTRUTURAS LOCAIS	3.209.786,94	0,00	0,00	3.209.786,94
2745410 11101	Beneficiação EM 583 Cant/Tocha-T. Corgo Encheiro	229.104,27			229.104,27
2745410 11102	Constr. Praia Fluvial Olhos da Fervença-Pisc. Natural	431973,08			431973,08
2745410 11103	Infraestruturas da Zona Industrial de Febres	238.893,45			238.893,45
2745410 11104	Alargamento e Retificação EM 612 Febres/Vilamar	345.240,62			345.240,62
2745410 11105	Alargamento e Retificação do CM Marvão/B. Latas	172.645,75			172.645,75
2745410 11106	Beneficiação da EM 588 Balsas/Monte Arcado	192.804,82			192.804,82
2745410 11107	Alargamento e Retificação Cm 1017 Febres/Barracão	201307,73			201307,73
2745410 11108	Construção do Jardim de Infância de Ançã	182.050,09			182.050,09
2745410 11109	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede	228.767,63			228.767,63
2745410 11110	Infraestruturas da Zona Industrial de Murtede	247.337,51			247.337,51
2745410 11111	Drenagem de à. Pluviais EM 585 Pontão (Font. Febres)	224.750,24			224.750,24
2745410 11112	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede- Ampl. 2.ª fase	387.472,67			387.472,67
2745410 11113	Arranjo Urb./Paisagístico área envolvente Lagoa Montinho	127.439,08			127.439,08

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DIFERIDOS

CONTA	DESIGNAÇÃO	2011	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2012
27454101112	**MEDIDA I.2- AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**	**4.032.193,83**	**0,00**	**0,00**	**4.032.193,83**
27454101201	Abastecimento E DTAR Franciscas, Tarelhos e Lírios	404.571,42			404.571,42
27454101202	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Outil	288.222,50			288.222,50
27454101203	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Sepins	210.707,90			210.707,90
27454101204	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Do Bolho	113.962,79			113.962,79
27454101205	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Ourentã	18.192,03			18.192,03
27454101206	Drenagem Tratamento de águas Residuais de Cordinhã	145.762,24			145.762,24
27454101207	Ampliação da Rede de Saneamento de Ançã	22.057,23			22.057,23
27454101208	DTAR Zambujal/Fornos incluindo a Benef. Da EM 586	601.354,18			601.354,18
27454101209	Drenagem Tratamento de águas Residuais Póvoa do Bispo	181.354,40			181.354,40
27454101210	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Portunhos	186.014,23			186.014,23
27454101211	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Murtede	114.762,96			114.762,96
27454101212	Abastecimento de água e DTAR de Marvão	324.039,90			324.039,90
27454101213	Abast. Água Picoto, Montouro, Q. Troviscais e Malhada	281.186,18			281.186,18
27454101214	Ampliação da Rede de Saneamento da Tocha	779.250,99			779.250,99
27454101215	Drenagem Águas Residuais de Sanguinheira/Serredade	360.754,88			360.754,88
CONTA	**DESIGNAÇÃO**	**2011**	**DIMINUIÇÕES**	**AUMENTOS**	**2012**
27454101113	MEDIDA I.3 - ACESSIBILIDADES	2.841.568,63	0,00	0,00	2.841.568,63
27454101301	EM nº Fervença/L. Negra/Escoural e CM 1017 Criação/Ferv.	824.466,65			824.466,65
27454101302	Circular Urbana de Cantanhede	233.500,75			233.500,75
27454101303	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intempéries 1ª Fase	351.671,22			351.671,22
27454101304	Via Estr. Norte/Poente-Benef. Est. Cort. Cima/EN 234	505.632,99			505.632,99
27454101305	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intempéries 2.ª Fase	926.297,02			926.297,02
27454101114	**MEDIDA I.4 - QUALIFICAÇAO AGLOMERADOS URBANOS**	**2.396.389,69**	**0,00**	**0,00**	**2.396.389,69**
27454101401	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-1ª Fase	861.434,63			861.434,63
27454101402	Arranjos Urbanístico no Largo de S. João	173.258,28			173.258,28
27454101403	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 1ª Fase	220.115,52			220.115,52
27454101404	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-2.ª Fase	278.756,85			278.756,85
27454101405	Revitalização Urbana Cant. -Execução de Passeios e Pavimentos	215.861,27			215.861,27
27454101406	Revitalização Urb. Áreas mais Centrais Cidade Cantanhede	366.384,31			366.384,31
27454101407	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase	280.578,83			280.578,83
27454102	EIXO II				
27454103	**EIXO III**	**4.018.997,73**	**0,00**	**0,00**	**4.018.997,73**
27454101301	MEDIDA III - EDUCAÇÃO	335.898,99	0,00	0,00	335.898,99
27454101301 01	Construção do Jardim de Infância de Cordinhã	54.868,12			54.868,12
27454101301 02	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1do Bolho	121.014,20			121.014,20
27454101301 03	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1da Tocha	160.016,67			160.016,67

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DIFERIDOS

CONTA	DESIGNAÇÃO	2011	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2012
27454101310	**MEDIDA III. 10 - DESPORTO**	**1.688.896,15**	**0,00**	**0,00**	**1.688.896,15**
27454101310 01	Ampliação e Beneficiação da piscina Municipal	1.293.672,94			1.293.672,94
27454101310 02	Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo de Cantanhede	395.223,21			395.223,21
27454101312	MEDIDA III. 12 - Acessibilidades	1.927.471,54	0,00	0,00	1.927.471,54
27454101312 01	Const. ER 335-1 Via Regional Cantanhede/IC1Tocha	1.539.971,54			1.539.971,54
27454101312 02	Variante de Portunhos (Poente)	387.500,00			387.500,00
27454101314	**MEDIDA III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Regional**	**25.571,83**	**0,00**	**0,00**	**25.571,83**
27454101314 01	Prevenção Riscos Prov. Agentes Biótico e Abióticos	25.571,83			25.571,83
27454101316	MEDIDA III.16 -Pescas -Equipamentos e Transformação	41.159,22	0,00	0,00	41.159,22
27454101316 01	Arm. Apoio de Pesca e ª Abrigo -N. Piscatório Praia Tocha	41.159,22			41.159,22
27454104	**EIXO IV**	**10.926,51**	**0,00**	**0,00**	**10.926,51**
27454101406	MEDIDA IV.3- PROMOVER UTILIZAÇÃO INTERNET B. LARGA	10.926,51			10.926,51
27454101403 01	Espaço público de acesso à Internet - Museu da Pedra	1.481,98			1.481,98
27454101403 02	Apetrech. Inf. Escolas Ens. Pré-Escolar Conc. Cant.	9.444,53			9.444,53
27454105	**EIXO V**	**265.691,52**	**0,00**	**0,00**	**265.691,52**
27454101506	MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EQUIP. /SERV.P.D. SOCIAL				
27454101506 01	Casa do Chico Pinto	119.246,70			119.246,70
27454101311101	**Programa Operacional da Cultura**	**146.444,82**	**0,00**	**0,00**	**146.444,82**
27454102 01	Museu da Pedra Município Cantanhede	43.592,64			43.592,64
27454102 02	Adaptação p/ Museu Municipal - arr. Exteriores/Equipamentos	102.852,18			102.852,18
27454103	QREN - MAIS CENTRO -PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO	2.340.902,51	10.186,99	248.974,64	2.579.690,16
27454103 1	**Eixo I - Competividade, Inovação e Conhecimento**	**3.967,46**	**0,00**	**528,99**	**4.496,45**
27454103 101	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	3.967,46		528,99	4.496,45
27454103 2	Eixo II - Desenvolvimento Cidades Sistemas Urbai	916.453,20	10.186,99	56.636,83	962.903,04
27454103 201	Parque Urbano da Quinta de S. Mateus	913.489,54	10.186,99	54.691,82	957.994,37
27454103 202	Gabinete da Cidade	2.963,66		1945,01	4.908,67
27454103 203	Construção ER 335-1 Via regional cantanhede/IC1Tocha	220.615,14	41265,41	35.252,22	214.601,95
27454103 3	**Eixo III- Consolidação Qualificação Esp. Sub-Regional**	**1.420.481,85**	**0,00**	**191.808,82**	**1.612.290,67**
27454103 301	Centro Educativo de Ançã	1420.481,85		191808,82	1612.290,67
27454103 302	Centro Educativo de Cadima	0,00	15.432,17	337.555,28	322.123,11
27454103 9	**Eixo IX - CoesãoLocal e Urbana**	**0,00**	**0,00**	**356.125,95**	**356.125,95**
27454103 901	Plataforma para a Biotecnologia	0,00	0,00	3.038,22	3.038,22
27454103 902	Requalificação Urbana da Rua 1º de Maio	0,00	0,00	353.087,73	353.087,73

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DIFERIDOS

CONTA	DESIGNAÇÃO	2011	DIMINUIÇÕES	AUMENTOS	2012
274544	**FEOGA - MEDIDA AGRIS**	**248.461,40**	**0,00**	**0,00**	**248.461,40**
27454401	Limpeza e Valorização da Lagoa dos Coadiçais	48.329,04			48.329,04
27454402	Beneficiação do Caminho Agrícola Cordinhã/Cantanhede	88.995,94			88.995,94
27454403	Caminho Rural Bolho/Espinheiro/P. Carros	111.136,42			111.136,42
274545	PROGRAMA LEADER +	97.025,74	0,00	0,00	97.025,74
27454501	Criação de uma Ludoteca/Mediateca Municipal	8.828,50			8.828,50
27454505	Parque Prosepe	10.182,64			10.182,64
27454503	Banco de Recursos de Cantanhede	14.413,50			14.413,50
27454504	Biblioteca Itinerante - Biblioteca de Praia	63.601,10			63.601,10
2746	**Vendas de Bens Futuros - Permutas**	**1.084.857,50**	**516.405,00**	**0,00**	**568.452,50**
274601	Construção do Edifício do Gaveto no L. Cândido Reis	516.405,00	516.405,00		0,00
274602	Zona do Plano Pormenor da Zona Sul Cantanhede	568.452,50			568.452,50
274604	Loteamento Municipal Zona Envolvente ao P.D. Febres	0,00			0,00
	TOTAL	22.939.001,16	526.591,99	248.974,64	22.661.383,81

QUADRO 59

VALOR TRANSFERIDO PARA PROVEITOS DO EXERCÍCIO

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL 2012	AUMENTOS/ DIMINUIÇÕES	TRANSFERÊNCIA PARA PROVEITOS 2012	TOTAL 2012
27451	**ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS**				
274511	ORÇAMENTO DO ESTADO				
2745111	**COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA**	**1.598.831,45**	**0,00**	**107.085,46**	**1.491.745,99**
27451110 1	Contrato Programa M.A.I - Segurança Rodoviária	48.126,14		0,00	48.126,14
27451110 3	Contrato - Programa c/ Inst.Nacional Desporto (Pisc)	225.124,35		3.632,53	221491,82
27451110 4	A.Colaboração c/ ICERRp/ Estradas Desclassificadas	1.163.625,36		86.678,60	1076.946,76
27451110 5	Contrato - Programa c/Min.Plan - Intempéries 2000/01	24.645,61		2.190,72	22.454,89
27451110 6	P. nº 275/03 c/ Inst.Amb-P/Aq.Equipamento M.Ruído	0,00		0,00	0,00
27451110 8	Protocolo c/ DGOTDU/CCDR - PRAUD	89.519,22		7.054,60	82.464,62
27451110 9	A Colaboração C/DGAL p/ Constr. Feira Quinzenal Cantanhede	40.790,77		2.731,73	38.059,04
27451111 0	Espaço Público de acesso à Internet - Museu da Pedra	0,00		0,00	0,00
27454111 12	Acordo Coop. Prog. Rede Nac. Bibliotecas Escolares	7.000,00		4.797,28	2.202,72
27454	EXTERIOR				
274541	**FEDER**				
27454101	PORCENTRO - PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO				
27454101 11	**EIXO I**	**7.240.303,02**	**0,00**	**565.647,19**	**6.674.655,83**
27454101 111	MEDIDA I.1 - EQUIPAMENTO E INFRAESTRUTURAS LOCAIS	1.884.741,30	0,00	156.145,85	1.728.595,45
27454101 11101	Beneficiação EM 583 Cant/Tocha-T. Corgo Encheiro	118.370,56		11.455,21	106.915,35
27454101 11102	Constr. Praia Fluvial Olhos da Fervença-Pisc. Natural	213.797,15		21.666,34	192.130,81
27454101 11103	Infraestruturas da Zona Industrial de Febres	129.400,63		11.944,67	117.455,96
27454101 11104	Alargamento e Retificação EM 612 Febres/Vilamar	186.300,94		17.262,03	169.038,91
27454101 11105	Alargamento e Retificação do CM Marvão/B. Latas	93.516,45		8.632,29	84.884,16
27454101 11106	Beneficiação da EM 588 Balsas/Monte Arcado	109.690,21		9.289,14	100.401,07
27454101 11107	Alargamento e Retificação Cm 1017 Febres/Barracão	124.839,63		9.336,84	115.502,79
27454101 11108	Construção do Jardim de Infância de Ançã	158.698,72		2.331,35	156.367,37
27454101 11109	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede	129.189,65		11.732,35	117.457,30
27454101 11110	Infraestruturas da Zona Industrial de Murtede	162.637,60		12.735,83	149.901,77
27454101 11111	Drenagem de à. Pluviais EM 585 Pontão (Font. Febres)	139.532,45		11.237,51	128.294,94
27454101 11112	Infraestruturas da Zona Industrial de Cantanhede- Ampla. 2.ª fase	224.424,15		20.381,06	204.043,09
27454101 11113	Arranjo Urb./Paisagístico área envolvente Lagoa Montinho	94.343,16		8.141,23	86.201,93
27454101 1112	**MEDIDA I.2- AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**	**2.449.002,66**	**0,00**	**182.892,29**	**2.266.110,37**
27454101 12 01	Abastecimento E DTAR Franciscas, Tarelhos e Lírios	72.068,76		6.502,45	65.566,31
27454101 12 02	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Outil	182.540,93		14.411,12	168.129,81
27454101 12 03	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Sepins	122.912,97		10.535,39	112.377,58
27454101 12 04	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. Do Bolho	64.165,29		4.738,72	59.426,57
27454101 12 06	Drenagem Tratamento de águas Residuais de Cordinhã	76.333,53		6.589,95	69.743,58
27454101 12 07	Ampliação da Rede de Saneamento de Ançã	7.857,65		1.102,86	6.754,79
27454101 12 08	DTAR Zambujal/Fornos incluindo a Benef. Da EM 586	397.417,47		29.621,17	367.796,30
27454101 12 09	Drenagem Tratamento de águas Residuais Póvoa do Bispo	103.523,16		9.067,72	94.455,44
27454101 12 10	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Portunhos	123.234,42		9.300,71	113.933,71
27454101 12 11	Drenagem Tratamento de águas Residuais F. de Murtede	91.332,18		5.738,15	85.594,03
27454101 12 12	Abastecimento de água e DTAR de Marvão	197.831,92		15.936,19	181.895,73
27454101 12 13	Abastecimento de água Quinta dos Troviscais, Malhada, Conduta Adutora dos Covões	117.921,30		11.736,89	106.184,41
27454101 12 14	Ampliação da Rede de Saneamento da Tocha	629.894,55		38.962,55	590.932,00
27454101 12 15	Drenagem de águas Residuais de Sanguinheira/Serredade	261.968,53		18.648,42	243.320,11

VALOR TRANSFERIDO PARA PROVEITOS DO EXERCÍCIO

Un: (Euros)

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL 2012		TRANSFERÊNCIA PARA PROVEITOS 2012	TOTAL 2012
27454101113	MEDIDA I.3 - ACESSIBILIDADES	1.814.781,36	0,00	112.647,10	1.702.134,26
27454101301	EM Fervença/L. Negra/Escoural e CM 1017 Criação/Ferv.	435.390,24		37.330,74	398.059,50
27454101302	Circular Urbana de Cantanhede	123.683,92		11675,04	112.008,88
27454101303	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intempéries 1ª Fase	197.815,11		17.583,56	180.231,55
27454101304	Via Estr. Norte/Poente-Benef. Est. Cort. Cima/EN 234	289.183,15		25.346,95	263.836,20
27454101305	Aplicação Tapete Estradas /Caminhos - Intempéries 2.ª Fase	768.708,94		20.710,81	747.998,13
27454101114	MEDIDA I.4 - QUALIFICAÇÃO AGLOMERADOS URBANOS	1.091.777,70	0,00	113.961,95	977.815,75
27454101401	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-1ª Fase	354.305,35		40.001,09	314.304,26
27454101402	Arranjos Urbanístico no Largo de S. João	85.757,93		8.377,09	77.380,84
27454101403	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 1ª Fase	113.076,12		11.015,79	102.060,33
27454101404	Arranjos Urbanísticos na Praia da Tocha-2.ª Fase	116.882,02		14.905,33	101.976,69
27454101405	Revitalização Urbana Cant.-Execução de Passeios e Pavimentos	128.509,23		10.793,04	117.716,19
27454101406	Revitalização Urb. Áreas mais Centrais Cidade Cantanhede	189.330,20		15.456,05	173.874,15
27454101407	Revitalização Urbana da Zona PPU Cant. 2.ª Fase	103.916,85		13.413,56	90.503,29
27454103	EIXO III	3.438.483,68	0,00	125.434,82	3.313.048,86
27454101301	MEDIDA III - EDUCAÇÃO	304.190,69	0,00	4.646,25	299.544,44
27454101301 01	Construção do Jardim de Infância de Cordinhã	47.950,53		720,63	47.229,90
27454101301 02	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1do Bolho	112.292,36		1646,94	110.645,42
27454101301 03	Construção e Equipamento do J. Infância /EB 1da Tocha	143.947,80		2.278,68	141669,12
27454101310	MEDIDA III. 10 - DESPORTO	1.507.924,55	0,00	23.181,96	1.484.742,59
27454101310 01	Ampliação e Beneficiação da Piscina Municipal	1.125.621,84		18.162,63	1.107.459,21
27454101310 02	Grande Campo de Jogos - Parque Desportivo Cantanhede	382.302,71		5.019,33	377.283,38
27454101312	Medida III- 12 Acessibilidades	1.592.012,26	0,00	94.977,33	1.497.034,93
27454101312 01	Const. ER 335-1 Via Regional Cantanhede/ IC1Tocha	1287.890,43		76.999,68	1210.890,75
27454101312 02	Variante de Portunhos (Poente)	304.121,83		17.977,65	286.144,18
27454101314	MEDIDA III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Regional	571,32	0,00	571,32	0,00
27454101314 01	Prevenção Riscos Prov. Agentes Biótico e Abióticos	571,32		571,32	0,00
27454101316	MEDIDA III.16 -Pescas -Equipamentos e Transformação	33.784,86	0,00	2.057,96	31.726,90
27454101316 01	Arm. Apoio de Pesca e ª Abrigo -N. Piscatório Praia Tocha	33.784,86		2.057,96	31726,90
27454104	Eixo IV	170,96	0,00	170,96	0,00
27454104 06	MEDIDA IV.3- PROMOVER UTILIZAÇÃO INTERNET B. LARGA	170,96	0,00	170,96	0,00
27454104 03 01	Espaço público de acesso à Internet - Museu da Pedra	170,96		170,96	0,00
27454105	Eixo V	82.438,39	0,00	6.416,55	76.021,84
27454105 06	MEDIDA V.6 - DESENVOLVER R. EUIP. /SERV.P.D. SOCIAL	82.438,39	0,00	6.416,55	76.021,84
27454105 06 01	Casa do Chico Pinto	82.438,39		6.416,55	76.021,84
27454102	Programa Operacional da Cultura	16.790,56	0,00	5.834,39	10.956,17
27454102 02	Adaptação p/ Museu Municipal - arr. Exteriores/Equipamentos	16.790,56		5.834,39	10.956,17
27454103	QREN - MAIS CENTRO -PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO	2.545.932,49	911.023,52	241.500,06	3.215.455,95
27454103 1	Eixo I - Competividade, Inovação e Conhecimento	2.833,71	528,99	1.133,75	2.228,95
27454103 1 01	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	2.833,71	528,99	1.133,75	2.228,95

VALOR TRANSFERIDO PARA PROVEITOS DO EXERCÍCIO

CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL 2012		TRANSFERÊNCIA PARA PROVEITOS 2012	TOTAL 2012
27454103 2	Eixo II - Desenvolvimento Cidades Sistemas Urbanos	1.137.068,34	40.436,65	159.968,27	1.017.536,72
27454103 2 01	Parque Urbano da Quinta de S. Mateus	913.489,54	44.504,83	157.403,35	800.591,02
27454103 2 02	Gabinete da Cidade	2.963,66	1945,01	2.564,92	2.343,75
27454103 2 03	Construção ER 335-1 Via regional Cant/IC1Tocha	220.615,14	-6.013,19	0,00	214.601,95
27454103 3	Eixo III- Consolidação Qualificação Esp. Sub-Regional	1.406.030,44	513.931,93	72.948,87	1.847.013,50
27454103 3 01	Centro Educativo de Ançã	1406.030,44	191808,82	72.948,87	1524.890,39
27454103 3 02	Centro Educativo de Cadima	0,00	322.123,11	0,00	322.123,11
27454103 9	Eixo IX- Coesão Local e Urbana	0,00	356.125,95	7.449,17	348.676,78
27454103 9 01	Plataforma para a Biotecnologia	0,00	3.038,22	917,09	2.121,13
27454103 9 02	Requalificação Urbana da Rua 1º de Maio	0,00	353.087,73	6.532,08	346.555,65
274544	FEOGA _ MEDIDA AGRIS	154.772,60	0,00	12.029,78	142.742,82
27454402	Beneficiação do caminho agrícola Cordinhã/ Cantanhede	66.376,12		4.449,80	61926,32
27454403	Caminho Rural Bolho/Espinheiro/P. Carros	88.396,48		7.579,98	80.816,50
274545	PROGRAMA LEADER +	31.640,49	0,00	2.838,86	28.801,63
27454502	Parque Prosepe	5.615,70		912,98	4.702,72
27454503	Banco de Recursos de Cantanhede	3.620,31		940,50	2.679,81
27454504	Biblioteca Itinerante - Biblioteca de Praia	22.404,48		985,38	21419,10
	TOTAL	15.109.363,64	911.023,52	1.066.958,07	14.953.429,09

QUADRO 60

QUADRO RESUMO

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL 2012	AUMENTOS/ DIMINUIÇÕES	TRANSFERÊNCIA PARA PROVEITOS 2012	TOTAL 2012
ORÇAMENTO DE ESTADO - COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	1.598.831,45	0,00	107.085,46	1.491.745,99
FUNDOS COMUNITÁRIOS- EXTERIOR				
FEDER	10.778.186,61	0,00	703.503,91	10.074.682,70
FEOGA _ MEDIDA AGRIS	154.772,60	0,00	12.029,78	142.742,82
PROGRAMA LEADER +	31.640,49	0,00	2.838,86	28.801,63
Subtotal III QCA	**10.964.599,70**	**0,00**	**718.372,55**	**10.246.227,15**
QREN - MAIS CENTRO -PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO	2.545.932,49	911.023,52	241.500,06	3.215.455,95
Total Geral	**15.109.363,64**	**911.023,52**	**1.066.958,07**	**14.953.429,09**

5.2 – Análise da Demonstração de Resultados

Ao agrupar e classificar os vários tipos de custos e proveitos segundo a sua natureza, a Demonstração de Resultados mostra como variou a situação patrimonial da autarquia durante uma certa fase, em regra coincidente com o exercício económico. Nessa medida, estamos perante a demonstração do modo como decorreu a atividade da autarquia em determinado período.

Incidido agora a análise sobre os proveitos e os custos segundo a sua natureza, ao longo do exercício, publicam-se a propósito os quadros n.º 61 e n.º 62.

QUADRO 61

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Un: (Euros)

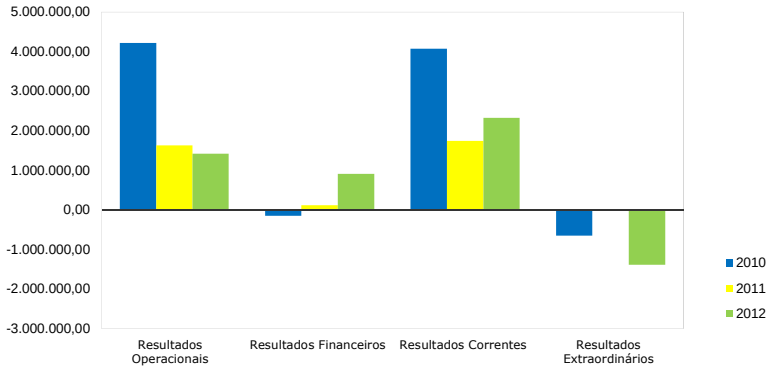
CONTA	DESIGNAÇÃO	2011	2012	VARIAÇÃO VALOR	VARIAÇÃO %
	Custas e Perdas				
61	Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	610.672,71	784.664,19	173.991,48	28,49
62	Fornecimento e Serviços externos	4.173.570,39	4.542.150,38	368.579,99	8,83
64	Remunerações e Encargos Sociais	5.366.903,91	4.656.341,45	-710.562,46	-13,24
63	Transf. e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	1.151.060,20	1.201.659,34	50.599,14	4,40
66	Amortizações do Exercício	5.006.176,44	5.211.675,60	205.499,16	4,10
67	Provisões do Exercício	82.469,24	240.992,19	158.522,95	192,22
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	423.674,44	502.023,38	78.348,94	18,49
68	Custos e Perdas Financeiras	1.041.436,51	935.312,90	-106.123,61	-10,19
69	Custos e Perdas Extraordinárias	1.694.340,24	3.028.392,51	1.334.052,27	78,74
	Total	**19.550.304,08**	**21.103.211,94**	**1.552.907,86**	**7,94**
	Proveitos e Ganhos				
71	Vendas e Prestações de Serviços	789.824,73	715.313,60	-74.511,13	-9,43
72	Impostos e Taxas	6.131.212,17	6.651.087,88	519.875,71	8,48
	Variação da Produção	0,00	0,00	0,00	
75	Trabalhos Para a Própria Entidade	1.344.776,06	1.792.308,17	447.532,11	33,28
73	Proveitos Suplementares	0,00	0,00	0,00	
74	Transferências e Subsídios Obtidos	10.144.233,60	9.376.264,51	-767.969,09	-7,57
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	35.109,10	21.352,41	-13.756,69	-39,18
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	1.153.647,56	1.839.728,89	686.081,33	59,47
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.686.755,16	1.638.410,83	-48.344,33	-2,87
	Total	**21.285.558,38**	**22.034.466,29**	**748.907,91**	**3,52**
88	**Resultado Líquido do Exercício**	**1.735.254,30**	**931.254,35**	**-803.999,95**	**-46,33**

QUADRO 62

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

Un: (Euros)

DESIGNAÇÃO		2010	2011	2012	Variação %
Resultados Operacionais	(A)	4.216.215,65	1.630.628,33	1.416.820,04	-13,11
Resultados Financeiros	(B)	-147.338,82	112.211,05	904.415,99	706,00
Resultados Correntes	(A)+ (B)	4.068.876,83	1.742.839,38	2.321.236,03	33,19
Resultados Extraordinários	(C)	-653.529,95	-7.585,08	-1.389.981,68	18.225,21
Resultado Líquido do Exercício (A)+(B)+ (C)		**3.415.346,88**	**1.735.254,30**	**931.254,35**	**-46,33**



Da leitura dos últimos dois quadros, que resumem a Demonstração de Resultados do Município, resulta que em 2012, a estrutura de custos teve um aumento de 1.552.907,86 euros face aos valores de 2011, o que não conseguiu ser compensado, pelo menos na mesma proporção, pela estrutura de proveitos, que apenas subiu 748.907,91 euros. Esta realidade teve, por sua vez, um reflexo imediato na diminuição do resultado líquido do exercício, que encerrou com uma diminuição de 803.999,95 euros em relação a 2011.

Os fatores que concorreram para os resultados obtidos são os seguintes:

Estrutura de Custos

Sobre o quadro n.º 61 é de assinalar o facto de ter havido uma diminuição significativa dos custos com pessoal e dos custos e perdas financeiras, no montante global de 816.686,07 euros, o que permitiu compensar, em larga medida, o efeito das demais rubricas de custos, que subiram (à exceção dos custos e perdas extraordinários) 1.035.541,66 euros. Certo é que aquela descida não foi suficientemente compensada pelo aumento verificado nesta subida.

Para além disso o maior contributo para o já referido aumento de 1.552.907,86 euros da estrutura de custos da autarquia foi o da rubrica intitulada por custos e perdas extraordinária, tendo sido responsável por 85,91% da variação positiva verificada em relação a 2011. Como o próprio nome indica, trata-se de movimentos extraordinários, sem qualquer impacto ao nível da execução orçamental da Autarquia e que decorem, conforme oportunamente referido em sede de análise dos fundos próprios, da movimentação contabilística relativamente a perdas apuradas em imobilizações, concretamente pelo registo contabilístico da saída das frações do Edifício do Gaveto, sito no Largo Cândido Reis, em Cantanhede, assim como do lote 120 localizado na Zona Industrial de Cantanhede.

Esta subida não é, portanto, sinónimo do aumento da estrutura de custos da autarquia, antes pelo contrário. Senão vejamos:

O acréscimo de 671.519,55 euros registada nas rubricas de *"custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas"*, *"fornecimentos e serviços externos"*, *"transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais"* e *"outros custos e perdas operacionais"* foi largamente compensada pela descida de 816.686,07 euros ocorrida na rubrica de *"remunerações e encargos sociais"* e na rubrica de *"custos e perdas financeiras"*.

Os custos das amortizações do exercício decorrem do aumento anual de transferências que se vão executando, exercício após exercício. Estes custos tenderão a aumentar, sobretudo enquanto as transferências de imobilizado em curso para imobilizado corpóreo continuar a ter uma expressão significativa na estrutura de custos do Município.

Por último, e no que diz respeito às provisões do exercício, estas irão continuar a subir, pois continua a fazer-se sentir cada vez mais o impacto da falta de cobranças por serviços prestados. Em 2012, a título de "*clientes para cobrança duvidosa"* contabilizaram-se 87.972,19 euros e foram igualmente reconhecidas provisões para riscos e encargos decorrentes de processos judiciais em curso no montante global de 153.020,00 euros, este último sem impacto ao nível da execução orçamental da Autarquia.

Estrutura de Proveitos

Neste membro, as variações são na globalidade positivas. Apesar de se ter verificado uma quebra significativa de 7,57% (767.969,09 euros) na rubrica de "transferências e subsídios obtidos", esta foi largamente compensada pelas rubricas de "impostos e taxas", "trabalhos para a própria entidade" e com a rubrica de " proveitos e ganhos financeiros" (1.653.489,15 euros).

Globalmente, os proveitos aumentaram 748.907,91 euros, mais 3,52% do que no exercício de 2011. Por outro lado, o saldo positivo dos resultados operacionais ascendeu a 1.416.820,04 euros, valor francamente positivo e de grande significado, pois decorre da maior eficiência na capacidade de gerar proveitos resultantes da principal atividade do Município, maior controlo e contenção na realização dos custos, traduzindo capacidade de gerar riqueza de modo sustentável.

VI – Rácios Financeiros

Os rácios financeiros que se seguem ajudam a ter a correta perceção da situação económica e financeira da Autarquia. O ano de 2012 demonstra assim um desempenho financeiro francamente positivo.

QUADRO 63

Indicadores do Balanço	2010	2011	2012
Estrutura do Ativo			
Ativo Fixo/Ativo Total	93,9%	93,6%	93,2%
Ativo Circulante/Ativo Total	6,1%	6,4%	6,8%
Estrutura do Passivo			
Capitais Permanentes/Passivo	181,9%	195,6%	216,1%
Passivo Longo Prazo/Passivo Exigivel	79,5%	86,8%	82,7%
Passivo Curto Prazo/Passivo Exigivel	20,5%	13,2%	17,3%
Passivo Curto Prazo/Passivo Longo Prazo	25,8%	15,2%	20,9%
Dividas MLP / Passivo	55,5%	60,2%	56,6%
Dividas Financeiras MLP / Passivo	54,8%	58,6%	55,9%
Dividas Curto Prazo / Passivo	12,5%	8,0%	10,7%
Análise do Ativo Fixo			
Ativo Fixo / Endividamento Médio Longo Prazo	382,5%	366,5%	407,7%
Amortizações Exercicio / Variação Imobilizado	42,7%	102,0%	254,9%
Análise do Passivo Exigivel			
Coeficiente de Endividamento			
Passivo Exigivel / Fundos Próprios	55,3%	51,3%	46,5%
Coeficiente de Endividamento a Curto Prazo			
Passivo Exigivel Curto Prazo / Fundos Próprios	11,3%	6,8%	8,0%
Coeficiente de Endividamento a Médio / Longo Prazo			
Passivo Exigivel Médio Longo Prazo / Fundos Próprios	44,0%	44,5%	38,4%
Passivo Exigivel Médio Longo Prazo / Imobilizado Corpóreo	61,6%	62,3%	55,9%
Grau de Autonomia			
Fundos Próprios/Ativo	55,8%	57,5%	59,5%
Indice de Liquidez Imediata			
Disponibilidades / Exigivel Curto Prazo	0,12	0,49	0,50
Indice de Solvência			
Ativo/Passivel Exigivel	3,24	3,39	3,62
Indicador Solvabilidade			
Capitais Próprios / Passivo	1,26	2,35	2,48
Indicador de Imobilizações			
Capitais Permanentes / Imobilizado Liquido	85,6%	88,7%	93,7%
Capitais Alheios / Imobilizado Liquido	5,9%	3,7%	4,6%
Endividamento			
Passivo / Activo Liquido	44,18%	42,48%	40,39%

A estrutura do ativo mantém-se praticamente inalterada desde 2010, sendo de realçar que, relativamente ao passivo, esse foi o ano em que se atingiu o "ponto de viragem" da dívida, com a conversão de parte significativa da de curto prazo em longo prazo, com os reflexos positivos que se conhecem no equilíbrio financeiro da Autarquia. Neste âmbito, é de assinalar ainda que, além de a dívida de curto prazo, inferior a 1 ano, representar apenas 10% do passivo Municipal, se registou em 2012 uma diminuição de cerca de 10% do passivo exigível, em resultado, fundamentalmente, do decréscimo do passivo de médio e longo prazo.

Os indicadores relativos ao passivo exigível mostram uma evolução positiva da independência financeira do Município. A redução dos coeficientes de endividamento de curto e longo prazo, desde 2010, é o resultado da diminuição do peso das dívidas de curto, médio e longo prazo relativamente aos fundos próprios e ao imobilizado corpóreo. Referência destacada merece também o facto de a autonomia financeira registar um aumento constante desde 2010, o que evidencia a capacidade da Autarquia em financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos.

Por outro lado, verifica-se uma variação positiva do índice de liquidez imediata, resultado do aumento mais acentuado das disponibilidades do que do aumento do exigível a curto prazo. Tal situação fica a dever-se à obrigação de se iniciar, em 2013, a amortização da operação financeira que reverteu na atual dívida de Médio e Longo Prazo.

Também em sentido positivo evoluiu a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, medida através do índice de solvência, que apresentou uma melhoria apreciável relativamente ao ano de 2011.

A estabilidade financeira das contas do Município de Cantanhede pode ainda ser avaliada pelo aumento constante do Indicador de Solvabilidade, pois este representa a proporção relativa dos ativos da empresa financiados por capitais próprios versus os ativos financiados por capitais alheios, e pela diminuição constante do rácio de endividamento, que revela a cada vez menor dependência da Autarquia face a financiamentos externos. De tal modo que o valor relativo de 2012, que se situou em 40,4 %, é bastante inferior à taxa de referência deste rácio, que é de 67%. Por último, resta dizer que o Município de Cantanhede tem vindo a ser gerido observando com rigor o princípio de que a aquisição de imobilizado deve processar-se em regra através de capitais que não sejam exigíveis a curto prazo, isto é, através de Capitais Permanentes, razão pela qual do total do imobilizado líquido da Autarquia em 2012, 93% é coberto por capitais permanentes, taxa que tem vindo a aumentar significativamente nos últimos anos.

VII – Contabilidade de Custos

Os dois subsistemas contabilísticos, o orçamental e o patrimonial, pela escassa informação das demonstrações financeiras, não facilitam o objetivo de obter ganhos de eficiência, eficácia e economia na gestão dos gastos públicos.

Foi neste cenário que se iniciou em 2009 o processo de implementação da contabilidade de custos, sendo que neste momento o Município de Cantanhede faz parte do núcleo de municípios portugueses com o processo de contabilidade analítica já implementado.

Atualmente, a contabilidade de custos assume um papel preponderante como medida de análise e controlo dessa variável, constituindo uma grande mais-valia para a perceção de como e onde estão a ser aplicados os recursos financeiros e se estes estão a ser geridos da melhor forma, auxiliando de forma decisiva o processo de planificação e tomada de decisão do Executivo Municipal.

Na verdade, trata-se de uma ferramenta que permite fazer um apuramento de custos e, consequentemente, possibilita a poupança em determinadas ações e reinvestir noutras que se considerem de maior valor acrescentado.

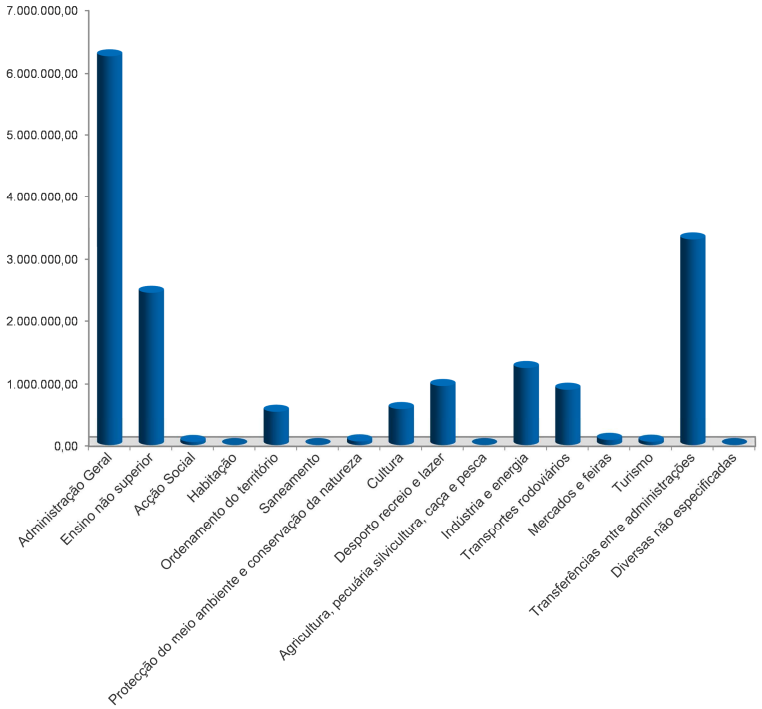
Por outro lado, existe a imposição legal de que as tarifas a aplicar pelos serviços prestados à população devem refletir os custos que têm para a Autarquia. Nesse sentido, dando cumprimento ao disposto do ponto 2.8.3.1 do POCAL, que determina que "A Contabilidade de Custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços", continua a utilizar-se relativamente ao exercício de 2012 um sistema de contabilidade de custos, na perspetiva de que este ramo da contabilidade produz informação de apoio à gestão e é muito útil pelas vantagens que proporciona ao nível do planeamento, tomada de decisões, afetação de recursos e controlo das operações. Essa informação é obtida pela agregação dos custos em centros de custos criado propositadamente, neste caso em função da estrutura da autarquia e da sua realidade.

O subsistema de contabilidade em causa permitiu identificar os custos totais a imputar a obras, bem como os inerentes às prestações de serviços a clientes, contribuintes e utentes. Da sua posterior análise retirar-se-á o montante que a Autarquia suportou com as diversas atividades ou obras, para construir a partir daí uma base de trabalho capaz de orientar decisões subsequentes, designadamente em matéria de apuramento dos custos reais dos serviços, quanto à justificação do valor das taxas e preços, além de facilitar a elaboração do orçamento e apoiar a decisão do Município em assumir diretamente determinado serviço/atividade ou contratar entidades externas.

QUADRO 64

Custos por funções, com repartição da função 111

		Custos por função	%	Custos por função com distribuição da função 111	%
1	**Funções Gerais**	**6.257.104,81**	**37,98%**		
111	Administração Geral	6.257.104,81	37,98%	0,00	
2	**Funções sociais**	**4.647.773,38**	**28,21%**		**45%**
211	Ensino não superior	2.451.674,54	14,88%	3.952.781,51	24%
232	Acção Social	49.106,26	0,30%	79.172,95	0%
241	Habitação	478,46	0,00%	771,41	0%
242	Ordenamento do território	545.165,38	3,31%	878.958,28	5%
243	Saneamento	0,00	0,00%	0,00	0%
246	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	58.681,27	0,36%	94.610,53	1%
251	Cultura	588.437,19	3,57%	948.724,48	6%
252	Desporto recreio e lazer	954.230,28	5,79%	1.538.484,72	9%
3	**Funções económicas**	**2.271.668,01**	**13,79%**		**22%**
310	Agricultura, pecuária,silvicultura, caça e pesca	0,00	0,00%	0,00	0%
320	Indústria e energia	1.240.445,29	7,53%	1.999.942,95	12%
331	Transportes rodoviários	895.224,82	5,43%	1.443.351,50	9%
341	Mercados e feiras	82.588,48	0,50%	133.155,61	1%
342	Turismo	53.409,42	0,32%	86.110,85	1%
4	**Outras funções**	**3.299.939,93**	**20,03%**		**32%**
420	Transferências entre administrações	3.299.939,93	20,03%	5.320.421,34	32%
430	Diversas não especificadas	0,00	0,00%	0,00	0%
	TOTAL GERAL	**16.476.486,13**	**100,00%**	**16.476.486,13**	**100,00%**



O quadro n.º 64 demonstra a repartição dos custos incorridos pelo Município pelas diversas funções e mostra o peso de cada uma delas nos custos totais da autarquia. Distribuiu-se a Função 111 – Administração Geral pelas outras, dado que, pela sua natureza, ela funciona como apoio às restantes.

Conclui-se da sua análise que a Administração Geral tem, nos custos totais, um peso de 37,98%. Quanto às restantes apresentam-se por ordem decrescente de grandeza, assim temos: as Funções Sociais, com um peso de 28,21%, seguindo-se as Outras Funções, com 20,03%, e por último as Funções Económicas, com 13,79%.

Os custos refletidos nesta contabilidade totalizaram 16.476.486,13 euros e foram imputados, de forma direta ou indireta, a cada uma das funções. Uma nota importante para referir que estes custos não são comparáveis com os custos apurados pela contabilidade patrimonial. Isto porque os valores obtidos pelo sistema de contabilidade analítica, ou de custo, refletem-se também como custos de toda a faturação classificada na contabilidade patrimonial como bens de imobilizado, ou seja, classificados diretamente na classe 4 e não na classe 6.

Os valores de 2012 quando comparados com os valores apurados em 2011, na quantia de 15.549.835,29 euros, traduzem um acréscimo de 926.650,84 euros em termos absolutos.

VIII - Proposta de Aplicação dos Resultados

O n.º 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, estabelece que a aplicação do resultado líquido do exercício deve ser aprovado pelo órgão deliberativo do Município, mediante proposta fundamentada do órgão executivo, quando o saldo da conta 59 (Resultados Transitados) for positivo, podendo a verba daí resultante ser repartida para reforço do património e para constituição e/ou reforço de reservas.

É pois nesse sentido e de acordo com o estabelecido no mencionado diploma legal que se solicita à Assembleia Municipal que aprove o resultado líquido do exercício de 2012, no montante de 931.254,35 euros, e que a sua aplicação seja feita nos seguintes termos: a totalidade do resultado líquido do exercício, quantificado em 931.254,35 euros, deverá permanecer na rubrica de resultados transitados de modo a compensar os movimentos de regularizações não frequentes efetuados nesta rubrica no decurso de 2012.

IX – Certificação legal das contas e Parecer sobre as contas